



MUNDO
ACADÊMICO

ISSN 1984-7564

MUNDO ACADÊMICO

Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM
v. 4 n. 7 janeiro/junho – 2012 - Semestral

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Diretor

Fernando Bom Costalonga

Coordenadora Financeiro

Célia Maria Pertel

Coordenadora de Graduação/Acadêmica

Elen Karla Trés

Coordenadores de Curso

Administração

Sandrelia Cerutti Carminati

Análise Desenvolvimento de Sistemas

Temistocles Alves Rocha

Engenharia de Produção Mecânica/Engenharia Civil/Engenharia Química

Allan Costa Jardim

Pedagogia/Letras

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Petróleo e Gás

Elen Karla Trés

Serviço Social

Ana Paula Peçanha

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Elen Karla Trés

Iosana Aparecida Recla de Jesus

Eliene Maria Gava Ferrão

Renata Altoé Dadalto

Sandrelia Cerutti Carminati

Tereza Barbosa Rocha

Endereço para correspondência

Rod. Othovarino Duarte, s/nº, Bairro Park Washington,

São Mateus-ES, CEP.: 29930-000

e-mail: oliviad@unisam.edu.br

Capa

Alex Cavalini Pereira

M965 Mundo Acadêmico / Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – v.4, n.7,
2012 – São Mateus:UNISAM, 2012.

Semestral
ISSN 1984-7564

1. Pesquisa acadêmica – periódicos. 2. Gestão. 3. Exatas. I. Faculdade
Norte Capixaba de São Mateus

CDD 001.891
CDU: 001.891(05)

EDITORIAL

A revista científica Mundo acadêmico é uma iniciativa da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus que possibilita a divulgação de artigos e resumos de contribuições relevantes para a comunidade científica das diversas áreas de estudo que abrange a Instituição. Portanto, trata-se de um veículo de publicação acadêmica semestral, cujo público-alvo são professores e alunos de graduação e pós-graduação.

Diante disso, a Instituição almeja que a revista científica Mundo Acadêmico contribua para o fomento contínuo da prática da investigação, e promova o crescimento educacional.

MUNDO ACADÊMICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

Motivos que levam a população a optar pelos serviços dos terminais da Caixa Econômica Federal: um estudo de caso no município de São Mateus.....	07
Alan Michel Plaster Scardua Diego Marques Cardoso Elen Karla Três	
Adoção: estudo de caso de um casal adotante.....	23
Ana Maria Brioschi Cristiane da Fonseca Bronzoni Estelina Barreira Pereira Wania Teixeira da Cruz	
O protagonismo do usuário da Assistência nas Conferências Municipais de Assistência Social do município de Nova Venécia/Es.....	30
Alreni Soto Ana Paula Peçanha	
Importância da atuação do profissional de serviço social junto a equipe da unidade de saúde da família "Cornélia da Conceição" na cidade de São Mateus-ES	50
Brena Alves De Freitas Cristiane da Fonseca Bronzoni Cheyenne Barbosa Scheidgger Almeida Kezya Silva de Carvalho	
A via edipiana em sua forma completa.....	60
Dalton Demoner Figueiredo	
Avaliar com ética: perspectivas para uma avaliação de qualidade no ensino e aprendizagem.....	72
Iosana Aparecida Recla de Jesus Lilian Vieira Soares Michela Cosme	
Teoria e prática contextualizadas: planejamento.....	86
Sueli Maria Rodrigues Barbosa	

MOTIVOS QUE LEVAM A POPULAÇÃO A UTILIZAR OS SERVIÇOS DOS TERMINAIS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

Alan Michel Plaster Scardua¹
Diego Marques Cardoso²
Elen Karla Três³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar os motivos que levam a população mateense a sair da casa lotérica para utilizar os serviços dos terminais da Caixa Econômica Federal (CEF). Para tanto, adotou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, e utilizou-se a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e de campo. A pesquisa foi desenvolvida com 426 pessoas da população mateense, proporcionando 90% de confiança, 50% de probabilidade de sucesso e fracasso e uma margem de erro de 4%. Os resultados obtidos revelaram que a população mateense considera o atendimento ou serviço prestado pela CEF mais demorado que o da Casa Lotérica, entretanto, a CEF torna essa espera mais suportável com o conforto do seu ambiente. Verificou-se ao final do trabalho que são necessárias melhorias no ambiente físico da casa lotérica.

Palavras-chaves: atendimento, ambiente, conforto

ABSTRACT

This article aims to determine the reasons that lead people to leave mateense lottery to use the services of the terminals of Caixa Economica Federal (CEF). To this end, we adopted an exploratory and descriptive, and used the literature review, case study and field. The research was conducted with 426 people in the population mateense, providing 90% confidence interval, 50% probability of success and failure and a margin of error of 4%. The results revealed that the population considers mateense care or service provided by the FEC slower than the Lottery, however, CEF makes the wait more bearable with the comfort of your environment. It is the end of the work that improvements are needed in the physical environment of the lottery.

Keywords: treatment, environment, comfort

¹ Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

² Discente do curso de Administração da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

³ Graduada em Administração de Empresas pela UNIVEN, especialista em Gestão Empresarial e Didática no ensino superior pela UNIVEN, professora e Coordenadora de Graduação/Acadêmica da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do serviço prestado ao público brasileiro é uma questão muito polêmica nos dias atuais, visto a extrema necessidade de melhorias nos serviços prestados e constantes mudanças no atendimento ao consumidor. Essa é uma realidade que aflige todas as empresas.

De acordo com Rafael Sanson de Araújo (2011), especialista em gestão de pessoas e consultor na Atitude Transformação Pessoal, percebe-se cada vez mais a necessidade de se conhecer as peculiaridades do mercado consumidor e de como é importante valorizar os interesses do cliente antes de tentar oferecer serviços ou produtos. Os autores que dissertam acerca desse minucioso tema são extremamente preocupados em mostrar a importância dos clientes para o sucesso e desenvolvimento de uma organização, das estratégias que podem ser utilizadas para otimizar os resultados no relacionamento e consequentemente nos contatos comerciais com eles e os cuidados que devem ser tomados na relação cliente x empresa.

A preocupação em manter uma relação confiável entre cliente e empresa, não é diferente no setor bancário. Atualmente o mercado de bancos e seus prestadores de serviços vivem em uma busca constante de estratégias diferenciadas para melhor atender seus clientes, os quais se tornaram mais exigentes e conhecedores de seus direitos, conforme mencionado por Kotler (1998, p. 18)

O setor bancário, caracteristicamente de prestação de serviços, é um setor de fundamental importância, tendo em vista o seu papel na economia nacional. Mas apenas recentemente os bancos brasileiros colocaram os clientes como centro das atenções na definição do foco de seus produtos e serviços. Eles não tinham o menor interesse por marketing ou sequer consideração. (KOTLER, 1998, p. 18).

Com o intuito de tornar visível na prática e consequentemente possibilitar um maior entendimento desse assunto este trabalho busca responder a seguinte problema de pesquisa: **O que leva a população mateense a sair da casa lotérica para utilizar os serviços dos terminais da Caixa Econômica Federal?**

Segundo Kotler (1998, p. 06), “a satisfação do cliente depende do desempenho percebido com relação ao valor relativo às expectativas do comprador. A chave é equilibrar as expectativas do cliente como desempenho da empresa [...]”

Portanto, para que a empresa consiga a satisfação do cliente é necessário uma compreensão de suas necessidades e para conseguir isso é preciso conhecê-lo e ouvi-lo. Estar satisfeito é estar gostando do produto ou serviço ou de como este está sendo oferecido. Para Kotler e Keller (2006, p.142):

[...] satisfação é a sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação entre desempenho (ou resultado) percebido de um produto e as expectativas do comprador. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se alcançá-las, ele ficará satisfeito.

Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado.

Para proporcionar melhor entendimento em relação ao problema, a pesquisa possui como objetivos específicos:

- Identificar o perfil dos entrevistados;
- Identificar se a pessoa utiliza ou já utilizou os serviços da Loteria e da Caixa Econômica;
- Identificar a visão da população mateense quanto aos serviços prestados pela Loteria e pela Caixa Econômica Federal;
- Identificar os pontos que possivelmente são causadores ou influenciadores na escolha dos mateenses por usar os terminais da caixa ou a loteria;
- Identificar os motivos que levam a população mateense a utilizar os serviços da Caixa Econômica Federal;

Acredita-se que ao final deste estudo a população mateense opta por frequentar a CEF pois, apesar de o atendimento ser consideravelmente mais demorado, a Caixa Econômica permite que os clientes aguardem por seu atendimento sentados e com ar condicionado, tornando o ambiente mais agradável.

Ao longo do trabalho serão exibidas citações que possam comprovar qualquer informação que venha a ser adquirida, observando dessa forma que o assunto tratado em questão é de suma importância no cotidiano das empresas e pode ser fator determinante para a conquista ou fidelização dos clientes que são a chave para o sucesso do negócio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO

Entende-se que as organizações constituem sistemas formados por diferentes recursos, as quais buscam oferecer no mercado produtos e serviços de forma eficiente, alcançando cada vez mais a satisfação e fidelização de seu consumidor. Nos dias atuais os consumidores buscam cada vez mais produtos e serviços de qualidade, modernos e diferenciados. Isso faz com que as organizações se mantenham atualizadas, a respeito das mudanças globais e procurem sempre inovar, saindo na frente de seus concorrentes. De acordo com Cury (2000, p. 116) “a organização é um sistema planejado de esforço cooperativo no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar e deveres e tarefas a executar”.

As características organizacionais podem ser muitas e são elas que definem o perfil de uma organização e como vão alcançar seus objetivos. Através da capacidade de questionar cultura e valores, bem como de mudar comportamento estimulando a experimentação de novas técnicas e o aprendizado não só por meio da perfeição, mas também através do erro, ser flexível e utilizar a capacidade criativa de seus colaboradores, fazer com que as experiências e informações individuais se tornem

coletivas.

Atualmente o mercado requer organizações mais complexas, pois elas devem acompanhar a sua alta complexidade e volatilidade, portanto as empresas devem procurar a melhor maneira de se organizar para obter os melhores resultados.

É importante enfatizar sempre que o cliente é a chave para o sucesso de toda organização, sendo ele o fator determinante para as constantes mudanças e adaptações pelas quais uma organização deve passar para continuar competitiva no mercado. Segundo Detzel e Desatnick (1995, p. 97) “os clientes têm que estar no topo do organograma da empresa, pois desta forma, os funcionários conseguem assimilar a importância do mesmo para a permanência da organização no mercado.”

A satisfação dos clientes é uma das principais formas das organizações conquistarem mercado, ocorrendo a partir da captação e relacionamento dos mesmos, “a satisfação do cliente é o grau de felicidade vivida por ele. É resultado de toda uma organização - por departamentos, funções e pessoas.” (FRANCES E BEE, 2000, p. 7-8). Entretanto cada organização atende a apenas uma parcela de mercado, então é necessário que cada organização volte seus esforços para a parcela da população que comprará seus produtos ou serviços.

A empresa deve descobrir quem são seus clientes, buscar a melhor forma de atraí-los e de aumentar a sua fidelidade. Os clientes precisam ser identificados e compreendidos, buscando a satisfação e a fidelização como instrumentos de fortalecimento no mercado. (BOGMANN, 2002, p. 84).

Nem sempre houve a necessidade de juntar pessoas e recursos a fim de produzir bens ou serviços para atender a sociedade. Contudo, as organizações estão expandindo e melhorando a cada dia, impulsionadas pela alta competitividade e exigência da sociedade.

As organizações existem para servir às necessidades e desejos das pessoas. Essas entidades são planejadas, organizadas, dirigidas e controladas por administradores, por meio da administração e é na organização que o administrador nasce e se desenvolve.

As organizações existem, pois todos precisamos de bens e serviços para viver e são as organizações as responsáveis por produzir esses bens e serviços. Portanto as organizações existem para atender às necessidades e desejos da sociedade e do mercado. (COELHO, 2004, p. 21).

Como foi mencionado acima, as organizações produzem bens ou serviços de qualidade com a finalidade de vendê-los aos clientes e desta forma conseguir sua satisfação e consequentemente fidelização.

2.2 SERVIÇOS

Segundo o administrador Ricardo Machado (2008), serviços diferem de produtos pois são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, através da realização de uma compra desse serviço, isto é,

um produto é um bem tangível enquanto o serviço é intangível. Um serviço é experimentado, usado ou consumido no momento e acontece durante as interações entre clientes e empregados, que oferecem soluções, através de seus serviços prestados para seu cliente.

Para Kotler (1994, p. 541), serviço é "qualquer ato ou desempenho que uma parte pode oferecer a outra e que seja essencialmente intangível e não resulta na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada ao produto físico."

Kotler (1994, p. 546) também ressalta que "o cliente busca sempre um melhor valor, porém, quando está muito satisfeito, não trocará de prestador de serviços". Por isso é preciso muito mais que preços, tornando-se necessário oferecer serviços diferenciados no quais os clientes se sintam realizados em suas decisões.

Se um cliente julga ter recebido um serviço cuja qualidade supera às suas expectativas, ele considera ter recebido uma prestação de qualidade superior e se sente inclinado a utilizá-lo novamente, ou recorrer a empresa que o prestou. (KOTLER E ARMSTRONG, 2003, p. 415).

Desse modo, é importante que a empresa se preocupe constantemente com a qualidade do serviço que presta, medindo-o por meio da percepção dos clientes.

Se tratando de serviços, a qualidade percebida pelo consumidor é o julgamento a respeito da excelência geral ou superioridade do fornecedor. "É uma forma de atitude relacionada, mas não equivalente à satisfação e que resulta da comparação das expectativas com as percepções de desempenho efetivo", como ressaltam Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988, p. 40). Assim, o que os clientes fazem é, em resumo, comparar o serviço que recebem com o serviço que, segundo suas expectativas, deveriam receber. O julgamento da qualidade resultará do grau e da direção do afastamento entre as expectativas e o que efetivamente foi recebido do fornecedor.

Bretzke (2000, p. 14) acredita que "uma das principais formas de entregar valor ao consumidor é oferecendo a ele o produto ou serviço de que ele necessita e deseja de forma individualizada."

Outro grande problema que as empresas prestadoras de serviços enfrentam está relacionado à conquista de novos clientes.

Os clientes em potencial e os clientes ocasionais normalmente são bem tratados durante o cortejamento que precede a venda. Muitas empresas buscam agressivamente novos clientes, mas esses clientes saem imediatamente se o serviço não for bom. (WING, 1998, p. 132).

Se a empresa trabalha com venda de produtos e acontece de ser efetuada a entrega de um produto com defeito ao cliente, esse problema pode ser resolvido com uma troca eficiente, rápida e sem burocracia, de forma que os clientes não se sintam prejudicados, ou até mesmo satisfeitos por terem seu problema resolvido. Mas se a empresa é de prestação de serviços e o serviço prestado não atender às expectativas do cliente, ele provavelmente irá procurar outra empresa.

A qualidade do serviço depende de quem o proporciona e de quando, onde e como é proporcionado. As empresas podem ajudar na qualidade desses serviços, proporcionando a seus funcionários um incentivo, como bônus mensal, para quem for escolhido o funcionário do mês. Através de um feedback com clientes, realizado pela gerência da empresa.

Percebe-se então que serviços também devem ser tratados de forma diferenciada em relação aos produtos, uma vez que quando se estabelece um padrão de qualidade na produção de bens, estes serão concluídos com qualidade homogênea. Em contrapartida, um serviço prestado é muito individual e relativo, pois cada pessoa faz a mesma tarefa ou presta o mesmo serviço de forma diferente dos demais.

2.3 ATENDIMENTO

O atendimento a clientes não significa apenas fazer produtos ou prestar serviços de alta qualidade, embora esta seja uma parte importante desse atendimento. As pessoas não toleram produtos e serviços de má qualidade, elas os devolvem e passam a comprar em outro lugar é preciso oferecer excelência aos clientes para mantê-los. O atendimento a clientes envolve todas as atividades da empresa e significa mais que atender reclamações, providenciar reembolsos ou trocas nas devoluções ou sorrir para os clientes. Significa sair em sua busca, fazendo todo o possível para satisfazê-los e tomando decisões que os beneficiem. Na atual economia, prover excelentes serviços aos clientes pode ser uma diferença crítica no sucesso de uma empresa.

Acreditar que atender clientes faz parte de um processo de qualidade é um dos valores fundamentais que as empresas devem adotar. Zenone (2003, p. 73), explica que os clientes estão cada vez mais exigentes e, como consequência, as empresas enfrentam mais dificuldades para desenvolver seus negócios, tendo que reestruturar sua maneira de atuar no mercado. Para tanto, é necessário estabelecer planos estratégicos de relacionamento com os clientes, bem como a unificação junto a todos os colaboradores.

O atendimento é a principal ferramenta de uma empresa para a conquista de todo e qualquer cliente, sendo que a qualidade deste é indiscutível para o resultado final, ou seja, a compra de um determinado produto. O cliente deve ser tratado com prioridade, deve ser ouvido, acompanhado e tratado preferencialmente pelo nome e, acima de tudo, com respeito as suas decisões e opiniões. (GODRI, 1994, p. 33).

O atendimento é um dos fatores que contribui para a retenção de clientes, pois um cliente bem atendido em algum estabelecimento volta sempre.

O cliente se conquista e se mantém com base na qualidade de atendimento. A responsabilidade da implementação é um mix de oportunidades e estratégias que dimensionam a importância de comunicação com o cliente, maximizando o poder de fidelização e credibilidade entre a empresa e o cliente. (COBRA, 1992, p. 52).

A venda de um produto ou serviço, a fidelização do cliente e o sucesso da organização estão à mercê de um bom atendimento, ou seja, tudo começa com um bom atendimento,

se um cliente entrar na loja e logo não for bem atendido ele, dificilmente comprará e se comprar, provavelmente não voltará para comprar novamente.

O atendimento ao cliente é como um ponto de partida para o sucesso da empresa. Não se limita apenas ao momento da compra, mas também a pós-venda, a empresa tem utilizar processos de comunicação para saber a opinião do cliente em relação ao atendimento, produto e serviço adquirido, fortalecendo assim, a parceria empresa/cliente. (DETZEL E DESATNICK, 1995, p. 82).

Kotler e Armstrong (1999, p. 6), dizem que “As empresas inteligentes têm como meta encantar os clientes, prometendo somente o que podem oferecer e depois oferecendo mais do que prometeram”. Com esta afirmação podemos concluir que a sinceridade ou ética empresarial é importante na conquista e manutenção dos clientes, ou seja, o produto ou serviço ofertado deve ser igual ou superior à propaganda, caso contrário o cliente pode criar falsas expectativas e dessa forma certamente se decepcionará.

3 METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, adotou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender o motivo que leva os mateenses a deixarem de utilizar os serviços da loteria para utilizarem os terminais da caixa.

A escolha da técnica utilizada na coleta de dados é fundamental para a eficiência da pesquisa e viabilidade dos resultados obtidos. Para isso, utilizou como técnica a pesquisa bibliográfica, o estudo de campo e o estudo de caso. Pesquisa bibliográfica pois a pesquisa se apoiará em um referencial teórico que abordem os assuntos do tema relacionada a pesquisa, estudo de caso pois será objeto de pesquisa uma comunidade (grupo de indivíduos e uma organização), e pesquisa de campo porque para tal pesquisa serão coletadas informações que comprovem ou não uma hipótese pré-estabelecida acerca de um problema.

A pesquisa foi desenvolvida com 426 pessoas da população mateense que é composta por aproximadamente 109.000 habitantes. Isso proporciona 90% de confiança, 50% de probabilidade de sucesso e fracasso e uma margem de erro de 4%.

Para a pesquisa será utilizado o formulário e após a coleta dos dados os mesmos serão tratados, isto é, codificados e tabulados. As informações adquiridas serão apresentadas em tabelas/gráficos e analisadas para posterior conclusão e recomendação da pesquisa.

4 MUNICÍPIO/EMPRESA OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de São Mateus, uma cidade situada no norte do estado do Espírito Santo, com 457 anos de existência. É a segunda cidade mais antiga do estado, com uma população de pouco mais de 100.000 habitantes.

A Caixa Econômica Federal é uma das Instituições Financeiras mais importantes de São Mateus e está localizada na Av. Jones dos Santos Neves, 338, Centro. Em São Mateus atualmente funcionam 5 casas lotéricas (Loterias da Caixa) sendo que a pesquisa foi realizada na Casa Lotérica Central cuja razão social é M&N Loterias Ltda.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Analisando a Tabela 1, percebe-se que das pessoas entrevistadas, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino.

Tabela 01: Sexo

SEXO	PORCENTAGEM
Masculino	63%
Feminino	37%
Total	100%

Com base no Tabela 02, pode-se observar que das pessoas entrevistadas, 14% têm idade até 25 anos, 48% estão na faixa etária de 26 a 35 anos, 29% de 36 a 45 anos e 9% acima de 46 anos.

Tabela 02: Idade

IDADE	PORCENTAGEM
Até 25 anos	14%
26 a 35 anos	48%
36 a 45 anos	29%
Acima de 46 anos	9%
Total	100%

A renda familiar pode ser observada na Tabela 03, na qual conclui-se que 31,5% dos entrevistados possuem renda até 2 salários mínimos, 39% sendo a maioria recebem de 3 a 4 salários, 20% das pessoas de 5 a 6 e 9,5% recebem acima de 7 salários.

Tabela 03: Renda

RENDA	PORCENTAGEM
Até 2 salários	31,5%
3 a 4 salários	39%
5 a 6 salários	20%
Acima de 7 salários	9,5%
Total	100%

Em relação aos dados analisados na Tabela 04, das pessoas entrevistadas, 26% residem no bairro Centro, 16% possuem moradia no bairro Boa Vista, 18% habitam-se no bairro Santo Antonio, 13% no bairro Cohab, 10% moram no Sernamby, 2% no Jaqueline e 15% em Guriri.

Tabela 04: Bairro

BAIRRO	PORCENTAGEM
Centro	26%
Boa Vista	16%
Santo Antonio	18%
Cohab	13%
Sernamby	10%
Jaqueline	2%
Guriri	15%
Total	100%

Conforme ilustrado na Tabela 05 abaixo, dos entrevistados, 5% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 27% tem o Ensino Fundamental Completo, 8,5% não concluíram o Ensino Médio, 44,5% chegaram a concluir o Ensino Médio, 11,5% foram começou mas não terminou o Ensino Superior e 3,5% foram além concluindo o Ensino Superior.

Tabela 05: Grau de Escolaridade

GRAU DE ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM
Ensino Fundamental Incompleto	5%
Ensino Fundamental Completo	27%
Ensino Médio Incompleto	8,5%
Ensino Médio Completo	44,5%
Ensino Superior Incompleto	11,5%
Ensino Superior Completo	3,5%
Total	100%

Quando questionados se utilizam os serviços da Caixa Econômica Federal (CEF) e/ou Casa Lotéricas, 91% das pessoas entrevistadas afirmaram utilizarem os serviços da CEF e/ou Casa Lotéricas e 9% não utilizam, conforme pode ser observado na tabela 06.

Tabela 06: Utilizam os serviços da Caixa Econômica Federal e/ou Casa Lotérica

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM
Sim	91%
Não	9%
Total	100%

Com relação à tabela 07, pode-se identificar que 14% dos entrevistados utilizam somente os serviços da CEF, 19% a Lotérica e 67% das pessoas utilizam CEF e Casa Lotérica.

Tabela 07: Utilizam quais serviços

Empresas	PORCENTAGEM
CEF	14%
Casa Lotérica	19%
CEF e Casa Lotérica	67%
Total	100%

Ao analisar o Tabela 08 pode-se concluir que 8,52% das pessoas utilizam os serviços da Casa Lotérica ou CEF até 3 anos, 20,88% de 4 a 6 anos, 42,58% dos entrevistados de 7 a 9 anos e 28,02 % a mais de 9 anos.

Tabela 08: Tempo que utiliza os serviços da Casa Lotérica ou da Caixa Econômica Federal

TEMPO	PORCENTAGEM
Até 3 anos	8,52%
4 a 6 anos	20,88%
7 a 9 anos	42,58%
Acima de 9 anos	28,02%
Total	100%

Conforme analisado na Tabela 09, dos entrevistados que utilizam os serviços das Instituições acima com frequência 54,67% vão de 1 a 2 vezes por semana, 19,78% das pessoas utilizam de 3 a 4 vezes e 25,55% de 5 a 6 vezes.

Tabela 09: Frequência com que utilizam os serviços da CEF e/ou Casa Lotéricas (semanalmente)

FREQUENCIA	PORCENTAGEM
1 a 2 vezes	54,67%
3 a 4 vezes	19,78%
5 a 6 vezes	25,55%
Total	100%

Com base nos dados analisados na Tabela 10, verificou-se que 15,02% das pessoas consideraram como ótimo o serviço prestado pela Casa Lotérica, sendo que a maioria 50,16% classificaram como bom, 24,28% regular e 10,54% ruim.

Tabela 10: Avaliação dos serviços Prestados pela Loteria de modo geral

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	PORCENTAGEM
Ótimo	15,02%
Bom	50,16%
Regular	24,28%
Ruim	10,54%
Total	100%

Analisando os dados expostos na Tabela 11, concluiu-se que 8,78% classificam como ótimo o serviço oferecido pela CEF, 17,57% consideram bom, 34,36% das pessoas entrevistadas optaram por regular e 39,19% consideraram como ruim.

Tabela 11: Avaliação dos serviços Prestados pela CEF de modo geral

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEF	PORCENTAGEM
Ótimo	8,78%
Bom	17,57%
Regular	34,46%
Ruim	39,19%
Total	100,00%

Em relação às análises na Tabela 12, verifica-se que 31% dos entrevistados tem preferência pela CEF e 69% preferem utilizar os serviços da Casa Lotérica.

Tabela 12: Serviços que preferem utilizar

SERVIÇO UTILIZADO	PORCENTAGEM
CEF	31%
Casa Loteria	69%
Total	100%

A tabela 13 demonstra que 20,61% das pessoas consideraram a comodidade como principal motivo para utilização da CEF, 11,15% o atendimento, 3,72% a agilidade, 0,67% localização, 22,63% o layout e 41,22% justificaram que o conforto (ambiente) é o mais importante.

Tabela 13: Principal motivo que leva a utilizar a CEF.

MOTIVO	PORCENTAGEM
Comodidade	20,61%
Atendimento	11,15%
Agilidade	3,72%
Localização	0,67%
Layout	22,63%
Conforto (ambiente)	41,22%
Total	100%

Em relação à tabela 14, um dos principais motivos das pessoas utilizarem a Casa Lotérica foi a comodidade com 14,7%, atendimento 17,89%, agilidade foi considerado o principal motivo com 36,74%, a localização com 30,67%, layout e conforto não foram lembrados pelos entrevistados.

Tabela 14: Principal motivo que leva a utilizar a casa lotérica

MOTIVO	PORCENTAGEM
Comodidade	14,7%
Atendimento	17,89%
Agilidade	36,74%
Localização	30,67%
Layout	0%
Conforto (ambiente)	0%
Total	100%

Em relação à melhoria da Casa Lotérica, pode afirmar com base no Tabela 15, que na opinião dos entrevistados, 11,5% acreditam que a comodidade pode ser uma melhoria, o atendimento teve um percentual de 6,07%, agilidade 3,84%, localização 0,96%, layout 10,86% e o conforto foi considerado o fator mais importante com 66,77%.

Tabela 15: O que pode melhorar na casa lotérica

ASPECTOS QUE PODEM MELHORAR	PORCENTAGEM
Comodidade	11,5%
Atendimento	6,07%
Agilidade	3,84%
Localização	0,96%
Layout	10,86%
Conforto (ambiente)	66,77%
Total	100%

Na tabela 16 observou-se que em relação à “qualidade de atendimento da Loteria”, 62,94% consideraram bom ou ótimo e 27,8% regular. Em “tempo de espera”, 76,36% classificaram como bom ou ótimo e 10,54% regular. Já no caso do “conforto (ambiente)”, 58,15% acham que é péssimo ou ruim e 31,31% regular. A “satisfação de modo geral”, ficou com 48,56% em relação a bom ou ótimo e 38,66% regular. Os entrevistados classificaram o fator “localização” com 44,41% como bom ou ótimo e

34,19% regular. Quanto ao “layout” 42,5% das pessoas opinaram como regular e 36,10% péssimo ou ruim.

Tabela 16: Avaliação da Loteria

AVALIAÇÃO DA LOTERIA	PORCENTAGEM				Total
	Péssimo ou Ruim	Regular	Bom ou Ótimo	Não se aplica	
Qualidade atendimento	4,15%	27,8%	62,94%	5,11%	100%
Tempo de Espera	8,95%	10,54%	76,36%	4,15%	100%
Conforto (ambiente)	58,15%	31,31%	7,35%	3,19%	100%
Satisfação geral	10,86%	38,66%	48,56%	1,92%	100%
Localização	18,85%	34,19%	44,41%	2,55%	100%
Layout	36,1%	42,5%	17,25%	4,15%	100%

Analisando a Tabela 17, em relação a CEF nota-se que os entrevistados consideraram a “qualidade de atendimento” da seguinte forma 44,26% péssimo ou ruim e 41,55% como regular. O “tempo de espera” foi classificado com 85,48% péssimo ou ruim e 12,5% regular. Em relação ao “conforto (comodidade)” a opinião foi diferente 61,49% qualificaram como bom ou ótimo e 29,39% regular. Nos dados de “satisfação de modo geral”, 63,85% ficaram como regular e 19,93% como bom ou ótimo. Referente à “localização” da CEF, 84,12% acharam ótimo ou bom e 9,80% regular. Os entrevistados qualificaram o “layout” com 54,39% para bom ou ótimo e 34,46% regular.

Tabela 17: Avaliação da CEF

AVALIAÇÃO DA CEF	PORCENTAGEM				Total
	Péssimo ou Ruim	Regular	Bom ou Ótimo	Não se aplica	
Qualidade atendimento	44,26%	41,55%	11,49%	2,7%	44,26%
Tempo de Espera	85,48%	12,5%	1,01%	1,01%	85,48%
Conforto (ambiente)	6,42%	29,39%	61,49%	2,7%	6,42%
Satisfação geral	12,5%	63,85%	19,93%	3,72%	12,5%
Localização	4,05%	9,8%	84,12%	2,03%	4,05%
Layout	9,46%	34,46%	54,39%	1,69%	9,46%

4.2 ANÁLISES DOS DADOS

De acordo com a análise dos dados, pode-se perceber que a maior parcela da amostra selecionada para a pesquisa de campo é composta por pessoas do sexo masculino (63%), sendo que estes possuem em sua maioria uma faixa etária que varia de 26 a 45 anos (67%) e residem nos bairros Centro (26%), Santo Antonio (18%) e Boa Vista (16%).

Os entrevistados possuem uma renda média mensal de até 4 salários mínimos (70,5%) e em grande parte são pessoas que concluíram o ensino médio ou o fundamental e ainda não ingressaram em um curso superior, totalizando 71,5%.

De todos os entrevistados, 91% são usuários dos serviços da Caixa Econômica ou da Lotérica, sendo que 67% desses usuários utilizam as duas instituições.

Nota-se também que mais da metade dos usuários (70,6%) já são clientes há mais de sete anos e de acordo com a faixa etária média dos entrevistados, conclui-se que todos começam a utilizar esses serviços por volta dos 20 anos de idade, sendo que 54,67% frequentam a Caixa Econômica Federal ou Loteria 1 a 2 vezes na semana.

Percebe-se uma satisfação maior por parte de clientes lotéricos comparados aos clientes da Caixa Econômica que apresentam um grau de insatisfação alto. 41,22% dos entrevistados demonstram certa preferência em relação ao conforto do ambiente que a CEF proporciona em contrapartida com a falta de agilidade dos serviços prestados e por ser uma única agência em toda a cidade, a sua localização acaba se tornando ruim para moradores de bairros distantes, ao passo que a Casa Lotérica possui cinco lojas na cidade bem distribuídas entre os bairros, o que faz com que isso juntamente com a maior praticidade e agilidade dos serviços prestados seja fator determinante para a preferência dos entrevistados que totalizam 67,41%. Isso pode ser afirmado segundo a citação de Frances e Bee a seguir.

Empresas que não vêem seus clientes como "o mais importante" jamais poderão ter perspectivas de crescimento, pois sabe-se que a empresa é o cliente, devendo sempre ir em busca na excelência do seu atendimento. Leva-se a crer que o bom ou mau atendimento ao cliente pode gerar emoções intensas e resultar em alguns benefícios notáveis ou consequências desastrosas, como a de este cliente nunca mais voltar e ainda levar outros com ele. (FRANCES e BEE, 2000, p. 16)

É evidente também o elevado grau de insatisfação dos usuários lotéricos, em se tratando do quesito conforto do ambiente, sendo que 66,77% dos entrevistados destacaram o conforto como a prioridade a ser melhorada na Casa lotérica. É importante, portanto, que a Casa Lotérica proporcione um melhor conforto para seu cliente, visto que a principal desvantagem da Loteria em relação à CEF é exatamente o conforto do ambiente.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

5.1 CONCLUSÃO

Atendendo aos objetivos da pesquisa que primeiramente era identificar o perfil dos entrevistados percebeu-se que são em sua maioria pessoas entre 26 e 45 anos com renda de até 4 salários e do sexo masculino. A pesquisa apontou resultados satisfatórios pois, atendendo ao segundo objetivo que era o de identificar se a pessoa utiliza ou já utilizou os serviços da Casa Lotérica e da Caixa Econômica chegou-se à conclusão que quase a totalidade dos entrevistados eram clientes usuários dos serviços da Caixa Econômica Federal ou Casas Lotéricas e isso tornou possível dar continuidade à investigação.

Outro fator importante é que a pesquisa em campo permitiu alcançar o terceiro objetivo de identificar a visão da população mateense quanto aos serviços prestados pela Casa Lotérica e pela Caixa Econômica Federal. Dessa forma torna-se possível ter uma visão

dos prováveis fatores causadores da escolha do cliente na hora de optar pelo serviço da CEF ou Casa Lotérica em razão do que pode ser considerado vantagem ou desvantagem em uma empresa ou qual dos atributos do ambiente de trabalho merece maior ênfase. Nesse estudo pesquisa foi constatado que a Casa lotérica se sobressai em relação à caixa por possuir mais agilidade nos serviços e melhor atendimento, porém necessita de melhorias no conforto do ambiente, ao passo que a CEF atende aos anseios dos clientes no que diz respeito ao conforto, mas deixa a desejar em questões de grande importância que é a agilidade e praticidade dos serviços prestados, bem como na qualidade do atendimento. Isso mostra claramente uma visão negativa do cliente em relação à CEF.

Outro objetivo importante da pesquisa foi de identificar os pontos que possivelmente são causadores ou influenciadores na escolha dos mateenses no uso dos terminais da caixa ou a casa lotérica. Ao aplicar os questionários foi notável uma enorme insatisfação por parte dos clientes em relação à agilidade dos serviços prestados pela CEF, ou seja, o tempo de espera é muito grande tornando desgastante e cansativa a espera pelo atendimento. Em contrapartida, o fato de a Casa Lotérica possuir mais agilidade no atendimento e o tempo de espera ser consideravelmente menor, faz com que o pouco conforto oferecido pelo ambiente lotérico não seja um fator influenciador.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa que foi identificar o motivo que leva a população mateense a utilizar os serviços da Caixa Econômica ao invés da loteria, pôde ser alcançado, visto que o atendimento ou serviço prestado pela CEF é mais demorado que o da Casa Lotérica, entretanto, a CEF torna essa espera mais suportável com o conforto do seu ambiente. Nota-se que ao final da pesquisa, nossa hipótese de que a população mateense opta por frequentar a CEF pois, apesar de o atendimento ser consideravelmente mais demorado, a Caixa Econômica permite que os clientes aguardem por seu atendimento sentados e com ar condicionado, tornando o ambiente mais agradável, foi validada, pois os clientes que frequentam a CEF apesar de terem uma qualidade de atendimento menor podem esperar no conforto do ambiente proporcionado pela agência.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Com base nos dados obtidos em relação à pesquisa, viu-se que os entrevistados não se encontram satisfeitos quanto ao atendimento e agilidade dos funcionários da CEF, que podem ser causados pela insatisfação no trabalho, falta de comprometimento e não possuírem uma boa comunicação para com os clientes, sendo assim, foi sugerido que a CEF faça um novo treinamento para funcionários antigos, para que possam se atualizar de novos métodos em relação ao atendimento dos clientes, a fim de melhorar a satisfação dos mesmos.

Em relação à Casa Lotérica, observou-se que a maioria dos entrevistados se sente incomodada quanto ao layout e ao conforto (ambiente) oferecido. Com isso sugeriram que a Casa Lotérica disponibilizasse um novo ambiente em local maior, com assentos e ar condicionado a fim de proporcionar para seus clientes um atendimento diferenciado, não somente relacionado à agilidade, mas também ao conforto e layout.

REFERENCIAS

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 2006. 7ª Ed.
2. BEE, Francês & Roland. **Fidelizar o Cliente**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 2000.
3. BOGMANN, Itzhak Meir. **Marketing de relacionamento; estratégias de fidelização e suas implicações financeiras**. São Paulo: Nobel, 2002.
4. BRETZKE, Miriam. **Marketing de relacionamento e competição em tempo real com CRM (Customer Relationship Management)**. 1a. ed, São Paulo, Atlas, 2000.
5. CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., Da SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 2006. 6º Ed.
6. COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
7. COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2004.
8. CURY, Antonio. **Organização e métodos: uma visão holística**. – 7. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2000.
9. DETZEL, Denis H; DESATNICK, Robert L. **Gerenciar bem é manter o cliente**. São Paulo: Pioneira, 1995.
10. GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
11. GODRI, Daniel. **Conquistar e manter clientes**. 32. ed. Blumenau-SC: Eko, 1994.
12. KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 4.ed. São Paulo:Atlas,1994.
13. KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. Atlas. 5ª Edição. 1998
14. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Introdução de Marketing**. São Paulo: LTC, 1999.
15. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
16. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.
17. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2006. 6º Ed. Pág. 107

18. PARASURAMAN, A., ZEITHAML, Valarie A., BERRY, Leonard L.
"Communication and Control Processes in the Delivery of Service Quality,"
Journal of Marketing, April 1988.
19. VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em**
Administração. 2007. 8º Ed. Pág. 48
20. WING, Michael J. **Como falar com seus clientes: o que eles tem a contar a sua**
empresa quando você faz as perguntas certas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
21. ZENONE, Luiz Cláudio. **Marketing: Da Gestão e Tecnologia**. São Paulo: Futura,
2003.

ADOÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UM CASAL ADOTANTE

Ana Maria Brioschi⁴
Cristiane da Fonseca Bronzoni⁵
Estelina Barreira Pereira⁶
Wania Teixeira da Cruz⁷

RESUMO

O presente trabalho propõe realizar um estudo de caso que possibilite a análise das questões que envolvem o tema adoção, especificamente, quanto à motivação, à escolha, ao processo judicial, à aceitação e à afetividade. O objeto de estudo é a história de um casal adotante de crianças gêmeas, na Cidade de São Mateus-ES. O caso foi analisado por meio da observação feita a partir do relato da vivência deste casal na ocasião que antecede a adoção, durante o processo adotivo e no período pós-adoção. Neste sentido, o estudo de caso pretende aferir na prática os efeitos e implicações de uma adoção realizada há 13 anos e, assim, contribuir no processo de construção de novas possibilidades de condução das nuances que envolvem o tema adoção, inclusive aspectos sócio-políticos, trazendo à tona reais possibilidades de uma adoção com sucesso, a partir do desejo do casal adotante.

Palavras-chave: adoção; família; crianças; preconceito.

ABSTRACT

This paper proposes to conduct a case study that enables the analysis of issues surrounding the adoption issue, specifically, as for motivation, choice, the judicial process, acceptance and affection. The study object is the story of a couple of adoptive twin children in the City of St. Matthew | ES. The case was analyzed through the observation made from the account of this couple living at the time prior to adoption, foster, and during the post-adoption. In this sense, the case study aims to assess the practical effects and implications of an adoption granted for 13 years and thus contribute in the construction of new possibilities for conducting the nuances surrounding the adoption issue, including socio-political aspects, bringing up real possibilities for a successful adoption from the adoptive couple's desire.

Keywords: adoption, family, children; prejudice.

⁴ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

⁵ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus Paulo Pereira Gomes.

⁶ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

⁷ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

1 INTRODUÇÃO

O tema adoção é perpassado por preconceitos, medos, inseguranças, expectativas. A escolha desse tema pretende ampliar a visão da construção desse processo, desde a ideia inicial até a concretização do fato, possibilitando aos casais filhos que não vieram naturalmente; e aos filhos, uma família que os acolha, alicerçada no preceito que adoção é um grande investimento afetivo e emocional (SOUZA, 2009, p. 19).

A história da adoção nos mostra as diversas práticas utilizadas para sua concretização: da expressão “pegar para criar” (SOUZA, 2009, p. 24) até a adoção dos dias atuais, acompanhada e orientada por equipe multidisciplinar.

Desta forma, este trabalho pretende ajudar no entendimento que a adoção é um processo a ser construído, da concepção da ideia, passando pelos trâmites legais à sua conclusão, onde se travam batalhas para derrubar preconceitos pessoais e sociais (SOUZA, 2009, p. 19).

2 MARCOS LEGAIS E HISTÓRICOS

Na sociedade em que vivemos, onde os vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, quando os valores humanos estão se perdendo em virtude de uma globalização exacerbante que fere qualquer princípio moral pessoal e social, é de extrema urgência e relevância tratar do assunto adoção.

As crianças e adolescentes em situação de abandono marcam uma realidade cruel no Brasil. A adoção é um assunto pouco discutido e pouco vivenciado pelos brasileiros que ainda a veem com os olhos do preconceito.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente “o interesse maior deve ser sempre o da criança e, nesse sentido, procura-se dar um tom moderno à adoção” (Weber, 2007, p. 71).

2.1 MARCOS LEGAIS

A história da adoção no Brasil perpassa por diversas fases que começam a ter legitimidade a partir do Código Civil de 1917 até as regulamentações, hoje, instituídas no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

A adoção acontecia sem critérios, pautada em leis permissivas, que apenas atendiam aos interesses, às vezes escusos, dos adotantes. Segundo Costa (1988) predominava à “Adoção à brasileira”, sendo permitido às pessoas de qualquer estado civil registrar como próprios os filhos dos outros, que perdurou até a Constituição de 1988. Dessa forma, em primeira instância, a adoção era permitida às pessoas maiores de cinquenta anos que não tinham filhos (CÓDIGO CIVIL DE 1917).

Em 1957, o Código Civil estabelece a diferença mínima de dezesseis anos de idade entre o adotante e o adotado e o critério de adoção para casais após cinco anos de casamento, eliminando a condição da pessoa não possuir filhos. Em 1965, foi instituída a Lei 4.655 que permitiu a “legitimação adotiva” de crianças maiores de sete anos que já estivessem sob a guarda dos adotantes, antes de completarem essa idade; dispensou o prazo de cinco anos de casamento, desde que provada, por perícia médica, a esterilidade de um dos cônjuges; estabeleceu a irrevogabilidade da legitimação e o rompimento da relação de parentesco com a família de origem e também o direito à modificação do prenome e do uso do nome da família adotiva; ainda colocou o não direito à sucessão, caso o adotado viesse a concorrer com o filho legítimo já havido antes da adoção (Vargas, M. M,1998, p. 24).

Vê-se claramente que, apesar de alguns direitos que passaram a beneficiar o adotado, a discriminação e o preconceito ficam marcados ao colocar o desejo de casal adotante refém da condição de esterilidade de um dos cônjuges, desrespeitando as partes envolvidas (adotante e adotado). Outro aspecto que merece destaque é a questão da sucessão quando expõe o sujeito adotado em condições de desigualdade de direitos. No Código de Menores de 1979, Lei 6.697, introduziu a “plena adoção” em substituição à “legitimação adotiva” e admitiu a adoção simples (Vargas, M. M,1998 , p. 24).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente entra em vigor e a questão da adoção passa a ser tratada com critérios que respeitam o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente e a observância das peculiaridades de cada caso, quando é realizado acompanhamento dos adotantes e adotados por equipe multidisciplinar. Outro aspecto relevante é a atenção dada aos trâmites legais que passam a ser observados com maior rigor, apesar dos entraves da morosidade burocrática.

Assim, com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente ficou disciplinada a adoção de crianças e adolescentes, adotando critérios mais rigorosos e condizentes com a realidade brasileira: passam a ter direito de adotar pessoas maiores de vinte e um anos, independente do estado civil; a diferença de idade entre adotados e adotantes continua dezesseis anos, não podendo, no entanto, adotar irmãos e avós do adotando; o interessado deve se submeter a parecer técnico e judicial; e também fica garantida a preparação e acompanhamento por técnicos que orientam criança e família (VARGAS,1998, p. 25).

2.2 A POLÍTICA DE ADOÇÃO NO BRASIL: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Apesar dos avanços na legalização da adoção com o concomitante zelo pela proteção à criança e ao adolescente, bem como da família adotante, percebe-se que ainda temos um longo caminho a percorrer, sendo o principal deles a motivação à prática da adoção sem preconceitos e discriminação, valorizando, além dos ideários dos adotantes, o sentimento humanitário de atenuar a situação de abandono de crianças e adolescentes.

Portanto, para além da concepção pessoal de cada cidadão ou organização social instituída, o Estado brasileiro precisa investir numa política de atenção à adoção.

Isso pressupõe o investimento na conscientização e sensibilização da sociedade acerca desse direito das crianças e adolescentes e no desenvolvimento de metodologias adequadas para a busca ativa de famílias adotantes. Trata-se, portanto, de investir para que a adoção seja o encontro dos desejos e prioridades da criança e do adolescente com os desejos e prioridades dos adotantes e ocorra em consonância com os procedimentos legais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006, p. 68).

Sem conhecimento, sem mobilização, sem apoio e tendo um caminho recheado de percalços e morosidade para adotar uma criança, não é comum ver brasileiros adotando crianças e adolescentes que necessitam estabelecer e restabelecer os laços afetivos e familiares.

3 METODOLOGIA

O artigo científico contou como abordagem metodológica uma pesquisa do tipo qualitativa buscando entender um fenômeno específico em profundidade. O caráter da pesquisa se baseou no exploratório, uma vez que tem por objetivo proporcionar mais familiaridade com o objeto de estudo, visando torná-lo mais explícito (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 189-190).

Como técnica de coleta de dados para elaboração desse artigo foi utilizado o levantamento bibliográfico, a partir de trabalhos já realizados (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 185) e o Estudo de Caso, sendo que este contou com acompanhamento de um casal adotante de crianças na faixa etária de 13 anos, na cidade de São Mateus-ES, possibilitando após a análise dos dados obtidos, apontar reflexões tanto sobre aspectos relevantes que envolvem o processo de adoção no Brasil, bem como identificar sentimentos latentes entre adotantes e adotados. Dessa forma, foi possível fazer uma confrontação entre teoria e prática, aprimorando ideias já existentes e contribuindo para a construção de novas hipóteses e conceitos sobre o tema “Adoção”.

4 VISÃO DE UM CASAL ADOTANTE ACERCA DO PROCESSO DE ADOÇÃO

Como resultado da pesquisa realizada através de entrevista e da leitura de literaturas pertinentes ao tema adoção, pode-se dizer que o Estudo de Caso do casal adotante de duas crianças gêmeas, na cidade de São Mateus-ES, permitiu desmistificar alguns aspectos da prática da adoção, como também confirmar teorias já existentes.

Pode-se pontuar que quanto à motivação que levou o casal a adotar os filhos é aquela que origina o desejo em grande parte das pessoas: a impossibilidade de gerar filhos biológicos. No caso em questão, vale salientar que a religiosidade e as crenças morais do casal o levaram a desistir de uma inseminação artificial, tratamento possível e sugerido pelo médico que os acompanhava. Esse fato remete à percepção de que o casal não tinha preconceitos quanto à adoção, tanto que em virtude dos sentimentos morais

e religiosos, desistiram do tratamento e imediatamente se propuseram à adoção, desejosos de realizar o sonho de serem pais.

No que se refere à escolha, foram observados dois aspectos: a idade, a etnia e o gênero. É fato mais uma vez comprovado que a grande maioria das pessoas coloca como pressuposto para adoção que as crianças sejam bebês, de preferência recém-nascidos. Isso comprova que a adoção tardia não é um referencial no Brasil, pois ela está imbuída de especulações e preconceitos. O entendimento de que a criança forma seu caráter na primeira infância, agregado ao medo da presença sentimental dos pais biológicos, travam o desejo e o enfrentamento da adoção tardia. A questão humanitária se perde meio aos anseios dos adotantes e aos mitos da adoção de crianças e adolescentes.

A escolha por um bebê era uma determinante para o casal adotante observado: “meu único critério é que fosse um bebê, pois tinha o desejo de vivenciar todas as fases...”, disse a mãe.

Apesar dos estudos apontarem que a escolha também perpassa fortemente pela questão de etnia e do gênero, no caso analisado esses aspectos não tiveram qualquer peso na decisão, o que reforça que a adoção para o casal não estava envolta de maiores preconceitos e medos.

Adotar através das vias legais era a pretensão do casal desde a tomada de decisão. No entanto, a entrevista revela, através do relato dos pais, que foi apontado para eles o caminho mais fácil, ao qual não se sucumbiram. No entanto, apesar de procurarem o órgão competente, os pais, em virtude do grande afã de ter filhos, buscaram atalhos para encurtar o processo de adoção: expuseram, assim, seus desejos em hospitais e maternidades. Naquela época, há 13 anos, apesar dos avanços preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e na própria forma do poder judiciário se organizar, ainda não existiam as instituições de acolhimento, nem o processo de habilitação do adotante. Os acordos extra-judiciais firmados, contribuíram para “agilizar” a guarda provisória e adoção definitiva dos gêmeos.

Dessa forma, a adoção aconteceu dentro da legalidade praticada na ocasião.

De acordo com os pais adotantes, a aceitação da adoção dos gêmeos por parte dos familiares não teve obstáculos: “os familiares reagiram da melhor forma possível, pois já existia outro caso de adoção na família. Esse sempre foi um assunto aberto e discutido”, disse a mãe.

No caso em questão, o fato da família já haver vivenciado a adoção anteriormente, foi um aspecto facilitador para o desenvolvimento dos laços afetivos. O casal relata que a avó materna e dois tios se deslocaram de outro Estado para prestigiar e acolher os novos membros da família. A afetividade, assim, está diretamente ligada à aceitação. Quando o preconceito e o medo são rompidos, os laços afetivos se fortalecem e a aceitação do adotado fica de tal forma fortalecida que o adotante não o estigmatiza e, sim, o recebe enquanto filho incondicional.

É importante destacar que o relato do casal ressalta a importância da aceitação por parte da família, sendo esta uma condição que dá suporte ao adotante para superar o preconceito e a especulação da sociedade. Em sua fala, o casal diz que apesar da boa acolhida dos gêmeos, alguns dos relacionamentos de amizade que tinham se romperam em virtude do preconceito.

Embora a aceitação e afetividade observadas no processo de adoção referente ao Estudo de Caso em questão, é óbvio que na sociedade brasileira ainda é muito acentuado o preconceito camuflado. As crianças e adolescentes adotados sofrem discriminação, também levam consigo o estigma de serem “filhos adotivos”. Essa realidade é fruto da forma como a adoção é tratada pelos diversos segmentos da sociedade. Para superar essa condição, é necessário um esforço comum e uma vontade pessoal daqueles que veem a adoção com uma visão humanitária.

5 CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa, conclui-se que a questão da adoção ainda é tratada de forma preconceituosa, entendida pela via do senso comum e dos anseios e ideais imagináveis dos adotantes. Faz-se urgente construir uma cultura que venha atender as necessidades das crianças em situação de abandono que necessitam ser inseridas em um novo contexto familiar.

Os critérios adotados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigência, precisam ser colocados em prática, acompanhados de uma política de atenção à adoção. O Estado precisa assumir a responsabilidade em investir numa política pública de incentivo à adoção, apoio às iniciativas públicas e privadas e na adoção de um regime judicial menos burocratizado. Nessa perspectiva, outras organizações sociais têm um importante papel na construção desse novo olhar sobre a questão da adoção, pois os fins humanitários que envolvem esta causa não alcançaram o imaginário de uma sociedade que tem na adoção uma conotação desaprovada pelo convencionalismo.

Aspectos relevantes precisam ser considerados por aqueles que veem na adoção uma ação humanitária, capaz de modificar a realidade de meninos e meninas brasileiros, minimizando os entraves de uma sociedade que nega seus conflitos sociais.

O estudo de caso realizado confirma que apesar da adoção ainda estar envolta de preconceitos, especulações e, muitas vezes, olhada sob um ponto de vista negativo, essa prática além de proporcionar a construção de novas relações sociais positivas, tanto para o adotante como para o adotado, vem imbuída de um sentimento humanitário, embora não consciente e explícito.

Assim, a desmistificação de preconceitos, aliada a uma política efetiva de atenção à adoção, contribuirão para a adoção de um maior número de crianças e adolescentes, evitando que fiquem reféns de situações de descaso e, muitas vezes, até de violência de toda sorte.

REFERÊNCIAS

1. MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
2. **PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Brasília-DF: Conanda, 2006. 68 p.
3. SOUZA, Hália Pauliv De. **Adoção é Doação**. Curitiba: Juruá, 2009.
4. VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia. Da família sonhada à família possível**. Casa do Psicólogo: São Paulo, 1999.
5. VAZ, Regina. **Filho do coração**. Novo Século Editora Ltda: Osasco, SP, 2008.
6. WEBER, Lídia Dobrianskyj. **Laços De Ternura**. Curitiba: Juruá, 2007

O PROTAGONISMO DO USUÁRIO DA ASSISTÊNCIA NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES

Alreni Soto⁸
Ana Paula Peçanha⁹

RESUMO

A Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, caracteriza-se por um conjunto de ideias e pela concepção da Política de Assistência Social como política de seguridade, garantidora dos direitos de cidadania e participação civil. O desenvolvimento desse trabalho transcreve as dificuldades e potencialidades para as Políticas Públicas atenderem em efetividade seus objetivos. Nessa pesquisa foram utilizadas as pesquisas exploratória e descritiva. Ainda foram realizadas pesquisas, bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso para a confirmação da hipótese levantada aqui. Na obtenção dos dados adota-se como técnica de coleta de dados os documentos conservados e arquivados da Secretaria Municipal de Nova Venécia. Ao término da pesquisa constata-se que a forma que se coloca a participação democrática dentro desses espaços deliberativos, onde o usuário obtém possibilidades de escolhas e de expor sua opinião, não tem sido visto como elemento de renovação nessa dimensão e processo democrático do município, impondo novas leituras e interpretações acerca da relação Estado/Sociedade. Mostrou-se registro dos desafios e possibilidades dos processos atuais de consolidação da democracia cidadã.

Palavras-chave: Controle social; Estado; Sociedade civil; Democracia.

ABSTRACT

Social Work Bylaw, which regulated the articles 203 and 204 of the Federal Constitution, is characterized by a group of ideas and by the conception of the Social Assistance Policy as a stability policy, guaranteeing the citizenship rights and civil participation. The development of this paper transcribes the difficulties and the powers for the Public Policies to attend effectively their goals. In this paper, exploring and describing researches were used as well as bibliographical, documental, field ones and also case study to confirm the hypotheses rose. In the achievement of the data, documents kept and filed in Nova Venecia County Department were adopted as technique of data collect. At the end of this research it has verified that the way that democratic participation inside these deliberative spaces, where the beneficiary obtains possibilities of choosing and exposing his / her opinion, hasn't been considered as an element of renew in this dimension and democratic process of the county, imposing new

⁸ Discente do curso de Pós-Graduanda em Gestão Pública da Assistência Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁹ Professora/Coordenadora do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

interpretations and ideas about the relation State / Society. It has displayed registers of the challenges and possibilities of the current processes of the consolidation of the citizen democracy.

Keywords: Social control; State; Civil Society; Democracy

1 INTRODUÇÃO

A participação como elemento de renovação da gestão local, tem se destacado como dimensão inusitada do processo de redemocratização¹⁰ no Brasil, impondo novas leituras e interpretações acerca da relação Estado/Sociedade mostra-se como registro dos desafios e possibilidades dos processos atuais de consolidação da democracia entre nós (TATAGIBA, 2003). Nesse sentido, é que o tema compõe o universo mais amplo de preocupações que estimulam e orientam as pesquisas em torno dessa questão.

De acordo com Tatagiba (2003, p. 1), é com o agravamento dos problemas sociais e a crise do setor público (ao lado de uma demanda cada vez mais crescente dos setores sociais pelo controle do Estado e suas políticas), que se tem questionado o padrão centralizador, autoritário e excludente que marcou a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, bem como a capacidade do Estado em responder as demandas sociais quanto à eficácia dos resultados.

No centro do processo de reestruturação, surgem também novas e diferentes formas de se elaborar e pensar as políticas públicas, passando a ser vista de forma grande e importante como marca fundamental na ampliação do campo de decisão para a incorporação de novos atores e temas.

Como afirma Melo (1998, p. 18-19).

[...] a partir de 1984, o campo conceitual se desloca para análise dos *modus operandi* da mesma [da política pública] e do seu caráter burocrático, privatista, centralizador, excludente e ineficaz. No diagnóstico que os analistas críticos e setores organizados realizaram dois instrumentos de engenharia político – institucional são apontados para a superação do *mistargeting*¹¹: a participação dos setores excluídos na arena decisória (e seu corolário, a transparência dos processos decisórios) e a democratização (pela qual os problemas associados ao gigantismo burocrático poderiam ser superados). Nesse movimento, as dimensões processuais da democracia passaram, pela primeira vez, a ser colocadas na agenda da discussão pública [...]

Ainda de acordo com Melo (1998, p. 1),

¹⁰É o processo de restauração da democracia e do estado do direito em países ou regiões que passaram por um período de autoritarismo ou ditadura (TATAGIBA, 2003, p. 1).

¹¹Desenvolvida pelo Banco Mundial para situações em que ocorre grande desproporção em os recursos aplicados e os resultados alcançados, principalmente pelo segmento que configuram a população-meta (MELO, 1998, p. 18-19).

É introduzido na agenda pública como princípio democrático, a participação por se tornar um pré-requisito necessário para o aperfeiçoamento do modus operandi¹² das políticas públicas, tornando-as, dessa forma mais eficiente.

Portanto, a evolução do debate sobre as políticas públicas no Brasil causaria uma notável inflexão que encontraria formatação legal na Constituição de 1988, onde sob as bases de um novo arranjo federativo, instituiria a democratização e a participação social como princípios regentes das ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Do ponto de vista do novo processo decisório e nas formas de propor com efetividade os serviços que devem ser prestados a sociedade civil através das políticas públicas, Farah (1999, p. 2), destaca as novas relações entre o Estado e o cidadão na implementação do controle e a avaliação das políticas; a tendência à integração das ações; a participação social na elaboração de programas e projetos e mudanças na dinâmica interna de funcionamento das organizações estatais, apontando para a modernização da gestão. Assim, as chamadas “experiências inovadoras de gestão” são aquelas que incorporam – no todo ou em parte – os elementos caracterizadores desses “eixos de inovação”.

Esse processo de ampliação e complexificação da arena de formulação e implementação das políticas foi intensificado nos anos 90, motivado pelas reformulações no âmbito da agenda de reformas neoliberal, por um lado, e pela aposta dos setores progressistas na participação institucional como estratégia para radicalização da democracia, por outro. Assim, exerceriam controle social, seja nos conselhos gestores de políticas pública, orçamentos participativos, redes sociais, câmaras setoriais, consórcios ou nas mais diferentes formas de parceria. Desse modo, o princípio da participação se afirma e consolida como ideário hegemônico indiferente às intencionalidades dos atores e suas diferentes filiações político – ideológicas (TATAGIBA, 2003, p. 2).

A partir de todos os pontos de vista apresentados neste projeto de pesquisa, de autores que apontam a importância do protagonismo da sociedade civil no controle e efetivação das políticas públicas, e sobre os questionamentos levantados sobre o mesmo, que o tema da participação social ganhou centralidade na proposta dessa pesquisa.

Esse artigo parte do ponto a analisar a participação dos usuários nas Conferências Municipais de Assistência Social na perspectiva do controle social¹³, através da identificação dos atores que tem ocupado os espaços das Conferências Municipais do município de Nova Venécia-ES, verificando se as deliberações desses espaços têm contemplado de fato os interesses dos usuários e analisar que tipo de ações mobilizadoras são realizadas para que os usuários ocupem seu espaço nos Conselhos Municipais de seu município.

¹² Significa "modo de operação", utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos (MELO, 1998, p. 1).

¹³ É a participação da sociedade civil no planejamento, execução, acompanhamento, avaliação, e fiscalização. Trata-se de uma ação conjunta entre estado e sociedade, em que os eixos centrais compartilham responsabilidades, a fim de aumentar a eficácia e efetividade das políticas públicas; proporciona transparência das ações do poder público local (Fonte: www.mds.gov.br).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BRASIL

A Política de Assistência Social hoje no Brasil tem como principal desafio assegurar prioridade aos setores mais vulneráveis da população, buscando a progressiva inclusão de milhões de brasileiros que excluídos do mercado formal de trabalho vivem em situação de vulnerabilidade social. Assim, tal política está em consonância com que preceitua a NOB – Norma Operacional Básica¹⁴ (1999), a demandarem proteção social, que deve ser garantida pelo sistema de direitos socioassistenciais (BRASIL, 2003, p. 9).

Portanto, a situação de precariedade não deve ser vista de forma restrita à exclusão do mundo da produção e do consumo, mas também do conjunto de direitos referidos ao conceito de cidadania. É fundamental atentar para a dimensão emancipatória da assistência como política pública, para que essa seja capaz de promover a autonomia dos seus usuários, não só do ponto de vista econômico, mas no que se refere ao conhecimento e acesso os direitos (BRASIL, 2003, p. 9).

Assim, a LOAS¹⁵ trouxe um ordenamento jurídico bastante avançado no campo dos direitos, pautada numa perspectiva universalizadora, concebida como um direito social, rompendo então com formas espontâneas, ocasionais e assistemáticas de prestação de serviços sociais (BRASIL, 2003, p. 11).

As tradicionais práticas assistencialistas exercidas em nome dos sentimentos, do desprendimento pessoal, do interesse eleitoral, embora com diferença entre si, disputaram o campo da Assistência Social através de ações dispersas, baseadas em iniciativas particulares que acabaram por se mostrar incapaz de reverter o quadro de falta de proteção social que as originou. Tais práticas, além de improdutivas, resultaram na desqualificação, seja do agente seja do usuário da Assistência Social, sedimentando o que se denominou “*política de clientela*” (BRASIL, 2003, p. 12).

Pela Constituição Federal de 1988, as competências e instâncias das políticas próprias da Assistência Social, confundiam-se muitas vezes com o estatuto jurídico – político, onde, outros profissionais podiam executar ações próprias do assistente social (SIMÕES, 2009, p. 287).

A partir da LOAS regulamentada sobre a Lei nº 8.742, de dezembro de 1993, as áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social são objeto de leis específicas, que regulamentarão sua organização e funcionamento.

De acordo com Lopes (2006, p. 77):

¹⁴ Apresenta os eixos estruturantes para a realização do trabalho a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil (Norma Operacional Básica NOB/SUAS, 2005, p. 7).

¹⁵ Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742), que a partir de sua promulgação, surge o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social (Lei Orgânica da Assistência Social, 2003, p. 12).

A história da Assistência Social no Brasil apresenta movimentos demarcados por ocorrências muito específicas nas décadas de 1980 e 1990 e que são, reconhecidamente, produtos da luta política de trabalhadores sociais, dos intelectuais, dos cidadãos e das organizações não governamentais atuantes na área social, como é sabido. Fala-se exclusivamente de dois adventos em particular: a Constituição Federal de 1988, ao afirmar a assistência social como política pública do sistema de proteção social do país, a seguridade social, e a LOAS. A abrangência e o significado da assistência social, a partir de então, são configurados por distinguir o direito, a qualquer cidadão brasileiro, aos benefícios, serviços, programas e projetos sócio-assistenciais, até então desconhecido categoricamente ou mesmo negligenciados. Devido ao seu caráter não contributivo e seu conteúdo não mercantil, a cobertura do campo sócio-assistencial a partir da LOAS, visa assegurar a redução ou a eliminação de vulnerabilidade que fragilizam a resistência do cidadão e da família ao processo de exclusão sociocultural, dedicando-se ao fomento das ações impulsionadoras do desenvolvimento de potencialidades essenciais à conquista da autonomia. Assim, cabe à assistência social, portanto, ampliar a proteção e segurança social por meio de várias dimensões complementares.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, é apresentado pelo PNAS (BRASIL, 2004, p. 33) cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constituindo-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros, indivíduos e o território com base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. É uma política co-financiada pelas três esferas de governo, e pelas competências técnico-políticas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, e mais a participação e mobilização da sociedade civil com o papel efetivo na sua implantação e implementação.

Em 2003, a deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social de acordo com Simões (2009), determinou a reorganização das ações e serviços assistenciais, no território nacional, por meio da articulação e provimento de dois níveis de complexidade de atuação: a **Proteção Social Básica** atua na prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições – e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, esse nível de proteção é destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) e a **Proteção Social Especial** é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Os serviços de proteção social especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Os serviços desse tipo de proteção podem ser organizados com base local, em municípios com maior incidência da violação dos direitos; por meio de serviços de referência regional, coordenado e executado pelos estados; ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios (SIMÕES, 2009, p. 304-305).

A Proteção Social Especial é subdividida em *Média Complexidade* que são os serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A proteção social de média complexidade é organizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais. Neles, são ofertados serviços socioassistenciais que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, comportam encaminhamentos monitorados e sistemáticos, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada, e *Alta Complexidade*, que são os serviços que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário (SIMÕES, 2009, p. 304, 305).

Ainda para Simões (2009, p. 305-306):

Classificou os municípios em três *níveis de gestão*¹⁶ (inicial¹⁷, básica¹⁸ e plena¹⁹) segundo sua capacidade de executar e co-financiar os serviços assistenciais, envolvendo, também, os fundos assistenciais. Sob o princípio da territorialidade, classificou-os baseado na respectiva população, em *pequeno*. De acordo com esta classificação, tem sua habilitação condicionada para o repasse de recursos públicos. Exigiram-lhes a criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, a instituição do fundo municipal e a aprovação da política municipal de assistência social.

¹⁶ A Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), publicada em 2.005, estabelece três níveis de gestão municipal: Inicial, Básica e Plena. Os municípios que não se enquadram em qualquer desses casos são de responsabilidade dos órgãos gestores estaduais. Sobre a Gestão Plena, é o seguinte o que dispõe a NOB/SUAS. (BRASIL, 2005, p. 11).

¹⁷ Municar e manter atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS, componentes do Sistema Nacional de Informação; inserir no Cadastro Único as famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco, conforme critérios do Programa Bolsa Família (Lei10836/04); preencher o plano de ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o relatório de gestão como forma de prestação de contas. (BRASIL, 2005, p. 26).

¹⁸ Identificar e reconhecer, dentre todas as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, aquelas que atendem aos requisitos definidos por esta norma para o estabelecimento do vínculo SUAS; preencher o plano de ação no sistema SUAS-WEB e apresentar o relatório de gestão como forma de prestação de contas e elaborar relatório de gestão. (BRASIL, 2005, p. 26).

¹⁹ Nível onde o município tem a gestão total das ações de assistência social sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS. O gestor, ao assumir a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seu município, deve prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos existentes em seu município. Por isso tem de se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e serviços que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda; que vigiem os direitos violados no território; que potencialize a função protetiva das famílias e a auto organização e conquista de autonomia de seus usuários (BRASIL, 2005, p. 28).

Mais adiante, ainda de acordo com Simões, (2009, p. 305) o marco inicial de implantação do SUAS foi a Norma Operacional Nacional Básica – NOB/SUAS, aprovada pelo CNAS por meio da Resolução nº. 130 de 15/07/2005.

Dessa forma, Simões (2009, p. 306), coloca que:

A participação popular está assegurada pelo inciso II do art. 5º da LOAS, em conjugação com três outras diretrizes: a *descentralização político-administrativa* (Estado, Distrito Federal e Municípios); o *comando único*, em cada esfera de governo; e a *primazia da responsabilidade* do Estado, na condução da política de assistência social no três níveis federativos.

Portanto, é no interior desse processo que o debate em torno da participação dos usuários torna-se relevante na perspectiva de controle social. Assim, a pesquisa se propõe analisar tal participação no cenário posto pelas Conferências Municipais de Assistência Social do município de Nova Venécia/ES.

2.2 O HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Desde que existem pobres, há gente que se preocupa com eles. Mas a partir do surgimento da sociedade capitalista, quando o lucro deixou de ser pecado ou imoralidade, que a preocupação com as “classes despossuídas” e os problemas sociais e políticos que esta população poderia criar, tornou-se uma necessidade de defesa da burguesia recém-chegada ao poder. Estado e Igreja vão dividir tarefas: o primeiro impõe a paz política (e com toda a violência necessária), a Igreja, ou melhor, as Igrejas (Católica e Protestante) ficam com o aspecto social: trata-se de fazer caridade (ESTEVÃO, 2006, p. 10).

Conforme a ideia apresentada pela Revista Quadrimestral de Serviço Social (2006, p. 5), nos anos 1960 a profissão questiona seus referenciais teóricos e operativos e, assumindo as inquietações e insatisfações daquela conjuntura histórica, inicia em toda a América Latina um amplo movimento de renovação profissional, que exige dos assistentes sociais a construção de um novo projeto profissional comprometido com as demandas e interesses da população usuária de seus serviços.

Faleiros (2007, p. 12-13) coloca que no contexto político de um capitalismo dependente e agroexportador, embora com um processo, incipiente de industrialização substitutiva de importações, as classes hegemônicas se articulavam em torno do que se pode chamar de burguesia agroexportadora industrial, apesar de alguns acharem que não havia, propriamente falando, uma burguesia, o que hoje me parece cada vez mais questionado. Getúlio Vargas toma e assume o poder numa nova correlação de forças em que emergia a pressão do operariado e das classes médias, mas ainda com grande poder da Igreja Católica. Pontua também que nesta época, a sociedade também passava por profundas mudanças no plano do conhecimento científico com o avanço das pesquisas médico-sociais, psicossociais, biológicas e sociais. Os trabalhos de Pasteur, Marx, Durkheim, Mendel, Darwin, Claude Bernard, só para citar alguns, no século XIX, abriram sendas de conhecimentos experimentais e comportamentais. Marx no plano político, e Freud, já mais no final do século passado e início deste, no plano psicológico, questionaram

também os fundamentos da sociedade da época. Apesar desse questionamento nos meios científicos e profissionais predominou a idéia da biologização do social, aliada a uma profunda influência da moral e da ordem em relação ao caráter religioso e conservador (FALEIROS, 2007).

Estevão (2006, p. 12) destaca que a partir das conferências São Vicente de Paulo, em 1833, por exemplo, organizam seu trabalho em torno de visitas a domicílio, creches, escolas de reeducação de delinquentes, cuidados e socorros a refugiados e imigrantes. O que era feito apenas nas paróquias passa a ser feito por toda a cidade e até aí a Assistência Social é exercida, em caráter não profissional como contribuição voluntária daqueles que possuíam bem para aqueles que eram pobres.

Como pontua Estevão (2006, p. 16):

A nova profissão seguiu caminhos diferentes em cada país. Para nós interessa lembrar como isso aconteceu nos Estados Unidos porque, como bons colonizados, copiamos os métodos e técnicas de lá, durante muito tempo. As damas de caridade que pretendiam ganhar o céu minorando as agruras alheias acreditavam seriamente que os pobres eram a causa de sua própria situação e bastavam uma ajuda inicial e uns conselhos bem dirigidos para que se lhes abrissem as portas das benesses que o capitalismo oferecia a todos indistintamente.

Como justificativa para resolução dos problemas sociais, Estevão (2006, p. 17), argumenta que como o pobre sempre tem muitos filhos não bastava apenas ajudar a pessoa, era necessário também pensar na família, daí surge o trabalho com as famílias, como menores, na área de higiene, etc. Até então, por razões semelhantes, o Poder Público não estava interessado em assumir os custos da Assistência Social deixando-as nas mãos de instituições particulares, especialmente as religiosas.

Dessa forma, Torres (2002, p. 28), aponta que no Brasil, a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras dão início à preparação de pessoas para trabalhar na assistência preventiva e no apostolado social, permitindo, dessa forma, o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social a partir da década de 1930.

No entanto, havia uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Uma época de profundas crises econômicas, com a pobreza e a miséria se alastrando, conseqüências do rápido crescimento urbano e industrial. A Sociologia tentou dar conta de tudo isso e oferecer uma explicação não religiosa ao que acontecia na sociedade americana, várias experiências de filantropia e caridade, tendendo a procurar um espaço dentro das novas profissões emergentes (ESTEVÃO, 2006, p. 17).

Foi juntando tudo isso e mais a preocupação em reformar essa sociedade que Mary Richmond, uma assistente social norte-americana, no início do século XX, teve a sensibilidade de começar a pensar e a escrever a respeito do que é Serviço Social e de como ele deveria ser exercido, para ela, dar ajuda material para as pessoas pobres não era Serviço Social, era apenas um ósseio do ofício, mas não o próprio ofício, fazer Serviço Social implicava trabalhar a personalidade das pessoas e o seu meio social. É claro que o “meio social” eram a família, a escola, os amigos, o emprego, etc. (ESTEVÃO, 2006, p. 17-18).

A princípio, orientado por vagas noções de doença social, anormalidade, necessidade de equilibrar os pontos de estrangulamento social e de desequilíbrio, evoluir depois para as idéias de subdesenvolvimento e atraso econômico. As comunidades eram atrasadas culturalmente, economicamente subdesenvolvidas e socialmente doentes (ESTEVÃO, 2006, p. 29).

O desenvolvimento econômico conforme Estevão (2006, p. 29), é um processo com várias etapas, que tem como objetivo levar os países ao mesmo modelo econômico dos países desenvolvidos. A emergência da problemática do desenvolvimento, pensado dessa forma, influenciou os projetos profissionais do Serviço Social, entendido como uma temática que deve contribuir, e tem todas as condições para isso, no processo geral do desenvolvimento econômico e social do país.

As tarefas desenvolvidas pelos assistentes sociais na década de 60 são principalmente prestar assistência material, prevenir a “desorganização” e a “decadência” das famílias proletárias, a regularização legal das famílias (casamentos), fazer encaminhamentos, colocação em empregos e abrigos provisórios, fichários dos assistidos, curso de formação moral, etc. (ESTEVÃO, 2006, p. 48).

De acordo com Silva (1995, p. 23), uma análise do processo de desenvolvimento do Serviço Social, em relação à dinâmica da conjuntura brasileira, revela uma clara articulação da prática profissional com os pólos constitutivos da estrutura social, ou seja, uma articulação com a dinâmica das classes sociais nas diferentes conjunturas.

Para Torres (2002, p. 28):

O Serviço Social cumpre implacavelmente a sua sina de serviço de controle²⁰, que “acompanha a multiplicação dos antagonismos sociais e o aprofundamento das contradições substanciais da sociedade. É uma profissão requisitada pelo capitalismo para atuar inicialmente como mediadora dos conflitos sociais, pois que as desigualdades sociais assumem contornos preocupantes. Daí a necessidade de medidas sociais que respondessem às reivindicações dos trabalhadores e, conseqüentemente, a necessidade de profissionais que pudessem redimensionar com racionalidade as políticas sociais.

Após a criação das primeiras escolas de Serviço Social, ocorre a institucionalização do Serviço Social, quer dizer, pouco a pouco o governo vai criando instituições que vão assumir a assistência social e legalizando a existência da profissão no Brasil (ESTEVÃO, 2006, p. 48).

A criação do Conselho Nacional de Serviço Social, por decreto-lei, em 1938, é um sintoma da preocupação do Estado Novo com a questão da assistência pública, mesmo que este Conselho não tenha dado resultados práticos (ESTEVÃO, 2006, p. 48 e 49).

²⁰ O capitalismo utiliza a divisão social do trabalho para legitimar e perpetuar uma ordem social de acumulação do capital. Assim, divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais enquadradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses, que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento segundo os padrões de racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 77).

A primeira instituição pública importante, também criada por decreto-lei, na área da Assistência Social, foi a Legião Brasileira de Assistência, nascida em 1942 com o objetivo de “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social”, ao mesmo tempo em que procurava canalizar e conseguir apoio político para o governo através de sua ação assistencialista (ESTEVÃO, 2006, p. 49).

Segundo a visão de Torres (2002, p. 24) sobre a execução do trabalho do Serviço Social:

No Brasil, as primeiras – damas sempre dirigiram instituições assistenciais governamentais, como a Legião Brasileira de Assistência - LBA²¹ e instituições filantrópicas como a Central de Voluntários do Amazonas. Segundo o discurso oficial, essas instituições têm por finalidade o apoio e a promoção ao desenvolvimento das classes subalternas. Trata-se, na verdade, de uma prática associada à ideologia da benemerência²², em que a figura da primeira-dama simboliza a bondade e a caridade para certos seguimentos sociais.

Por isso mesmo, o processo constituinte, desde a convocação feita em 1986, até a promulgação da nova constituição de 1988, é palco de uma intensa luta política na qual as classes sociais atuam organizadamente, ainda que em condições bastante desiguais claramente desfavoráveis aos trabalhadores, proletários e excluídos (SILVA, 1995, p. 46).

2.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, COMO MARCO DO SERVIÇO SOCIAL

Um dos grandes avanços contemplador da Constituição Federal de 1988 foi a descentralização político-administrativa da Assistência Social. Com efeito, os constituintes perceberam que não só a União, como também Estados, Distrito Federal e Municípios são responsáveis por reduzir a pobreza e a exclusão social no País, em estreita parceria com a sociedade civil organizada (BRASIL, 2002, p. 13).

A profissão assume no Brasil um caráter de político público a partir da Constituição de 1988 ao compor, juntamente com as políticas de saúde e previdência, o sistema de Seguridade Social brasileiro. Em 1993 é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei 8.742), que a partir da qual inicia o processo de reorganização da assistência no País e a necessidade de revisão dos conceitos assistencialistas que permeavam o campo da política social (MENDES, PRATES E AGUINSKY, 2009, p. 31).

O campo da Assistência Social convive, portanto, desde a Constituição de 1988, com a complexidade em lidar com as questões jurídicas e as do plano político. A legislação é fruto de representações desses interesses, muitas vezes de difícil conciliação. Apresenta-se como um documento jus político – jurídico e político – que expressa “a reprodução

²¹ Foi um órgão brasileiro fundado em 1942 pela então primeira dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados a Segunda Guerra Mundial (TORRES, 2002, p. 24).

²² Significa o mesmo que merecimento (PRIBERAM, 2010).

de velhos embates em torno da questão social e velhas resistências em transformar a proteção ao pobre em direito de cidadania” (MENDES, PRATES e AGUINSKY, 2009, 35-36).

Ainda de acordo Mendes, Prates e Aginsky (2009, p. 46), a partir da Constituição Federal o Estado reconhece a assistência social como direito universal para que todos dela necessitem, e a define como a política da Seguridade Social Brasileira. Trânsito para o campo dos direitos sociais, que visa à universalização do acesso com responsabilidade estatal superando o assistencialismo através da ampliação do protagonismo dos usuários, através da participação da população e a descentralização político-administrativa.

2.4 LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social constituído pelas entidades, organizações de assistência social, e por um conjunto de instancias deliberativas composta pelos diversos setores envolvidos na área. As ações deste sistema são organizadas nas três esferas de governo, realizando-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e à coordenação e execução dos benefícios, serviços, programas e projetos, em suas respectivas esferas e dimensões aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 2002, p. 13).

A Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, caracteriza-se por um conjunto de idéias e pela concepção da Política de Assistência Social como política de seguridade, garantidora dos direitos de cidadania. Ela traz em si a superação da lógica da caridade e do favor. A visão equivocada da incompetência dos pobres é subdivida pela noção dos direitos de cidadania e de responsabilidade do estado na proteção aos mais vulneráveis. Em suas diretrizes, a LOAS estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, a definição de competência das três esferas de governo na implementação da política, a criação e o fortalecimento das instancias de participação e controle, e o cofinanciamento pelos três entes federados e a primazia de responsabilidade do estado na condução da política em cada esfera de governo. Em seus objetivos a LOAS evidencia a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, além da habilitação e da reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, no sentido de promover sua integração à vida comunitária. Essa Lei é resultado da luta de uma grande parte da população brasileira comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a LOAS, é, hoje referencia fundamental para a implementação de ações sócio-assistenciais direcionadas à superação das desigualdades e da degradante condição de vulnerabilidade a que está submetida uma significativa parcela da população brasileira (BRASIL, 2003, p. 3-5).

A descentralização da assistência e participação da população na formulação das políticas sociais são diretrizes privilegiadas na LOAS, assim como a universalização dos direitos sociais e a igualdade no acesso aos serviços, figurando-os como questões basilares. A descentralização é aqui entendida não apenas no sentido de remanejamento

de competências decisórias e executivas, mas também de recursos financeiros e, introduzindo em contra partida, a participação da sociedade civil. Nesse enfoque a LOAS estabelece como diretriz a descentralização político-administrativo, transferindo para os Estados, Municípios e Distrito Federal, o comando das ações de Assistência Social (OKABAYASHI, 1998, p. 118).

A assistência, como instituição de nível constitucional, sobre tudo com atribuição da respectiva competência ao CNAS, propiciou o reconhecimento e sua natureza de política pública. Porém, nas hipóteses em que a institucionalidade do serviço social está vinculada à sua realização, segundo o plano deliberado pelo conselho, tem natureza pública, mesmo quando realizado em entidades e organizações assistências; o mesmo se verifica com relação às demais políticas públicas deliberadas por conselhos (saúde, previdência social, segurança pública educação, habitação e outras). Nas demais atividades têm natureza privada (SIMÕES, 2009, p. 287-288).

2.5 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS.

A Política Nacional de Assistência Social–PNAS estabelece um novo reordenamento da Política Nacional que aponta unidade nas ações no âmbito do território nacional e uma graduação de níveis de proteção social balanceada pelos níveis de vulnerabilidade social em riscos sociais.

Segundo a PNAS, traçada pelo CNAS e por ele aprovada em novembro de 2004, cabe ao Poder Público conferir unidade aos esforços sociais, a fim de compor uma rede nacional; rompendo com as práticas das ajudas parciais e fragmentadas, propugnando por direitos a serem assegurados de forma integral, com padrões e qualidade possíveis de avaliação. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo CNAS, promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabem, por isso, à assistência social, segundo essa política as ações de prevenção, proteção, promoção e inserção bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam a vulnerabilidade, o risco social e eventos; assim como atendam às necessidades emergentes ou permanentes, decorrente de problemas pessoais ou sociais de seus usuários e beneficiários (SIMÕES, 2009, p. 296).

2.6 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

O SUAS tem o objetivo de identificar os problemas sociais focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros na cobertura social, estabelecendo um modelo democrático, descentralizado e participativo, seguindo os princípios da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social que se pautam pela universalização e igualdade de direitos aos demandatários dessa política que é dever do estado e direito do cidadão. É uma política por excelência deve se integrar às demais políticas públicas, para fins de concretização de direitos que historicamente sempre

foram negados a uma parcela significativa da população (MENDES, PRATES E AGUINSKY, 2009, p. 7).

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, com base na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), representou um salto qualitativo no ordenamento político-institucional da Assistência Social como uma política pública de Estado, de direção universal e responsável, por garantir os direitos sócioassistenciais não contributivos. Assim, a nova matriz de gestão da política de Assistência Social, na perspectiva do SUAS, apresenta-se enquanto uma proposta inovadora de superação das práticas e concepções burocráticas, patrimonialistas e tuteladoras que têm caracterizado historicamente a Assistência Social (MENDES, PRATES E AGUINSKY, 2009, p. 85).

De acordo Mendes, Prates e Aguinsky (2009, p. 105-106) quanto ao protagonismo dos usuários, o desafio que sobressai é como fortalecer e instrumentalizar político-institucionalmente a participação popular dos usuários do processo de diagnóstico, planejamento, gestão, controle social, monitoramento e avaliação das políticas de Assistência Social, tornando-os de fato os principais protagonistas da implementação do SUAS. Tal afirmativa parte do pressuposto de que a efetiva participação crítica, coletiva e protagônica da população usuária, possibilitarão estabelecer uma nova radicalidade no enfrentamento à cultura patrimonialista, de subalternidade e coerção, potencializando-se, assim, a luta pela efetivação e ampliação do direito à proteção social gratuita e universalizada. Essa questão diz respeito à efetivação do exercício da defesa social e institucional que a política de Assistência Social deve assegurar ao conjunto de seus usuários.

O princípio da descentralização na política de assistência social apontado por Simões (2009, p. 322), define responsabilidades diferentes para os representantes do Poder Executivo (gestores) e conselhos das esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. É importante estarmos cientes de que o SUAS, consagrado na PNAS de 2004 e na NOB SUAS, é um modelo de organizar todas as ações da política pública de assistência social. O SUAS é válido para todo o território nacional e integra e define as responsabilidades compartilhadas entre os três entes federativos (União, Estados e Municípios e Distrito Federal). O Sistema Único tem como objetivo consolidar um sistema descentralizado e participativo previsto na Lei Orgânica de Assistência Social. O trabalho do SUAS e o protagonismo dos usuários, são a base para uma atuação democrática e participativa.

2.7 CONTROLE SOCIAL

As múltiplas dimensões e desafios presentes na proposta da democracia participativa foram se tornando mais evidentes à medida que essas mediações foram ganhando existência concreta e, ao mesmo tempo sendo problematizadas pela ação de grupos e indivíduos que, tematizando as condições da vida cotidiana, foram inventando novas formas de fazer política e buscando novos espaços para seu exercício. Questionando na prática os limites da democracia liberal os movimentos sociais demonstravam em várias partes do mundo que a ação política das classes subalternas poderia, de fato, contribuir

para a democratização da cultura política e para a reinvenção dos padrões de relação Estado/sociedade (TATAGIBA, 2003, p. 10).

A participação popular ocorre de várias formas: por meio dos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos; das mesas de negociação, e também das Conferências Nacionais. De 2003 a 2008, o país registrou um total de 53 Conferências realizadas, mobilizando mais de 3,4 milhões de pessoas em todas as suas etapas (AVRITZER, 2009, p. 96).

A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar que agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto enquanto ser social nasce já no contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir. A participação não é uma questão de pobre, do miserável, ou do marginal, é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobre tudo, questão social (SOUZA, 1995, p. 81).

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações do Estado.

Correia (2008, p. 149) apresenta que a expressão do controle social tem sido usado por vários seguimentos da sociedade – em movimentos populares e sindicatos, partidos políticos, Organizações não governamentais, gestores das três esferas de governo e entre estudiosos e pesquisadores na área social – com sentidos diferentes a partir da concepção de Estado e sociedade civil adotada e da interpretação diferenciada da relação entre essas esferas.

De acordo com a publicação Brasil (2007, p. 15), o controle social tem como objetivo abranger, elaborar e executar os recursos orçamentários arrecadados, e fiscalizar a prestação de contas e sua utilização, sob a ótica não apenas da legalidade ou regularidade formal dos atos, mas, também, da legitimidade, economicidade, oportunidade e adequação ao propósito de assegurar o alcance do bem comum e do interesse públicos.

Segundo Correia (2008, p. 149), o controle social é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade, quanto para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado. E, mesmo nestas duas concepções existem diferenças devido ao entendimento da função do Estado e da extensão do seu poder e / ou devido à forma de como se concebe a sociedade civil.

Dessa forma durante, o processo Constituinte foi que atores políticos encontraram desenvolvimento no projeto político e na ampliação da participação civil nas políticas públicas.

Como espaços deliberativos²³ de participação civil, surgem os conselhos de políticas e orçamentos participativos, seja pelo número de pessoas que neles estão envolvidas, seja pelo alcance das decisões que produzem relacionadas tanto à distribuição de recursos públicos quanto à própria essência da política pública (DAGNINO E TATAGIBA, 2007, p. 26).

Alguns dos mecanismos que configuram a viabilidade institucional das práticas da democracia participativa são os conselhos e os fóruns. No Brasil, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas teve como marco legal a Constituição Federal de 1988. Todavia, algumas exceções podem ser citadas como: a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, e a Lei de Execução Penal, de 1984. Desde esses instrumentos normativos já se encontravam assegurados espaços para a participação das organizações da sociedade civil, por meio, respectivamente, da criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Conselho de Comunidade. Dessa forma, constata-se que na primeira metade dos anos 1980 a demanda participacionista que animava as manifestações das forças sociais progressivas comprometidas com a (re) institucionalização da democracia, mesmo no contexto do regime ditatorial, conseguiram forçar o alargamento do aparato estatal-governamental mediante a introdução da representação de organizações da sociedade civil nos espaços de debates e de deliberação dos “negócios públicos” (BIDARRA, 2006, p. 42).

Historicamente, o controle social desde sempre, se deu a partir da participação social, deliberada pelo Estado nos espaços oferecidos politicamente. Os mesmos foram pensados antes de tudo, como espaços para o processo de dominação social, onde todas as questões a serem abordadas, são estipuladas e ditadas pelo Estado, onde a população apenas de uma forma grupal reflete e pensa possíveis possibilidades de melhorias sociais sobre os assuntos abordados.

2.7.1 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

A Assistência Social, ao compor o tripé da seguridade social brasileira, inscreve-se como direito social e humano e incorpora objetivos como a universalidade e o caráter democrático (art. 194 da C.F/ 88). A partir desse reconhecimento legal, a assistência social passa a compor um sistema de seguridade social não contributivo, e é por esse ângulo que se debateu o controle social na política de Assistência Social.

Inicialmente, cabe lembrar que no art. 204 da Constituição Federal em seus incisos I e II, impõe o novo modelo para a condução da Assistência Social como direito do cidadão e como política de seguridade social. Fica assegurada uma gestão descentralizada e participativa da política.

²³ Segundo Tatagiba (2003), a gestão democrático-popular e um tipo de gestão pública que tem como parâmetro os modelos de democracia participativa e deliberativa, que tem características emancipatórias relacionadas à democratização das relações entre Estado e sociedade. Este modelo de gestão indica não só um necessário dinamismo democrático da sociedade civil, como também uma postura porosa à participação por parte do Estado, que pode ser o indutor de novas práticas políticas. De modo geral, é um modelo que tem sido identificado com as administrações realizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (DAGNINO E TATAGIBA, 2007, p. 26).

Para Raichelis (1998, p. 11):

Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflito entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultados políticos.

Antes da Constituição Federal de 88 a Seguridade Social, não era dever do Estado e sim de cada indivíduo social, passando a surgir então uma discussão de que esse dever de assegurar o social deveria ser do Estado, deixando de ser de caráter não público da assistência social e do assistencialismo.

Durante o período de construção da Política de Assistência Social, que se iniciou com a criação do Ministério da Assistência Social – MAS, em 2003 e foi extinto em 2004, foi caracterizada pela tentativa de implementação de serviços e programas sem uma verdadeira definição de política pública de assistência social. Durante esta época, passa a existir momentos contraditórios, exemplo foi a criação do MAS e do Ministério de Desenvolvimento Social e Controle à fome como antes distintos. Em 2004 esses ministérios se fundem, formando o Ministério Social de Combate à Fome – MDS. Lembrando que mesmo com toda essa mudança, o tripé da seguridade (saúde, assistência e previdência social), não sofreu significativos avanços sobre a articulação dessa política e na ótica de que em conjuntos, todas devem garantir direitos de cidadania.

Em 2004, foi publicada a PNAS e a partir dela e suas regulamentações, o Estado se fez responsável no campo da assistência social. A partir de então, dar-se-á a construção do SUAS, um novo modelo de gestão para o enfrentamento do desafio da inclusão social, que envolve ações articuladas, com padrão de qualidade nacional, investimentos em rede de proteção social básica e especial, hierarquizadas por níveis de complexidade, que têm como eixos centrais a participação popular, a territorialização e a matriz estruturante na família. O SUAS, passa então, a servir de sustentação para os conselhos de assistência social, sendo legalizados socialmente e politicamente. Instituídos pela LOAS, no art. 17, o CNAS tem a função constitucional de viabilizar o direito à participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (CF / 88, art. 204/II).

As Conferências de Assistência Social são espaços institucionais de deliberação das diretrizes gerais de uma determinada política pública. São espaços mais amplos que os conselhos, envolvendo outros sujeitos políticos que não esteja, necessariamente nos conselhos, por, isso, têm também caráter de mobilização social. Nelas, o governo e a sociedade civil, de forma paritária, por meio de suas representações, deliberam de forma pública e transparente. Estão inseridas no que se denomina de democracia participativa e no sistema descentralizado e participativo, construído a partir da Constituição Federal de 88 e que permite a construção de espaços de negociação, a construção de consensos, compartilhamento de poder e a co-responsabilidade entre Estado e a sociedade civil.

São precedidas de conferências municipais/regionais e estaduais e são organizadas pelos respectivos conselhos.

3 METODOLOGIA

Para a realização do trabalho utilizou-se a princípio as pesquisas: exploratória e descritiva. A princípio a pesquisa exploratória, pois, com ela obteve-se os dados iniciais para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa descritiva foi utilizada para observar, registrar e interpretar os dados reais.

A escolha da técnica utilizada na coleta de dados é fundamental para a eficiência da pesquisa e viabilidade dos resultados obtidos. Para isso, utilizou como técnica a pesquisa bibliográfica e a documental. Na pesquisa bibliográfica utilizou-se livros, que deram embasamento para as demais fases do trabalho, já na pesquisa documental, foram analisados e catalogados os artigos conservados e arquivados das Conferências Municipais de Assistência Social do município de Nova Venécia-ES.

Justifica-se a escolha dessas técnicas devido ao acesso a livros, revistas, internet e documentos que ainda não receberam tratamento analítico (Relatório das conferências, Regimento interno das conferências e listas de presenças) para melhor entendimento do assunto e com o objetivo de colher informações de caráter profundo e detalhado sobre a relevância da participação da sociedade nos espaços de controle social.

Em seguida deu-se a apresentação dos dados analisados e interpretados, que serviram de base para sustentação das informações apresentadas para emissão do parecer final do tema abordado.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1 CONCLUSÃO

A participação cidadã, regulamentada pela LOAS, prevê o direito de vez e voz da sociedade dentro desses espaços deliberativos. Espaços esses criados para que todos possam participar efetivamente, através de sugestões, questionamentos, propondo idéias, avaliando os trabalhos executados pela assistência na garantia dos atendimentos, apresentando as importantes questões necessárias do grupo, com o objetivo de que essas necessidades sejam atendidas.

Os conselhos são espaços onde esta participação popular deve acontecer, pois é a partir dessa efetiva contribuição da população civil que as Políticas Públicas poderão atender verdadeiras questões que surgem de acordo com a região, cultura, religião, ou seja, todas as Políticas Públicas devem atender a questões sociais com efetividade e objetividade.

Para a execução desse trabalho, houve algumas restrições, principalmente o acesso à documentação dos conselhos e conferências. Não foi possível localizá-los de forma organizada e correta como se fez necessário. Dessa forma não existiu um rico conteúdo documental para que esta pesquisa acontecesse. Mesmo assim, todos os questionamentos levantados puderam ser claramente respondidos.

Para atingir a proposição desse estudo, apresentou-se como objetivo geral, analisar a participação dos usuários nas Conferências Municipais de Assistência Social do município de Nova Venécia, na perspectiva do controle social.

A participação popular pode ocorrer por meio dos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos; das mesas de negociação, e também das Conferências Nacionais.

De 2003 a 2008, o país registrou um total de 53 Conferências realizadas, mobilizando mais de 3,4 milhões de pessoas em todas as suas etapas (AVRITZER, 2009, p. 96).

Apesar de ser identificadas na pesquisa as ações mobilizadoras, propostas como ajuste para a participação dos usuários, mostrou-se que os dados não condiz com a real efetivação necessária para que a essa participação ocorra de fato.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho verificou-se a importância da participação do usuário da assistência nos espaços deliberativos dos conselhos para a elaboração, fiscalização e execução de Políticas Públicas verdadeiramente eficientes no atendimento as questões apresentadas pelo grupo a ser atendido, sendo que eles são vistos como fundamentais participantes para tanto.

Com base no que foi pesquisado, o grande desafio, a partir deste estudo, é saber internalizar o como é grande a importância da garantia de direitos a voz da sociedade civil nos espaços deliberativos dos conselhos, para que eles possam realmente propor soluções e formas de atuação.

Assim, as conclusões da presente pesquisa não esgotam o tema abordado. Recomendam-se para pesquisas futuras, estudos como: propostas da participação civil, onde o usuário se sinta parte e não fazendo parte desse controle social, assim como levar a população a se sentir importante nesses espaços através das questões apresentadas por ela, e como possibilitar a comunicação desses espaços deliberativos com a sociedade atendida e os profissionais que atuam na área da assistência.

REFERENCIAS

1. AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

2. BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XXVI, nº 88, p. 42, nov. 2006.
3. BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento, 2004.
4. BRASIL. **Lei orgânica da assistência social**. Brasília, 2003.
5. BRASIL. **Tribunal de contas da união: Orientações para Conselheiros da Área de Assistência Social**. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.
6. BRASIL. **Sistema descentralizado e participativo da assistência social**. 2. ed. Brasília: Senado, 2002.
7. CORREIA, Maria Valéria Costa. A relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 77. São Paulo: Cortez, 2008.
8. DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs.) **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.
9. ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
10. FALEIROS, Vicente de Paula. – **Estratégias em serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
11. FARAHA, M. S. F. **Gestão pública e cidadania: Iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil**. Programa de gestão pública e cidadania. v. 3, São Paulo: Fundação Getulio Vargas / Fundação Ford, 1999.
12. LOPES, Maria Helena Carvalho. O tempo do SUAS. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXVII, n. 87, set. 2006.
13. MELO, A. M. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: tendências do debates. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate**. São Paulo, Cortez, 1998.
14. MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz e AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **O sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação/organizadoras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
15. OKABAYASHI, Rosa Yako. Lei orgânica da assistência social (LOAS): uma reflexão preliminar sobre a descentralização da assistência e a universalização dos direitos sociais. **SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA**. Londrina. V.1, n.1, p. 118, jul/dez. 1998.

16. RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.
17. SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.
18. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**(coordenadora). 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
19. SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** Cortez 1995.
20. TATAGIBA, Luciana. **Participação, cultura política e modelo de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, 2003.
21. TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder.** - São Paulo: Cortez, 2002.

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL JUNTO À EQUIPE DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA “CORNÉLIA DA CONCEIÇÃO” NA CIDADE DE SÃO MATEUS – E.S.

Brena Alves De Freitas²⁴
Cristiane da Fonseca Bronzoni²⁵
Cheyenne Barbosa Scheidgger Almeida²⁶
Kezya Silva de Carvalho²⁷

RESUMO

O Presente artigo visa mostrar a importância da atuação do profissional de serviço social junto à equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), no Bairro Bonsucesso II, em São Mateus no E.S, a partir da ausência do mesmo é vista a necessidade de seu trabalho, tanto para profissionais da equipe, tanto para a comunidade. Para isso utilizaram-se as pesquisas exploratória, bibliográfica e estudo de caso. Ao observar o funcionamento de uma Unidade de Saúde, notou-se que um assistente social poderá contribuir para prevenção, promoção e proteção aos usuários dos serviços oferecidos no local, com sua ação propositiva e olhar descentralizado, onde busca enxergar a essência e não aparência, atuando também na humanização de todo o sistema, ajudando aos pacientes de maneira que ele e toda a equipe responsável por seu atendimento trabalhem visando a produção e reprodução do mesmo. Sendo assim, a atuação de um assistente social é de extrema importância junto à equipe, pois esta afirmativa foi detectada através de observações, pesquisa de campo e de entrevistas.

Palavras chave: necessidade, trabalho em equipe, assistente social.

ABSTRACT

The present article aims to show the importance of the professional practice of social work with the team of the Family Health Program (FHP) in the district Bonsucesso II, St. Matthew in the ES, from the absence of it is seen the necessity of its work for both professionals, both for the community. For this we used the research, exploration, literature, and case study. By observing the operation of a Health Unit, noted that a caseworker could contribute to prevention, promotion and protection to users of the services offered on site, with its proactive and look decentralized search to see where the essence and not appearance, also acting in the humanization of the entire system,

²⁴ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²⁵ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, Pós-graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré, Professora Titular na Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Campus Paulo Pereira Gomes.

²⁶ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

²⁷ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

helping the patient so that he and the team responsible for your care, work aiming at the production and reproduction of such. Thus the performance of a social worker is extremely important with the team, because this statement was detected through observations, field research and interviews.

Keywords: need, teamwork, social worker.

1 INTRODUÇÃO

Em âmbito nacional, as demandas da área da saúde têm sido cada vez maiores, e em nosso município não é diferente. Em uma equipe multidisciplinar, onde cada um possui uma função ou competência, um profissional de serviço social com seus saberes técnicos e metodológicos, e com características particulares, teria um olhar modificado para as questões sociais que envolvem tal ambiente. Desta forma, um dos principais objetivos do presente artigo é levar aos seus leitores e às autoridades competentes a reflexão sobre o grau de importância e a necessidade de ação de um profissional desta categoria.

Este artigo tem por finalidade reconhecer a real necessidade de atuação de um assistente social junto a uma unidade específica do Programa de Saúde da Família (PSF), no bairro Bonsucesso II da cidade de São Mateus. Através de questionamentos individuais, foi verificada a necessidade de inclusão do profissional de serviço social na equipe PSF, através da demanda e de depoimentos de usuários e outros profissionais que compõem a equipe do referido programa.

2 SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE

Aspectos importantes como a criação do Ministério da Saúde em 1953, a criação da Lei Orgânica da Previdência Social em 1960, e a unificação dos Institutos de Previdência em 1967, consolidam e caracterizam um Estado como centralizador desenvolvido através de um regime autoritário. De acordo com Nunes (1998, p. 116):

Somente em 1988 é que se promulga a nova Constituição Federal. Dois anos antes, em 1986, com a presença de cerca de 4.000 participantes, a VIII Conferência Nacional de Saúde propunha a organização do Sistema Único de Saúde e, efetivamente, no ano seguinte, 1987, é aprovado o SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, pelo qual todas as pessoas passam a ter atendimento nos ambulatórios da rede básica e nos hospitais públicos e conveniados. A construção do SUS está em processo. Em 1992, na IX Conferência Nacional de Saúde, os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 são reafirmados.

A saúde coletiva continua em evolução, sendo atualmente discutidos os aspectos relacionados às doenças e não somente da organização sanitária. A gestão em saúde avalia o campo e suas bases teóricas, sendo percebida a partir de diferentes visões como a discussão da saúde do trabalhador, a globalização da economia, pelo avanço

tecnológico, pela ampliação da expectativa de vida, pelo avanço das práticas não-biomédicas, além das questões pertinentes à ética e saúde.

Sícoli e Nascimento (2003, p. 120) realizaram um estudo curioso e ao mesmo tempo comparativo entre as ações de promoção em saúde em diferentes locais do Brasil e concluíram após as comparações e análises que:

Os princípios da promoção de saúde são suficientemente universalizáveis e operacionalizáveis a ponto de podermos encontrá-los em iniciativas de natureza diversa, nas quais, contudo, não havia em geral uma intencionalidade de serem orientadas por tais princípios ou pela concepção de promoção. Ainda mais importante para o campo da Saúde Coletiva talvez seja reconhecer que em nenhuma das experiências estudadas o setor Saúde foi o alavancador ou determinante do processo, tendo apenas um papel “coadjuvante”, secundário; sua participação ficou restrita à assistência (expansão da rede) ou a ações educativo-preventivas - estas insuficientemente detalhadas para permitir esclarecimentos sobre seu conteúdo, método empregado e impacto alcançado.

2.1 SAÚDE E PROMOÇÃO

A “Promoção” em saúde são estratégias básicas que visam à transformação das condições de vida e de trabalho que confrontam as questões voltadas como reflexo a problemas da saúde. Segundo Sícoli (2003) existem sete princípios que devem ser considerados na elaboração de políticas e programas de saúde: concepção holística (saúde física, mental, social e espiritual); intersetorialidade; empoderamento; participação social; equidade; ações multiestratégicas e sustentabilidade.

Segundo um relatório emitido pela OMS (1998): a disseminação da informação e a educação são bases para a tomada de decisão e componentes importantes da promoção de saúde, devendo estar associadas aos processos de capacitação dos indivíduos e comunidades para assumirem maior controle sobre os fatores pessoais, sócio-econômicos e ambientais que afetam a saúde.

O trabalho profissional que os assistentes sociais vêm exercendo tem se tornado extremamente necessário quando visada à promoção e atenção específica voltada à saúde. Estudos mostram que sua intervenção tem se ampliado e se consolidado diante da concepção de que o processo saúde-doença é determinado socialmente, e que o meio vivido pelo sujeito interfere grandemente em seu desenvolvimento, sendo após consolidado e refletido pelo conceito de saúde.

Com esta nova forma de fazer saúde, onde a preocupação maior esteja centrada na “promoção”, podemos obter sucesso e o SUS consolida-se e avança, pois com o passar dos anos, outras práticas serão implantadas para dar respostas às novas necessidades. Não podemos mais falar em promoção de saúde e brigar por recursos financeiros para atender a doença.

2.2 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE PARA ATUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.

O profissional de serviço social precisa possuir condições adequadas, oferecidas pelas instituições que contratam o mesmo, condições estas que permitam ao profissional exercer suas técnicas como escuta, reunião, atendimento aos contatos e encaminhamentos necessários à atuação técnica-operativa, cumprindo assim aos artigos 4º. e 5º. da Lei 8662/93, das competências e atribuições profissionais. Falcão apud Sikorski & Godoi, (2009, p.128-129), destaca que:

É pensando na prática profissional que se elabora o paradoxo do exercício profissional, pois foi a partir do movimento de reconceituação que se inicia o processo de se pensar o espaço profissional. [...] Para efeitos didáticos, abordaremos abaixo os níveis de intervenção profissional do assistente social, uma vez que eles se dão na prática de forma contínua e articulada, permitindo um desenvolvimento constante das partes envolvidas e interessadas no processo (sistema, comunidade, instituição, sociedade):

O macro-social: caracterizado por uma intervenção ao nível das estruturas e sistemas operantes em extratos mais amplos da sociedade; atua portanto, junto aos agentes decisórios, estruturas, populações, instituições, subsistemas e, mesmo, em nível de burocracia.

Assim então, o assistente social precisa desenvolver como base profissional o contexto voltado a uma formação crítica com base técnica, para compreender a problemática social apresentada e entender as pessoas com as quais lida diariamente ou em cada caso, tendo que apresentar saber técnico voltado à fala e também à documentação escrita, como foi o que percebemos durante a pesquisa de campo citada adiante. A função do profissional do serviço social exige um grande potencial de conhecimentos que conduz a resolução de diversos assuntos e tarefas no cotidiano do profissional, mostrando alcance de grandes objetivos em sua trajetória que também se caracteriza pelo sucesso.

O cotidiano leva a sociedade a pensar, agir antes de elaborar um plano. Mas o controlo social não é apenas um governamental e institucional, ele também funciona por meio de relações diretas, que expressam como o poder influência no cotidiano dos agentes sociais, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. (BAPTISTA, 2001, p. 112, grifo do autor).

Todo o conhecimento adquirido na graduação, segundo Baptista, apud Sikorski & Godoi, (2009, p. 123):

O lócus onde a prática profissional cotidiana, sob o vínculo empregatício e assalariado, ocorre predominantemente é o das instituições. Ali, no “todo dia” do trabalho, o sujeito depara com atividades normatizadas, técnico-burocrática, onde, via de regra, a preocupação está mais voltada para a produção quantitativa, de aparência imediata, que para resultados qualitativos e duradouros (BAPTISTA, 2001, p. 112, grifo do autor).

Podemos então perceber na citação acima, que a maior preocupação de alguns gestores profissionais e usuários é a quantidade, e não mais a qualidade. E é de muita importância que o agente social não se deixe levar pela grande quantidade de trabalho a ser feito. O assistente social precisa obter condições adequadas e dignas, asseguradas

pelas instituições contratantes, que permitam ao mesmo praticar a escuta, reunião, aos contatos e encaminhamentos necessários à atuação técnica-operativa, em consenso aos artigos 4º. e 5º. Contidos na Lei 8662/93, das competências profissionais.

2.3 PSF / PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família (PSF) foi criado em 1994 pelo ministério da saúde. O ministério público do Estado de Rio Grande do Sul, submeteu em suas pesquisas, o propósito da criação do PSF de forma bem clara.

Seu principal propósito é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. A estratégia do PSF foi iniciada em junho de 1991, com a implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em janeiro de 1994, foram formadas as primeiras equipes de Saúde da Família, incorporando e ampliando a atuação dos agentes comunitários (cada equipe do PSF tem de quatro a seis ACS; este número varia de acordo com o tamanho do grupo sob a responsabilidade da equipe, numa proporção média de um agente para 575 pessoas acompanhadas). (Ministério Público de Rio Grande do Sul PSF. Em < <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id101.htm> > Acesso em 23 de Novembro de 2010).

A citação esclarece que a necessidade social voltada para saúde sempre existiu, e os governos com suas estratégias obtiveram bom resultado, descentralizando a mesma de atendimentos emergenciais. Com a criação dos PSF'S, a saúde agora poderia ser promovida e não apenas tratada como algo emergencial.

A previdência social deixa claro que cada equipe do PSF deve ser composta no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde (ACS). Outros profissionais - a exemplo de dentistas, assistentes sociais e psicólogos - poderão ser incorporados às equipes ou formar equipes de apoio, de acordo com as necessidades e possibilidades locais.

3 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado através de pesquisa exploratória e estudo de caso, a fim de conhecer as necessidades de saúde citada, em relação ao grau de necessidade do profissional de serviço social junto à equipe de profissionais da mesma.

Para o desenvolvimento da pesquisa buscou-se informações na literatura. Também foram necessários observação e pesquisa de campo, além de entrevista de caráter investigativo, com linguagem simples para melhor compreensão dos resultados.

4 UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CORNÉLIA DA CONCEIÇÃO.

A unidade de saúde da família Cornélia da Conceição é localizada na cidade de São Mateus, Espírito Santo, no bairro Bom sucesso II.

4.1 HISTÓRIA.

O nome de Cornélia Conceição, segundo um morador, é uma homenagem feita a ela, pois é uma pessoa que marcou história no bairro por ser uma mulher que sempre lutou pelos interesses da comunidade e melhoria contínua do bairro, uma "verdadeira guerreira".

4.2 SERVIÇOS OFERECIDOS E EQUIPE.

A unidade oferece serviços de: atendimento médico, incluindo clínico geral e pediatra; atendimento odontológico; serviços de enfermagem, onde inclui preventivo, pré-natal, planejamento familiar, avaliação de exames etc. Possui também entrega de remédios na farmácia, curativo, aferição de pressão, vacina, dentre outros.

A equipe é constituída, pelo médico clínico geral, pediatra, cirurgião dentista, ACD (Auxiliar de Consultório Dentário), enfermeiro, duas técnicas de enfermagem, vigilante, auxiliar de serviços gerais, atendente na recepção e nove agentes de saúde comunitária.

4.3 COTIDIANO DA UNIDADE DE SAÚDE.

Por alguns dias acompanhamos o dia a dia dos funcionários da unidade de saúde e o atendimento ao usuário.

Por ser um bairro distante do centro da cidade, e possuir características de uma comunidade carente, são pessoas pouco favorecidas, não possuem saneamento básico no bairro, são poucas as ruas calçadas e não existe área de lazer, e isso é uma das queixas de uma moradora: “Para melhorar o nosso bairro, precisamos de Tratamento de esgoto, calçamento, e também áreas de lazer” (C.S 41 anos).

Os atendimentos são de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00h as 12:00h e 13:00h às 16:00h. O clínico geral atende todos os dias, exceto na sexta-feira à tarde; a pediatra atende às segundas-feiras; ambos são agendados com antecedência. Quando aparecem pessoas com quadro de dor, febre, diarreia pressão alta, ou outras situações, ou seja, casos de urgência são atendidos sem agendamento.

O atendimento do enfermeiro que também é agendado, é estabelecido pela seguinte rotina: Segunda-feira observa os resultados de exames; terça-feira realiza os preventivos; quarta e quinta-feira realização de pré-natal; sexta-feira são atendidas as demandas e visitas domiciliares.

O cirurgião dentista atende de segunda a sexta-feira, onde as sextas-feiras são reservadas para o atendimento infantil, e as quintas-feiras pela manhã para as gestantes. Os outros dias da semana são para todos os outros grupos, adultos, idosos, hipertensos, diabéticos.

Pela manhã são atendidas quatro urgências, que se caracterizam por apresentarem quadro de dor ou inchaço, e quatro vagas que são disponibilizadas para pacientes em tratamento, submetidos a procedimentos como, restauração, limpeza etc.

Pela tarde são também atendidos quatro pacientes em tratamento, e esses agendamentos são realizados em uma lista feita pelas agentes de saúde do bairro e organizada pela ACD, onde são chamados em ordem de espera. Acontece primeiro uma palestra e em seguida iniciam-se os tratamentos.

As técnicas de enfermagem atendem a demanda de curativo, aferição de pressão, atendimento na farmácia, dentre outros serviços de suas responsabilidades. Como já citado, a demanda é grande e todos os serviços são de grande procura e necessidade vinda da população.

5 A NECESSIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA UNIDADE DE SAÚDE CORNÉLIA DA CONCEIÇÃO.

No período em que estivemos observando as atividades diárias da equipe da unidade de saúde, notamos a partir da demanda e das várias situações citadas pela própria equipe, a necessidade de um profissional de serviço social junto à mesma.

O primeiro fator que nos levou a ter essa conclusão foi o fato da população em sua maioria ser muito carente, às vezes reclamarem de falta do básico para sobrevivência, não possuem saneamento básicos, e nenhuma área de lazer, por isso pode se observar que muitos vão à unidade por mera falta de opção, é o que relata uma funcionária:

“Existem pessoas que vem todos os dias aqui e na maioria dessas vezes, só aparecem para conversar com o médico ou outro profissional, não têm nada.”(B.A.,26 anos).

Partindo do pressuposto de que uma pessoa saudável é aquela que apresenta um bem estar físico, social e psicológico, observamos que na unidade de saúde surgem diversas situações em que a presença do profissional de serviço social é indispensável, como relata um funcionário:

“Um certo dia fiz uma visita domiciliar onde as condições do paciente, eram sub-humanas, pois o mesmo se apresentava acamado, por sofrer de certa deficiência, seus parentes o abandonaram, à própria sorte, e sabemos que os mesmos recebem o BPC (Benefício de prestação continuada), mas não usam este para os fins realmente necessários. Alí observei, a necessidade de um assistente social junto à equipe PSF, pois tive que exercer sem nem mesmo ter básica técnica específica, funções que seriam de competência do mesmo”. (G.S, 27 anos).

Diante deste relato, podemos observar o quanto os funcionários da unidade se deparam com situações para as quais não possuem base técnica específica voltada as questões sociais diversas, sendo assim obrigados a resolvê-las de maneira não adequada. A humanização do SUS (Sistema Único de saúde) é algo ainda novo e não praticado por muitos funcionários do setor saúde por possuírem muitas vezes formação apenas clínica, tendo assim que agir por instinto ético e princípios morais.

Uma característica também observada foi quanto ao desconhecimento da verdadeira prática profissional que um assistente social exerce vinda da população usuária, e também de certos membros da equipe PSF, foi o que concluímos ao ouvir o relato de um morador:

O assistente social é voltado para população carente. Nos hospitais, passa primeiro pelo assistente social, para suprir as necessidades na medida do possível. Eles ajudariam para conseguir cestas básicas, os outros profissionais cuidam da saúde, e o assistente social, do comestível. (E.M 51 anos).

O depoimento consolida as diversas formas que o público usuário enxerga a atuação profissional do assistente social. Podemos observar o perfil voltado à filantropia ainda presente. Dessa forma a profissional trabalharia na conscientização da comunidade e de toda equipe, tendo assim eficácia em sua prestação de serviços, e os usuários saberiam o que esperar do mesmo.

Por outro lado, encontramos na equipe da unidade, profissionais conscientes da verdadeira atuação do assistente social, e que declaram a necessidade do mesmo em meio a equipe:

É louvável a inserção do profissional de serviço social na Estratégia Saúde da Família, pois a própria definição de saúde é o bem estar psicamental e social. Este profissional estaria muito próximo dos casos de maior necessidade e situações de risco, podendo assim diagnosticar, elaborar estratégias multidisciplinares e ações mais objetivas para cada região do bairro. (R.C 28 anos).

Além da falta de competência técnica voltada ao atendimento de usuários dos serviços da unidade, os funcionários mostraram as dificuldades que encontram devido ao grande número de pessoas que vivem em situações de risco no bairro onde a unidade é situada. A dificuldade na procedência dos diagnósticos sociais vem se tornando um problema cotidiano, conforme declarou, outro integrante da equipe:

Acho extremamente importante e necessário a inclusão do profissional de assistente social na equipe PSF, pois tem o envolvimento que o contexto social é fator de influencia, mas problemáticas inerentes à saúde. Esse profissional, também pode proporcionar um atendimento diferenciado aos que se encontram em situação de risco social na ESF Bonsucesso, por ser um bairro com um quantitativo elevado de famílias em situações de risco, é grande a dificuldade que a equipe PSF enfrenta devido a ausência do assistente social, principalmente no que se diz respeito à emissão de dados, pareceres sociais e quanto à fornecer informações técnicas sobre assuntos de competência de serviço social. (G.S 27 anos).

Assim, podemos então observar que a falta do profissional de serviço social acarreta consequências graves entre a equipe PSF, e conseqüentemente prejudica a eficácia do atendimento aos usuários.

A falta do profissional não prejudica os moradores apenas “indiretamente”, pois a garantia econômica e social de um futuro baseado em direitos, tem perdido seu caráter primordial entre os mesmos. Ao perguntarmos aos moradores sua opção entre um benefício financeiro fixo ou a oportunidade de serem inseridos em um curso onde teriam a chance de aprenderem uma profissão que garantiria aos mesmos o sustento independente, uma moradora respondeu: “Benefício” (E.M 51 anos). Em concordância com a E.M, outra moradora respondeu “Já trabalhei muito, estudar pra quê? Melhor é o benefício” (M.J 35 anos).

Como já foi citado acima, deve-se trabalhar a conscientização dos serviços prestados pelo assistente social, pois nas situações apresentadas pelas entrevistadas acima, observamos que a independência também é algo que poderia ser trabalhado pelo profissional de serviço social, em parceria com toda equipe.

Desta maneira concluímos que a atuação necessária na equipe da Unidade de saúde Cornélia da Conceição, do bairro Bonsucesso vinda do profissional de serviço social, seria voltada à promoção específica centralizada, a busca pelo bem estar social contínuo, ajudando assim a eficácia no atendimento dos usuários.

6 CONCLUSÃO

A partir de um longo período de observação e de profundas pesquisas, de campo, bibliográficas e exploratórias chega-se então à afirmativa de que realmente na equipe de profissionais do Programa de Saúde da família (PSF) no bairro Bonsucesso II, há a necessidade de atuação de um assistente social. Baseamos tal pressuposto na própria definição de PSF, como já mencionado.

O seu foco é descentralizar as ações e romper com o tradicionalismo do modelo de saúde, com intenção de levar “saúde às famílias”. Estas no entanto possuem diversidade de características e modelos variados, por isso devem sofrer intervenções diferentes e específicas, devem ser olhadas além do aparente.

Por estes fatores apresentados, pela demanda, entre outros motivos, um profissional de serviço social, dentro deste campo teria total importância para promover nos usuários deste sistema pessoas multiplicadoras e não dependentes do mesmo.

Poderia tratar as questões sociais pertinentes ao meio, de forma mais coerente e precisa, como um garantidor de direitos colocaria melhor em pratica vários princípios tais como o da equidade. Realizaria de forma diferente visitas domiciliares, emitindo assim pareceres, voltados para o lado social, enfim teria no mínimo ações diversificadas das que atualmente possui a unidade de saúde, tudo isto em prol de melhorar os serviços prestados à população.

Vale ressaltar que cada profissional tem a sua importância e função e não é o objetivo deste artigo desmerecer a profissão de nenhum destes, e sim ampliar o campo de atuação do profissional de serviço social, e consequentemente melhorar as condições sociais dos usuários de saúde da família.

REFERÊNCIAS

1. BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: s/ed, 2003
2. IANNI, Otavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
3. MINISTÉRIO PÚBLICO DE RIO GRANDE DO SUL PSF. Em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id101.htm>> Acesso em 23 de Novembro de 2010.
4. NUNES, E. D. **Saúde Coletiva: história e paradigmas**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação 3, 107-116. 1998.
5. PEREIRA, Potyara A. P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State. Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 56, mar. 1998.
6. SANTINI, Maria Ângela: **Políticas Sociais III: serviço social/** Maria Ângela Santini- São Paulo : Pearson Pentice Hall, 2009
7. SÍCOLI, J. L. e NASCIMENTO, P. R. **Promoção de saúde: concepções, princípios e Operacionalização**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação 7 (12), 101-122. 2003.
8. SOUZA, E. S. **Educação Popular e Saúde: cidadania compartilhada**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação 8, 135-136. 2001.

A VIA EDIPIANA EM SUA FORMA COMPLETA

Dalton Demoner Figueiredo²⁸

RESUMO

O artigo apresenta uma discussão de alguns conceitos fundamentais da Psicanálise, numa perspectiva não puramente temporal, e sim, por elaboração conceitual. Uma diferenciação é feita entre o que é o chamado complexo de Édipo, em sua forma simples e banal do senso comum, e o que é o entendimento freudiano do termo. Foram utilizados como referência teórica, os autores Sigmund Freud e Jacques Lacan, em seu retorno à obra inicial. Uma proposta que, por fim, ilustra o período da sexualidade infantil em ambos os sexos numa tentativa de entender a vida sexual do adulto.

Palavra-chave: Psicanálise; sexualidade infantil; perverso polimorfo; pulsão.

ABSTRACT

The article presents a discussion of some fundamental concepts of psychoanalysis, not purely temporal perspective, but for conceptual elaboration. A differentiation is made between what is called the Oedipus complex, in its simple form and ordinary common sense, and what is the Freudian understanding of the term. Were used as the theoretical framework, the authors Sigmund Freud and Jacques Lacan, in his return to the initial work. A proposal that, finally, illustrates the period of infantile sexuality in both sexes in an attempt to understand the adult sexual life.

Keyword: Psychoanalysis, infantile sexuality, polymorphous perverse; drive.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute alguns conceitos fundamentais da psicanálise no que tange à sexualidade. Uma caminhada teórica não puramente cronológica, e sim, por temas, tanto na primeira como na segunda tópica de sua teoria. Para tal objetivo, apresentaremos nesta primeira parte a neurose. Analisaremos, portanto, a travessia do complexo de Édipo e de castração para apreender a estrutura da sexualidade que engloba as identificações de gênero e suas escolhas objetais.

Recorremos à obra de Freud, as *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, na tentativa de abordarmos a sexualidade a partir da teoria em questão. Em seguida,

²⁸ Psicólogo – Psicanalista
Mestre em Psicanálise - UVA-RJ
Pós-graduado em Psicologia Clínica – PUC-SP
Docente do curso de Psicologia e Pedagogia - UNIVEN
Docente do curso de Pedagogia UNISAM

analisaremos os pontos importantes para a teoria – o corpo, a escolha de objeto, os Complexos e as roupas – levando em consideração também, a contribuição de Jacques Lacan em seu retorno à obra inicial – o retorno a Freud.

Neste capítulo abordaremos as questões vividas pelas crianças, de ambos os sexos, nos primórdios da vida. Assim, estudaremos o período infantil e as ressonâncias deixadas na vida do adulto, e que hoje se posiciona como sendo um sujeito, tendo como referência as questões psicanalíticas: a *bissexualidade*, a *escolha objetal*, o *fetichismo*, a *castração* e a *pulsão*.

2 A SUBVERSÃO FREUDIANA DA SEXUALIDADE.

Retornamos ao estudo da obra de Sigmund Freud sobre a sexualidade, na primeira e na segunda tópica de sua teoria, para levantar a questão sobre o sexual. Na primeira tópica o marco inicial é o texto: “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” de 1905. Esse texto constitui uma etapa decisiva acerca do saber sobre a sexualidade humana, que rompe com todas as teorias anteriores e contemporâneas.

Vários outros artigos escritos posteriormente – por Freud - são frutos dos pensamentos e trechos inicialmente pensados em 1905, por isso, trata-se de um condensado de informações. Como o nome já diz, são *três ensaios*, respectivamente: “*As aberrações sexuais; A sexualidade infantil; As transformações da puberdade*”.

O texto é uma obra marcada pela originalidade do autor, na qual aborda no primeiro ensaio as ideias de outros autores e a literatura da época, acerca do que seria a normalidade e a patologia no que diz respeito à homossexualidade e à perversão, sendo explicados como algo de caráter inato ou adquirido, com certo determinismo ou como degenerativo, até então.

A partir daí, Freud sinaliza que os conhecimentos acerca da sexualidade, em seus aspectos psicológicos e biológicos são insuficientes para se ter uma compreensão geral do que seria considerado normal e patológico.

As descobertas feitas por Freud sobre *a sexualidade infantil* tiveram início nas observações do chuchar das crianças, em alemão a partir da tradução da Imago *Ludeln* ou *Lutschen* - o sugar com leite²⁹ - ele percebe um mais-além da nutrição por parte delas, durante a fase de incorporação do objeto, a chamada fase *oral*³⁰.

Um período no qual a hierarquia das pulsões parciais e sua subordinação, sob a primazia dos genitais, só foram efetuadas muito incompletamente ou não foram de forma alguma. Para Freud as pulsões parciais – ver, exhibir, crueldade e etc. – estão presentes em todas as crianças, já que a vergonha, o asco e a moral ainda não se desenvolveram neste período.

²⁹ FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (ESB). Rio de Janeiro: Imago. Vol., VII,p.169.

³⁰ Ibid. p.187

O estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância revelaria os traços essenciais da *pulsão sexual*³¹, segundo Freud. O que desvendaria, talvez, sua evolução e permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes. A tratativa para com o pequeno ser - na relação mãe-criança - não só o inscreve numa linguagem, como também, o tocar materno libidiniza aquele corpo.

Mesmo que para uns, tal forma específica de prazer represente o seu contrário, para Freud a sexualidade sempre foi *polimorfa* e a pulsão desde o início não tem objeto específico – *a pulsão sexual seja independente de seu objeto*³². Tal entendimento é um ponto de extrema importância, pois repercutirá, posteriormente, no desenvolvimento do caso clínico da *Jovem homossexual*, na qual ele supõe estar presente - a bissexualidade - em todos os seres humanos e independentemente da escolha objetal em relação ao sexo do objeto.

Não existe única forma de prazer - seguindo o pensamento freudiano - cada um com seu corpo pulsional, com seus furos e zonas libidinais no contato com o mundo expressam a tão conhecida nomeação de Freud, de que sejam *perversos polimorfos*³³. Isto é, a vida sexual infantil teria a maior aproximação possível, da forma assumida pela vida sexual, após *as transformações da puberdade*.

É em 1905 que Freud propõe a primeira teoria infantil³⁴, no segundo dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, e diz respeito à ideia tida pela criança em relação à diferença anatômica entre os sexos, que acreditava ser idêntica a genitália do homem e da mulher: *Mas o pipi dela ainda é bem pequenininho; quando ela crescer, ele vai ficar bem maior*³⁵ - fala do pequeno Hans ao ver a genitália da irmã recém-nascida.

Assim, o estabelecimento da primazia a serviço da reprodução é a última fase através da qual passa a organização da sexualidade, a fase genital. Numa nota de rodapé acrescentada em 1924, Freud afirma que a fase genital exibe um objeto sexual e certo grau de convergência das aspirações sexuais para esse objeto, mas se diferencia num aspecto essencial da organização definitiva da maturidade sexual. Justamente pela criança conhecer apenas um tipo de genitália: a masculina, por isso denominou-a de estágio *fálico*³⁶ da organização.

Por sua vez, as aspirações sexuais ou a totalidade das correntes sexuais passa a ser dirigida para uma única pessoa em relação à qual, elas buscam alcançar seus objetivos. Freud aponta também no texto de 1905 o caráter da *bitemporalidade*³⁷ da escolha objetal que se prolonga para épocas posteriores, na puberdade.

Fica claro, na leitura do texto, que ele já fala do período edipiano, apesar de ser somente em 1922, que publica um texto sobre o tema, mas ao longo da primeira tópica, este é

³¹ Ibid. p.163

³² Ibid. p.140.

³³ Ibid. p.180.

³⁴ Ibid.p.184.

³⁵ FREUD, S. 1909, p.102.

³⁶ FREUD, S. 1905, p.188.

³⁷ Ibid. p.189.

tematizado como um desejo – as aspirações sexuais, escrito por Freud. Sendo encontrado também, nas *correspondências* de Freud a Fliess, onde ele discute com seu amigo, numa *carta de 15 de outubro de 1897*, sobre o Édipo:

Descobri, também em meu próprio caso, [o fenômeno de] me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não [ocorra] tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas³⁸.

A psicanálise sempre foi de opinião de que o destino das pessoas é governado pelas pulsões, livrou-se de *uma vez por todas do conto de fadas de uma infância assexual*³⁹. É assim que começa a discussão de Freud em 1920, no texto “*Além do princípio de prazer*”. Em suas concepções iniciais, ele defende a ideia de que o sujeito é visto sob o prisma de um dualismo, diferentemente do monismo jungiano.

Para Freud, diferentemente de Carl Gustav Jung, a oposição não se dava entre as pulsões do eu e as pulsões sexuais, e sim, entre a pulsão de vida e de morte. Freud parte da oposição entre as pulsões e faz menção ao amor objetual que exemplifica a polaridade semelhante, e que seria a existente entre o amor e o ódio, justamente, na tentativa de conseguir relacionar mutuamente essas duas e derivar uma da outra.

O amor e ódio vivendo lado a lado, como se fosse uma coisa circular. O amor que vira ódio e vice-versa, como se onde tivesse um, teria o outro também. A oscilação entre o amor e o ódio pelos semelhantes, foi chamado por Freud de *ambivalência*.

Ilustradamente, o menino e a menina teriam tanto para o pai como para a mãe a ambivalência de sentimentos, o amor e o ódio por cada um deles. Assim, seria a identificação um amor que teria a marca do ódio, no apoderar-se na vida do menino e da menina em relação aos pais na dialética do Édipo. Isto é, o encontro do ódio e do amor em um mesmo objeto, para ambos os pais.

No texto de 1920 - citado acima - Freud se refere à fase *oral* e desenvolve um ponto importante: o ato de obtenção de domínio erótico sobre um objeto coincide com a destruição deste, do objeto. E seria justamente a discussão tratada no parágrafo anterior, o amar para se apoderar, o amor e ódio juntos. O apoderar-se para tomar para si, fazer dele seu – o objeto.

Como na relação das crianças com seus pais, a bissexualidade de sentimentos ambivalentes entre as partes, afirmado em 1905 – *o caráter bissexual*. Ao mesmo tempo que se identifica com um e deseja o outro como objeto, existe também, o desejo de eliminar um dos pais na rivalidade que atrapalha o desejo de possuir aquele objeto somente para si, *a exclusividade*.

Numa carta escrita a pedido de um médico de Hamburgo, o *Dr. M. Fürst*, como consta no artigo de 1907 e nomeada de: “*O esclarecimento sexual das crianças*”, Freud aponta o erro grosseiro, que seria considerar a pulsão sexual inexistente nas crianças, sendo

³⁸ A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904), p. 357.

³⁹ FREUD, S. 1925[1924], p.245-6.

este pautado na afirmação de que a maturidade dos órgãos sexuais só irromperem na puberdade.

Contrariamente do defendido por Freud, que propõe um ponto de vista que, na realidade o recém-nascido já vem ao mundo com sua sexualidade, sendo o período da lactância e da primeira infância acompanhados de sensações sexuais, uma parcela pequena das crianças alcança a puberdade, sem ter tido sensações e atividades sexuais.

O interesse intelectual da criança pelos enigmas do sexo, o seu desejo de conhecimento sexual, revela-se numa idade surpreendentemente tenra. As respostas dadas às crianças pelos adultos danificam sua genuína curiosidade das pesquisas sexuais, e com isso, elas desconfiam e escondem deles seus interesses íntimos.

Ao final da carta, citada acima, Freud afirma que valeria a pena coletar e examinar essas teorias sexuais infantis. E o próprio, pouco depois passa ao ato sua própria sugestão - já iniciada durante os *Três ensaios* - ao escrever o artigo "*Sobre as teorias sexuais infantis das crianças*".

Freud salienta que, quando não se atribui nenhuma atividade sexual infantil, o caráter subversivo da sexualidade fica obscuro. O adulto, por sua vez, não se esforça por observar seus indícios, assim, suprime qualquer manifestação dessa atividade que lhe chame a atenção.

Há uma pontuação feita pelo autor, no texto de 1908, que é uma questão difícil determinar até que ponto se deve supor, que as observações de algumas crianças se generalizam a todas elas. Mas, tal fato não desfaz a convicção de que nenhuma criança pode escapar ou evitar o interesse pelos problemas do sexo nos anos anteriores à puberdade.

A fantasia construída pela criança no que tange o nascimento dos bebês, *o enigma: de onde vêm os bebês?*⁴⁰, uma variedade de possibilidades de explicar o nascimento: seio, ventre, ânus e umbigo. Por sua vez, a terceira teoria infantil descrita por Freud, refere-se à concepção sádica da relação sexual, em que o ato sexual é imaginado como uma relação de subjugação. A união dos corpos presenciada pela criança é vista por esta, como algo violento, uma agressão ou surra.

Uma parte da obscuridade, falha e furo no saber que concerne às questões das investigações sexuais infantis, se deve ao fato de que os adultos, muitas vezes, produzem respostas que, ao invés de levarem os filhos ao encontro de uma reflexão e entendimento, os colocam diante da frustração e lhes dão muitas ideias errôneas, e conseqüentemente não amadurecerem perante elas. O que os impossibilitam, na maioria das vezes, a terem um melhor entendimento de tais fatos.

Nesse instante, a infância - a partir desses textos⁴¹ - passa a ser considerada um período importante para a sexualidade do adulto. Para tanto, a expressão *criança perversa*

⁴⁰ Ibid, p.183.

⁴¹ FREUD, S.: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905); *O esclarecimento sexual das crianças* (1907); *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (1908); *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908); *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909).

polimorfa seria lida, como sendo a sexualidade perversa polimorfa. Os buracos e limites dos corpos, ligados para o mundo num prazer sem normatização.

As normas e regras não são frutos da sexualidade, e sim, algo imposto a ela: *a civilização humana repousa em dois pilares, dos quais um é o controle das forças naturais e o outro, a restrição de nossas pulsões*⁴², diz Freud.

A expressão – *criança perversa polimorfa* - diz respeito ao caráter subversivo da sexualidade proposta por Freud, ou melhor, a sexualidade para ele sempre se expressa na contramão da moral vigente da sociedade. Neste sentido, não há moral neutra, ela pode até ser *maquiavélica*, deste modo, boa ou má. Mas ela não pode ser neutra, pois orienta a vida do sujeito.

Ademais, é este o marco central do texto – “*Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*” de 1908 - que é considerado um acréscimo ao texto de 1905 – “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”. Não existe para a psicanálise um sujeito sem cultura e cultura sem sujeito, o mesmo sujeito individual é o mesmo do coletivo para Sigmund Freud, e que *o incesto é anti-social e a civilização consiste na renúncia progressiva ao mesmo*⁴³. Ponto fundamental da problemática edípica:

O trono do governante repousa sobre os escravos agrilhoados. Entre os componentes instintuais que são assim colocados a seu serviço, as pulsões sexuais, no sentido mais estrito da palavra, são conspícuos por sua força e selvageria. Que desgraça, se eles se libertassem! O trono seria derrubado e o governante, calcado sob pés. A sociedade está ciente disso – e não permitirá que o assunto seja mencionado (FREUD, 1925[1924], p.244).

Nota-se que, para Freud, o desejo incestuoso é o que está na base do que posteriormente será chamado de complexo de Édipo. A lei que barra o desejo do sujeito, a lei do desejo proibido, barrado. E é o que Lacan vai representar em seus matemas como: \$, sendo lido como sujeito barrado.

Por conseguinte, para a sexualidade não existe remédio, pois ela é subversiva por natureza, sendo ela maleável e susceptível a linguagem. Uma sexualidade subversiva é romper com a moral vigente, então, se é possível, por exemplo, a partir de Freud ouvir a seguinte frase: *um cérebro feminino num corpo masculino*⁴⁴. Só porque o sujeito travestido é falante que ele é capaz de dizer isto, pois nenhum bicho vai poder dizer isso.

O sujeito freudiano é um sujeito pulsional, e não natural. A visão freudiana da sexualidade transcende a questão da biologia, o que cai por terra toda a certeza da questão do masculino e do feminino natural da biologia. A linguagem desnaturaliza o homem biológico, e a partir daí se introduz o caráter subversivo que as feministas vão contra, na briga de direitos iguais em relação aos sexos.

⁴² FREUD, S. 1925[1924], p.244.

⁴³ Memorando a Fliess em 31 de maio de 1897. FREUD, S. (1908). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna**. Rio de Janeiro, Imago. 1996, p.167.

⁴⁴ FREUD, S. (1905), p.135.

Para Freud, não existe a igualdade de direitos entre homens e mulheres no que tange à sexualidade, é visível a diferença entre os sexos. Neste sentido, Freud formula que a anatomia não é o destino do indivíduo, é nas “*Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise*”, na conferência XXXIII, com o título de: “*Feminilidade*”⁴⁵, de 1932 que ele apresenta argumentos a tal assertiva. A polaridade sexual, + e –, positivo e negativo, sem o caráter pejorativo e moral do senso comum.

Ao abordar a questão da bissexualidade novamente, Freud ressalta *que o indivíduo não fosse homem ou mulher, mas sempre fosse ambos, simplesmente um pouco mais de um, do que de outro*⁴⁶. Assim, aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia.

O limite entre os sexos está num para-além deles, e o que importa é a luta para superá-la⁴⁷. E o que diria o sujeito travestido em sua vida? Seria ele um sujeito que consegue elaborar a questão da diferença entre os sexos, o para-além dos corpos? É uma questão que provoca um questionamento e ao longo da escrita se articulam alguns pontos de tal questão.

3 A FORMA COMPLETA DO ÉDIPO FREUDIANO.

Por mais antigas que sejam as lembranças de uma criança, já incluem um pai e uma mãe, fato que torna a existência destes uma realidade indiscutível. O sujeito, por definição, está determinado desde fora dele, e o Outro deve ser pensado como uma referência, como o que marca os parâmetros da ida desse sujeito, o que ele é. Portanto, tem uma série de determinações que são anteriores ao seu próprio nascimento.

Mesmo não estando pronto - num único texto - não dá para falar do complexo de Édipo sem articulá-lo ao complexo de castração. A tragédia de Sófocles - o Édipo Rei - é utilizada por Freud como instrumento fundador da Psicanálise, o mito do Édipo é usado para falar de uma verdade, a verdade do indivíduo. Freud vê no castigo, que Édipo se inflige ao arrancar os próprios olhos, um equivalente simbólico da castração, igualmente sangrento, e carregado de um horror quase igual para o espectador.

Sigmund Freud verificou em sua auto-análise e também nas observações clínicas - ao longo de sua experiência - os dois desejos criminosos presentes no inconsciente de cada um de seus pacientes, e que seriam eles: o desejo de ter relação sexual com a mãe e o desejo de assassinar o pai, que atrapalha o primeiro desejo de ser realizado:

Também comprovei em mim – diz – o amor pela mãe e os ciúmes contra o pai, ao ponto de considerá-los um fenômeno geral da primeira infância (FREUD, S. Cartas, manuscritos y notas: **Los orígenes del psicoanálisis**, Obras completas. Buenos Aires: Ed. Santiago Rueda, tomo XXII, 1956,p.53).

⁴⁵ FREUD, S. 1933[1932], p.113.

⁴⁶ Ibid, p.115.

⁴⁷ Ibid, p.117.

A mãe - segundo Freud - é vista como um objeto proibido e o pai como a lei do desejo. O pai é o obstáculo que impede a realização do primeiro desejo. O complexo de Édipo é um momento vivido por todas as crianças, mas com um detalhe, é um período vivido de forma individual por cada uma delas.

Após esta passagem se efetua a sua dissolução, ou seja, o complexo edípico sucumbe à regressão e é seguido pelo período de latência. É assim, então, que se dá na vida de cada criança. Entretanto, seria da mesma forma para ambos os sexos, esse período vivido?

Esta era uma das questões que suscita Freud a escrever acerca do complexo de Édipo e que se faz muito importante para a pesquisa em questão. Aos poucos acontece no legado freudiano, com o passar dos anos, a diferenciação entre a experiência vivida pelo menino e pela menina durante os complexos de Édipo e de Castração. Assim, percorre-se a seguir, o caminho na obra de Freud que esboça a construção teórica sobre o Édipo psicanalítico, para tentar entender um pouco como seria este período vivido pelos sujeitos travestidos.

Num dos textos, da que é considerada a segunda tópica da obra de Freud, em 1922 - durante um Congresso Psicanalítico Internacional em Berlim, é lido um breve artigo que posteriormente seria publicado com o título: “*O Eu e o Isso*”, e é datado em 1923 ao receber tal intitulação, e traduzido pela Imago por “*O ego e o id*”.

A popularidade do Édipo no cotidiano das pessoas, principalmente por aquelas que frequentam os meios ‘psi’, mais aponta seu desconhecimento que o entendimento freudiano, ressalva seja feita.

É importante advertirmos que Freud marca uma diferença no texto entre o que ele chama de Complexo de Édipo *simples*, que diz respeito à forma banalizada do senso comum, e o chamado Complexo de Édipo *completo*, além dos conceitos de complexo de Édipo *positivo*⁴⁸ e *negativo invertido*. E não parece que tais pessoas conheçam tal trecho do texto, mas apenas as baboseiras do senso comum.

A forma banal do senso comum se resume da seguinte maneira: o menino tem uma relação afetuosa com a mãe e o pai como um obstáculo para a realização do desejo incestuoso; e a menina teria o pai como objeto de amor e a mãe como rival.

O complexo *simples*⁴⁹ seria para o senso comum o resultado normal, pois se trata de uma esquematização por aqueles que nada entendem do que realmente envolve tal conceito. Fato este que vai contra o pensamento de Freud, pois ele nunca acreditou nesse fim em sua forma simples, pois de modo algum a forma simples é a mais comum, isto porque - como o nome já diz, é complexo, e por isso, não é simples! – se trata de uma banalidade, de uma simplificação que o senso comum fez com o conceito freudiano, além de ser uma espécie de normatização do complexo de Édipo, e que posteriormente Jacques Lacan, irá chamar de edipianismo da família burguesa.

⁴⁸ FREUD, S. 1923, p.46.

⁴⁹ Ibid. p.44.

Ora, este acesso apresenta inversamente uma montanha de dificuldades e *não é porque se tenha visto essa montanha que as pessoas se interessam cada vez menos pelo Édipo, é justamente por tê-la visto que preferem virar-lhe as costas*⁵⁰, diz Lacan ao comentar o Édipo freudiano em sua forma completa. Fato este, como já foi dito anteriormente, acaba produzindo errôneas formas de se compreender os escritos teóricos de Freud acerca do mito que funda sua teoria tão bem escrita.

A obra de Freud transforma em algo universal, encontra-se não somente no neurótico, mas também no dito normal, nos perversos e também nos psicóticos – com suas respectivas nuances. E por uma boa razão: a de o complexo de Édipo ter uma função essencial de normalização.

Uma função normativa, não simplesmente na estrutura moral do sujeito nem em suas relações com a realidade, mas quanto à assunção de seu sexo. Isto sim, é fundamental e normativo no complexo de Édipo freudiano em sua forma mais completa.

A forma mais completa do complexo de Édipo⁵¹, descrita por Freud, é dupla, *positivo* e *negativo*, isto quer dizer que: o menino não tem apenas uma atitude ambivalente para com o pai e a mãe como escolha de objeto, mas também, se comporta como uma menina para com o pai e tem uma atitude ambivalente para com a mãe.

Mas, na dissolução do complexo de Édipo pareceria que, para ambos os sexos a força das *disposições sexuais masculinas e femininas* é o que determina se o desfecho da situação edipiana será uma *identificação* com o *pai* ou com a *mãe*.

Por *identificação*⁵², baseado no texto de 1921 - “*Psicologia de grupo e a análise do eu*” - o desfecho do período edipiano seria traduzido em *ser* como o pai ou *ser* como a mãe. Visto que é, segundo Lacan, *pela identificação com o pai que a virilidade é assumida*⁵³. Uma atitude marcada pela ambivalência dos sentimentos, a oscilação entre o amor e o ódio.

Conseqüentemente - segundo Freud - todos os indivíduos possuem as quatro formas como resultado. E o que isto quer dizer? De fato que, todos teriam, portanto, em algum momento uma *identificação* com o pai e teria a mãe como objeto, o que caracteriza o complexo edipiano *positivo*, de um lado. Do outro lado, o menino teria uma *identificação* com a mãe e teria o pai como objeto de amor, isto é, o complexo de Édipo *negativo invertido*.

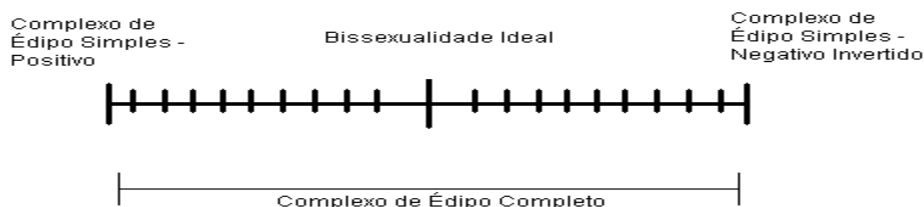
A partir destas ideias, foi possível confeccionar um esquema gráfico, como se pode ver a seguir, no gráfico dos complexos, baseado nas informações retiradas do texto de 1922, feito somente para ilustrar a ideia acima, que poderia ser chamado de, o resultado da variedade no ser humano do Complexo de Édipo:

⁵⁰ LACAN, J. **A relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995, p.208.

⁵¹ FREUD, S. 1923, p.45.

⁵² FREUD, S. 1921, p.116.

⁵³ LACAN, J. **As formações do inconsciente**: seminário livro 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 179.



Dito de outra maneira, na raiz do naufrágio do complexo de Édipo, as quatro aspirações contidas nele se desmontam, se desdobram de tal maneira que delas surgem uma *identificação* paterna e uma *identificação* materna. A primeira, a *identificação* pai, terá o objeto mãe no complexo de Édipo simples *positivo*, e simultaneamente, o objeto pai no complexo *negativo invertido*⁵⁴.

E na diversa intensidade com que eles se misturam, essas identificações vão espelhar a desigualdade das disposições sexuais, portanto, segundo Freud a partir da experiência analítica, *um ou outro dos seus membros intermediários desaparece, exceto por traços mal distinguíveis*⁵⁵ - um ou outro dos seus dois componentes preponderando na *dissolução* com uma das partes ausentes, um dos lados seria preponderante, mas traços mal distinguíveis estariam presentes do constituinte ausente, ressalta Freud.

Talvez, aqui, se compreenda algo a mais nos labirintos do saber, pois quando Freud chama atenção para *a intensidade relativa das duas identificações em qualquer indivíduo refletirá a preponderância nele de uma ou outra das duas disposições sexuais*⁵⁶.

Isto é, quando ele afirma que uma ou outra das *disposições sexuais*, masculinas ou femininas desaparece, no caso dos travestis a *disposição sexual* masculina desaparece mesmo? Mas quantos deles em seus relatos dizem que transam como homens. Então, não seria só uma máscara essa feminilidade toda, presente neles? Ou será que no caso dos sujeitos travestidos não houve o desaparecimento da disposição masculina, pois caso tivesse desaparecido, este seria um transexual. Afinal, os travestis se atêm ao órgão sexual masculino – o pênis.

É um achado nas belas passagens do texto freudiano, os traços mal distinguíveis. De um lado, uma preponderância de um dos *constituintes*, de outro, traços mal distinguíveis. E o que seriam tais traços? ‘Mal distinguíveis’ passa a ideia de uma presença-ausência, ao mesmo tempo em que, não se encontra por completo, de forma visível, tampouco está ausente por completo. Talvez, o feminino fosse o mais evidente, mas o masculino também está ali, mesmo que mal distinguível – o pênis é o traço mal distinguível no travestismo.

Assim, mal distinguível seriam os traços significantes que são usados como vestígios do recalque de uma das disposições na vida dos travestis. O encontro entre o masculino e o feminino ilustrado neles, nos dois *constituintes* presentes, porém, um sendo preponderante e outro mal distinguível se contrapondo na invisibilidade de seu corpo.

⁵⁴ FREUD, S. 1923, p.46.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

Para Freud a partir de tal texto, todos os indivíduos, de ambos os sexos, teriam a força relativa das *disposições sexuais* masculinas e femininas determinando se o desfecho da situação edipiana será uma *identificação* com o pai ou com a mãe:

Bissexualidade! Estou certo de que você está com a razão a respeito dela. E estou-me acostumando a encarar todo ato sexual como um acontecimento entre quatro indivíduos” (FREUD,1950, Carta 113, de 1 de agosto de 1899)⁵⁷.

O caráter da bissexualidade está presente nos pensamentos de Freud, fazendo-o acreditar que o caráter da bissexualidade constitucional de cada indivíduo somado com o caráter triangular da situação edipiana seja responsável pelas direções subsequentes do complexo edípico. Então, todo indivíduo seria o que está proposto no gráfico. Assim, o resultado, é a união das quatro correntes que vai dar o eu do sujeito - por exemplo - se colocar frente ao mundo como um travesti.

Esta é a nuância marcada por Freud na diferenciação do complexo edípico *simples* e o *completo*, pois, apesar de ter uma forma simples, o que acontece é de outra ordem. Somente a segunda forma introduz no eu o complexo de Édipo.

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no eu, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação, diz Freud, retém a sua posição especial, ela se confronta com os outros conteúdos do eu como um *ideal do eu* ou *supereu*.

Freud ressalta a relação com o eu que não se exaure com o preceito: *você deveria ser assim (como seu pai)*. Agora ela – a criança - compreende a proibição: *você não pode ser assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz, certas coisas são prerrogativas dele*⁵⁸. O aspecto duplo do *ideal do eu* deriva do fato de que o *ideal do eu* tem a missão de reprimir o complexo de Édipo.

Isso traduz a questão de o pai da criança ser percebido como obstáculo a uma realização dos desejos edipianos, de uma maneira que agora o eu infantil fortificou-se para a execução da repressão erguendo esse mesmo obstáculo dentro de si próprio – *o ideal do eu, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão das mais poderosas pulsões e dos mais importantes destinos libidinais do id*⁵⁹. Assim, pontua-se o Édipo freudiano, um norteamento das questões de todo sujeito, de uma importância fundamental na clínica.

REFERÊNCIAS

1. FREUD, Sigmund. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.VII, 1996, p.117-217.

⁵⁷ Nota de rodapé, FREUD, S. 1923, p.46

⁵⁸ FREUD, S. 1923, p.47.

⁵⁹ Idem, p.48.

2. _____. (1907). **Esclarecimento sexual das crianças**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.123-134.
3. _____. (1908). **Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.169-190.
4. _____. (1908). **Sobre as teorias sexuais das crianças**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.IX, 1996, p.191-208.
5. _____. (1909). **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.X, 1996, p.11-216.
6. _____. (1920). **Além do princípio de prazer**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XVIII, 1996, p.11-76.
7. _____. (1921). **Psicologia de grupo e análise do eu**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XVIII, 1996, p.77-153.
8. _____. (1920). **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XVIII, 1996, p.155-185.
9. _____. (1923). **O ego e o id**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XIX, 1996, p.13-73.
10. _____. (1933[1932]). **Feminilidade**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ESB. Rio de Janeiro: Imago, vol.XXII, 1996, p.113-134.
11. _____. **Los Orígenes Del psicoanálisis**. Obras completas. Buenos Aires: Santiago Rueda Ed. Tomo XXII, 1956, p. 53.
12. LACAN, Jacques. **A relação de objeto**: seminário livro 4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.
13. _____. **As formações do inconsciente**: seminário livro 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
14. _____. **Mais, ainda**: seminário livro 20. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

AVALIAR COM ÉTICA: PERSPECTIVAS PARA UMA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Iosana Aparecida Recla de Jesus⁶⁰

Lilian Vieira Soares⁶¹

Michela Cosme⁶²

RESUMO

A avaliação é um dos principais instrumentos utilizados pelas instituições escolares no processo de avaliar o ensino e aprendizagem dos alunos. Os resultados demonstram se houve eficiência ou eficácia desse processo. O presente trabalho buscou elementos que possam contribuir para uma avaliação que priorize um momento de aprendizagem e não um acerto de contas entre professores e alunos. Avaliar com ética demonstra que novos caminhos podem ser traçados e, uma avaliação de qualidade, não deve apenas constatar, mas principalmente proporcionar análise, interpretação e tomada de decisões no ensino e na reorganização dos conteúdos. Este trabalho foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, em que diversos autores abordam esse assunto. A partir das leituras, procurou-se traçar o perfil da avaliação nos vários níveis de ensino. A maioria dos autores defende mudanças no processo de avaliação no Brasil. Conclui-se que a avaliação pautada pelos valores éticos, contribui melhor para a reflexão dos processos de ensino e aprendizagem. Também, acredita-se, que a escola terá mais oportunidades de formar cidadãos críticos e envolvidos com a sociedade.

Palavras-chave: Avaliação; Ética; Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

Educational assessment is one of the main instruments used by Educational Institutions in the process of evaluating teaching and learning of the students. The results demonstrate if there was efficiency or effectiveness on the process. This present work sought elements that could contribute to an assessment that prioritize a learning moment rather than settlement of accounts by teachers and students. Assess using ethics shows that new paths can be followed and, a qualitative assessment can not only note, but first of all, provide analysis, interpretation and decision making about the teaching and reorganization of the contents. This work was carried out by bibliographic searches, where many authors address this issue. From the readings, it sought to draw the profile of the assessment at many levels of teaching. Most of the authors advocate changes on the Brazilian educational assessment. It is concluded that the assessment based on

⁶⁰ Especialista em Didática do Ensino Superior, professora e coordenadora dos Cursos de Letras Português/Português e Pedagogia da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁶¹ Psicóloga. Graduada em Psicologia e especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

⁶² Formada em Ciências Contábeis pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialização em Supervisão pela FIJ. Especialista em Didática no Ensino Superior pela UNISAM. Mestranda em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE. Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

ethical values, contributes for a reflection of teaching and learning processes. It is believed that school will have opportunities to forming critical citizens involved with society.

Keywords : Assessment, Ethical, Teaching and Learning.

1 INTRODUÇÃO

O sucesso do ensino e aprendizagem depende das interrelações mantidas entre os elementos do processo, educadores, comunidade escolar (famílias e outras pessoas interessadas na educação) e alunos, além dos instrumentos utilizados para efetivar esse processo.

As relações entre processo de ensino, metodologia e educandos precisam de entendimento e adequação porque os alunos devem ter claro o que se espera deles e como isso será cobrado.

A avaliação da aprendizagem é permeada de conflitos gerando um mal estar quando se discute o fracasso de crianças e jovens em todos os níveis de ensino.

Por esses e outros motivos é que se busca discutir sobre as formas de avaliação, buscando elucidar questões sobre a forma tradicional e formas alternativas de avaliação, ou ainda, quantificar ou não as avaliações.

Introduzir questões sobre ética na discussão de formas de avaliar que instrumentalizem não só o aluno, como também o professor para que a aprendizagem se concretize e torne o aluno apto para elaborar novos conhecimentos, ou seja, aprenda a aprender dando validade ao que se ensina na escola, em outras palavras, dando sentido ao saber escolar.

Empreender o desafio de reavaliar o processo de avaliação em todos os níveis é traçar metas para que o conhecimento tenha sabor e chegue às camadas da sociedade desprovidas de toda a sua dignidade. Mudar o método de avaliação significa incluir crianças e jovens filhos de pais desempregados, viciados, mães solteiras, e inclusive portadores de necessidades educativas especiais, que na maior parte das vezes, não podem concluir seus estudos porque os métodos não são adequados às suas necessidades. Não se trata de privilégios, já que todas as classes sociais encontram problemas quanto à avaliação educacional que ainda não se modernizou frente às novas exigências educacionais.

Como avaliar não é buscar formas de “pegar” o aluno, cabe um estudo aprofundado sobre os instrumentos que podem viabilizar uma prática voltada para o sucesso e não para o fracasso escolar.

O tema apresentado busca se pensar a avaliação baseando-se nos princípios da ética e nas necessidades de alunos e professores.

Esse tema pretende analisar, de forma sucinta as práticas mais comuns de avaliação, sugerindo formas que instrumentalizem os professores para que os mesmo possam, a

partir de uma mudança de postura que se volte mais para aprendizagem, em detrimento dos números; colher a partir da avaliação elementos necessários para uma aprendizagem significativa, onde o “erro” pode ser visto como oportunidade de aprendizagem.

O problema em torno do qual as discussões do presente trabalho procurou abordar, envolve a avaliação pautada pela ética. O modelo atual que engloba a medição quantitativa do conhecimento não contribui para a formação do estudante tornando-se falho o processo de ensino e aprendizagem.

Para chegar a uma conclusão tem-se como objetivos:

- Conceituar ética e sua aplicação no ato de avaliar;
- Compreender que o processo de avaliação baseado na ética pode levar a uma formação mais humana e eficaz;
- Identificar instrumentos de avaliação que visem à construção do conhecimento;
- Entender que ao se definir os objetivos que atendam aos reais interesses da turma, possibilitará melhores resultados do processo ensino e aprendizagem.

Buscando-se alcançar os objetivos propostos, utilizaremos citações que possam comprovar qualquer informação que venha a ser adquirida, observando dessa forma que o assunto tratado é de suma importância no meio educacional e pode ser fator determinante para o sucesso ou fracasso escolar dos alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Desde há muito tempo a escola tem um espaço privilegiado dentro da sociedade. Já na Idade Antiga em civilizações como a Greco-romana, a escola já ocupava um lugar de destaque, com muitos aspectos que persistem até os dias atuais, inclusive com o propósito de instruir as futuras gerações para atuarem como cidadãos em um futuro adulto, como relata Brandão (1981, p. 35):

Da maneira como existe entre nós, a educação surge na Grécia e vai para Roma, ao longo de muitos séculos da história de espartanos, atenienses e romanos. Deles deriva todo o nosso sistema de ensino e, sobre a educação que havia em Atenas, até mesmo as sociedades capitalistas mais tecnologicamente tem feito poucas inovações.

É também dessa época o surgimento dos profissionais da educação, que iniciaram sua prática pedagógica como acompanhantes dos filhos dos senhores, como informa Ghirdelli (1987, p. 8):

A pedagogia, literalmente falando, tem o significado de “condução da criança”. Era, na Grécia Antiga, a atividade do escravo que conduzia as

crianças aos locais, onde deveriam receber instrução de seus preceptores. O escravo pedagogo era o “condutor de crianças”. (GUIRALDELLI, 1987, p.8)

Esse termo, tempos mais tarde estende-se ao especialista da educação, como continua Ghiraldelli (1997, p. 8):

[...] originalmente, pedagogia está ligada ao ato de condução ao saber. E, de fato, a pedagogia tem, até hoje, a preocupação com os meios, com as formas e maneiras de levar o indivíduo ao conhecimento. Assim, a pedagogia vincula-se aos problemas metodológicos relativos ao como ensinar, ao quer ensinar e também ao quando ensinar e para quem ensinar. (GUIRALDELLI, 1997, p. 8)

A partir desses conhecimentos, pode-se discorrer e analisar alguns aspectos da educação atual, suas principais correntes e buscar, em linhas gerais, saberes que possam orientar uma prática educativa que forme indivíduos capazes de interpretar o mundo e intervir na realidade contribuindo para a continuidade da espécie humana no planeta.

O ato de ensinar faz parte da educação e dentro da escola se realiza um tipo de ensino especializado, direcionado para um determinado fim. Para um melhor desempenho do tema a que se propõe esse trabalho, cabe definir os termos propostos já que a avaliação pode ser vista de formas diversas de acordo com o ponto de vista de cada um ou de cada instituição de ensino. O ensino no momento em que se divide o trabalho entre aqueles que executam e aqueles que se apropriam de determinados bens produzidos pela maioria, ou:

[...] quando o trabalho que produz os bens e quando o poder que reproduz a ordem são divididos e começam a gerar hierarquias sociais, também o saber da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a diferença, no lugar de um saber anterior, que afirmava a comunidade. (BRANDÃO, 1981. p. 27)

Com essa divisão das tarefas, a educação passa a ser vista como escola e passa a ser realizado em local pré-determinado, por um indivíduo preparado para tal tarefa.

A escola em si representa o espaço onde saberes específicos são repassados para um público que necessita do mesmo, porém a mesma encontra-se inserida no seio de uma sociedade em constante conflito e cada grupo social faz dela o que mais lhe convém.

Em decorrência dos vários interesses que permeiam a educação, as ferramentas de ensino são variadas. Cada grupo utiliza métodos distintos para garantir sua permanência como formador de opinião. Sendo assim, apesar de existir consenso sobre o que ensinar, como ensinar, onde e quando ensinar, cada grupo direciona seus interesses para garantir sua meta. Portanto, a forma de ensinar é distinta dependendo da classe social a que se dirige, influenciando a qualidade e a forma de tratar cada uma delas.

Em se tratando das formas de ensinar, percebe-se que a metodologia faz uma grande diferença na hora de formar os educandos e cada grupo faz uso dessa metodologia, o que transparece nas palavras de Brandão:

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 1981. p. 10)

Partindo do pressuposto de que a escola é um momento privilegiado onde acontece um tipo de educação e onde se pode aprimorar e construir conhecimentos, cabe uma análise de um elemento fundamental no método do ensino, que muitas vezes é responsabilizado pelo fracasso de muitos alunos: a avaliação.

Logicamente que existem diversos elementos fundamentais para o sucesso do processo ensino e aprendizagem. Porém como a avaliação é, por assim dizer, o elemento utilizado para medir o grau de aprendizagem, considerou-se por bem analisá-la em seus principais aspectos e em variados tipos de escola.

2.2 AVALIAÇÃO

Instrumento utilizado pelos professores para verificar a aquisição ou não do conhecimento pelos alunos, a avaliação em muitos casos, torna-se responsável pela exclusão de um número expressivo de alunos da escola, já que a mesma é utilizada para que o aluno avance ou não em seus estudos. Em grande parte das vezes, o professor utiliza o teste e a prova como instrumentos de todo o processo avaliativo tirando do aluno a oportunidade de demonstrar o que realmente aprendeu do que lhe foi ensinado. Hoffmann (1999, p. 16) afirma que: “Os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados”.

Essa visão leva a equívoco sobre a aprendizagem, pois rotula o aluno que não demonstra capacidade de responder a um determinado tipo de teste, como não apto. Enquanto este mesmo aluno poderia sair-se melhor se fosse feita uma outra abordagem sobre o seu conhecimento adquirido. A avaliação deve ser encarada como processo assim como a educação. Os dois processos devem estar interligados, ou como sentença Hoffmann (1999, p. 17): “A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”.

No decorrer dos anos, esse instrumento já adquiriu vários formatos, porém seu peso para o progresso escolar dos educandos se apresenta sempre com a mesma comprovação de aprendizagem ou não dos conteúdos, sem levar em consideração o processo cognitivo de cada aluno e o meio onde ele está inserido.

No momento atual em que grandes mudanças têm ocorrido no campo educacional, cabe a todos os interessados discutirem esse assunto que causa polêmica tanto entre escola e educandos quanto entre os próprios educadores. Já que há visões diferenciadas, existe sempre o conflito entre os diversos pontos de vista, acarretando um grande desconforto por parte daqueles diretamente afetados pelo processo: os alunos.

A discussão sobre esse assunto remete aos tipos de escola e o estilo adotado por cada uma, pois a forma de avaliar varia de acordo com a visão que cada uma tem de educação e a serviço de quem a mesma se encontra. Sendo assim é relevante analisar as principais correntes educacionais e sua visão a respeito do tema.

2.3 AVALIAÇÃO EM CINCO ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

Dentro das teorias pedagógicas a avaliação educacional sempre teve um papel importante. Neste momento vamos analisar esse elemento dentro da visão de cinco abordagens pedagógicas que influenciaram e ainda influenciam a educação brasileira, segundo Mizukami (1986). São elas: tradicional, comportamentalista, humanista, cognitivista e sócio-cultural.

Na abordagem tradicional, a avaliação visa à exatidão da reprodução do conteúdo trabalhado em sala de aula. O aluno é avaliado pela exatidão das informações que reproduziu, conforme cita Mizukami (1986. p. 17):

Daí a consideração de provas, exames, chamadas orais, exercícios etc., que evidenciem a exatidão da reprodução da informação.
O exame passa a ter um fim em si mesmo e o ritual é mantido. As notas obtidas funcionam, na sociedade, como níveis de aquisição do patrimônio cultural.

Como se pode perceber, o aluno na abordagem tradicional é envolvido por um número de atividades que o obriga a decorar o que lhe foi transmitido para reproduzir no momento da prova ou teste. Esse tipo de avaliação se resume ao teste final, negando todo o processo pelo qual passa o aluno e desconsidera o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo.

A avaliação na abordagem humanista despreza qualquer tipo de padronização no que se refere à verificação da aprendizagem.

Considerando-se, pois, o fato de que só o indivíduo pode conhecer realmente a sua experiência, esta só pode ser julgada a partir de critérios internos do organismo; critérios externos ao organismo podem propiciar o seu desajustamento. O aluno, conseqüentemente, deverá assumir responsabilidade pelas formas de controle de sua aprendizagem, definir e aplicar os critérios para avaliar até onde estão sendo atingidos os objetivos que pretende. (MIZUKAMI, 1986. p. 55-56)

Nessa abordagem prioriza a auto-avaliação como meio de verificação da aprendizagem, oportunizando ao indivíduo perceber o seu desenvolvimento de forma progressiva e eficaz.

Segundo Mizukami (1986), a avaliação na abordagem comportamentalista está diretamente ligada aos objetivos estabelecidos, consistindo em se constatar se o aluno aprendeu e atingiu esses objetivos. Mizukami (1986. p. 17) acrescenta ainda:

A avaliação é igualmente realizada no decorrer do processo, já que são definidos objetivos finais (terminais) e intermediários. Esta avaliação é elemento constituinte da própria aprendizagem, uma vez que fornece dados para o arranjo de contingências de reforços para os próximos comportamentos a serem modelados.

Portanto, nessa abordagem, a avaliação apresenta-se como parte integrante para a ocorrência de aprendizagem, pois conforme afirma Mizukami (1986), os comportamentos dos alunos são modelados à medida em que estes têm conhecimentos dos resultados de seu comportamento.

A avaliação na abordagem cognitivista se distancia, e muito, da abordagem tradicional, que é realizada por meio de testes, provas, notas, exames, entre outros.

Decorrentes deste posicionamento, resultado de investigações teórico-experimentais, a avaliação na abordagem cognitivista terá de ser realizada a partir de parâmetros extraídos da própria teoria e implicará verificar se o aluno já adquiriu noções, conservações, realizou operações, relações etc. O rendimento poderá ser avaliado de acordo com a sua aproximação a uma norma qualitativa pretendida (MIZUKAMI, 1986. p. 82-83).

Portanto, no aproveitamento do aluno deve se considerar, principalmente a assimilação e a aplicação em situações variadas.

Segundo Mizukami (1986, p.83), não há, pois pressão no sentido de desempenho acadêmico e desempenhos padronizados, durante o desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Na abordagem Sócio-cultural, Mizukami (1986) afirma que a avaliação consiste na auto-avaliação e/ou avaliação mútua e permanente da prática educativa por professor e alunos. Notas, provas e exames, na abordagem sócio-cultural, não fazem sentido. “A avaliação é da prática educativa, e não de um pedaço dela.” (FREIRE, 1982, p.94).

2.4 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA

A avaliação se coloca para os educadores como uma ferramenta de trabalho que auxilia nas atividades do dia-a-dia. Ela é um caminho para que a escola resgate a essência do ato de educar, para que cada educando possa buscar ao professor e aos colegas o conhecimento prometido pela escola.

Durante um longo período da história da educação, a avaliação serviu de base para a exclusão de muitos educandos que não sendo compreendidos e não valorizados, desistiram de buscar o conhecimento, hoje, como afirma Tom (2006, p. 80):

Neste sentido, a avaliação educacional não pode ser encarada como um processo que se destina ao manuseio e à aplicação de técnicas que visam medir resultados e desempenhos. Ela configura uma alternativa capaz de gerir e suscitar novos debates no meio acadêmico, uma vez que pode colaborar à transformação da mentalidade, rever comportamentos docentes e

discentes, reestruturar práticas administrativas e possibilitar a reabilitação do diálogo como prática de conhecimento (TOM, 2006, p.80).

Vista sobre esse ângulo, a avaliação torna-se um processo que auxilia as práticas de ensino e aprendizagem, onde o material elaborado pelos alunos, não só teste e provas, vão servir de meios para que o educador conheça realmente com quem está lidando, as dificuldades e os avanços no processo ensino e aprendizagem.

A partir dos saberes do aluno pode-se auxiliá-lo na aventura da busca pelo conhecimento, porém não se pode, sob a máscara de uma avaliação voltada para a autonomia dos educandos deixar de lado o compromisso com a qualidade do ensino e a importância de se adquirir os conhecimentos acumulados pela humanidade, por isso o professor deve estar ciente de seu papel formador e estar preparado para cumprir seu papel, para isso o mesmo deve:

Ultrapassar posturas convencionais na avaliação do desempenho dos alunos exige o aprofundamento em questões de aprendizagem e o domínio da área do conhecimento as diferentes disciplinas (HOFFMANN, 2000, p.58).

Para que seu trabalho seja relevante e leve a cabo o objetivo de uma prática avaliativa de qualidade e comprometida, o professor ainda necessita ter hábitos relacionados a essa metodologia, ou seja:

Registros de avaliação exigem exercício do professor. Exercício de prestar atenção nas manifestações dos alunos (orais e escritas), exercício de descrever e refletir teoricamente sobre tais manifestações, de partir para encaminhamentos ao invés de permanecer nas constatações (HOFFMANN, 2000, p.122).

Não se procura aqui entrar nos méritos de trabalho do professor, suas dificuldades pedagógicas ou dificuldades de ordem material que o obrigam a trabalhar com carga horária apertada, que prejudica seu desempenho, porém é imprescindível dizer que o educador deve estar em constante estado de pesquisa se desejar realmente atuar como um profissional que faça diferença na aquisição dos conhecimentos exigidos em cada fase de seus alunos.

Obviamente que dada a importância do ato de avaliar dentro do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação não pode estar apenas a cargo do professor em sua sala de aulas. Todos são responsáveis pelo sucesso da educação: equipe pedagógica, professor, aluno e família.

Em relação às famílias, as escolas que vêm buscando transformações, precisam envolvê-las nesse processo: jogo aberto, exemplos concretos, discussão de propostas pedagógicas, seminários com especialistas (HOFFMANN, 2000, p.122).

Para que o projeto de uma educação humanizadora alcance o seu objetivo, torna-se necessário resgatar a cooperação e a democracia apostando, na formação de todos os envolvidos nesse processo.

2.5 A AVALIAÇÃO NOS NÍVEIS DE ENSINO

A avaliação está presente em todos os níveis de ensino e em todos eles existem professores e escolas com jeito próprio de avaliar, já que em muitos casos, a escola apresenta uma metodologia de avaliação em que prevalecem os conceitos quantitativos, como observa Hoffmann (2000, p. 65):

Nos três graus de ensino, utilizam-se toda e qualquer tarefa realizada pelos estudantes como caráter de seleção à semelhança dos concursos e vestibulares e outros. A escola não tem por objetivo a eliminação de candidatos como tais concursos e age como se tivesse tal finalidade.

No momento atual em que as posturas escolares são questionadas e busca-se a implantação da gestão democrática, vale observar os níveis de ensino sobre a avaliação, para entender a necessidade das mudanças.

A Educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Cada uma dessas categorias de ensino tem características peculiares de metodologia, no entanto, em alguns casos a avaliação da aprendizagem se dá de forma igual para todos os níveis, ou ainda não respeita as peculiaridades nas idades e nos interesses dos estudantes que as frequentam.

Para analisar o papel da avaliação em cada um dos níveis, cabe compreender como se avalia em cada um deles.

A educação infantil compreende o período que vai dos 0 aos 5 anos de idade. Geralmente é realizada em creches ou pré-escolas, que funcionam em períodos de 4 horas ou 8 horas diárias.

De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), com base na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) determina que “... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (RCNEI, Vol 1, 1998, p.59).

Respaldo-se no presente documento, o educador infantil faz sua avaliação baseada nas observações diárias da criança em todos os seus aspectos: cognitivo e sócio-afetivo. Essas observações são específicas para cada idade, baseando-se nas teorias do desenvolvimento infantil adotada dentro de cada disciplina. Esse aspecto da educação infantil favorece a observação do pleno desenvolvimento infantil.

No ensino fundamental a educação compreende maior tempo de escolarização das crianças, dos 6 aos 14 anos e tem uma forma própria de avaliar. Existe uma diferença considerável na passagem da educação infantil para o ensino fundamental e isso se reflete principalmente na forma de avaliação de aprendizagem. Enquanto na educação infantil a criança é observada em todas as atividades que desempenha, no ensino fundamental, na maioria das vezes é realizada por meio de testes e provas.

Nessa fase da educação, o acesso ao ano/série seguinte está condicionado à aquisição das competências exigidas no ano/série anterior, que na maioria das vezes são cobradas em forma de provas e testes das mais variadas disciplinas, sem levar em consideração o aluno. A respeito dessa prática Hoffmann (1999, p.73) atesta que:

[...] repetir simplesmente, fazer muitas tarefas, não é o suficiente para a compreensão do educando. É necessária a tomada de consciência sobre o que se executa [...] Ou seja, compreender não significa repetir ou memorizar, mas descobrir as razões das coisas, uma compreensão progressiva nas nações (HOFFMANN, 1999, p.73).

Infelizmente nem sempre o educador é preparado para propor novas formas de avaliar e em alguns casos, a própria escola não se desafia a deixar para trás práticas arcaicas de avaliação para propor uma nova forma de educar.

Nesse aspecto, infelizmente, depois de tantas mudanças e propostas inovadoras a educação tem muitas características da escola tradicional que a mesma tanto crítica.

A respeito da avaliação, a LDB nº 9.394/96 destaca em seu artigo 32 inciso 2º que:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (1997, p. 24).

A presente lei não propõe sobre a forma de avaliação nesse nível da educação básica.

No ensino médio, o artigo 35 da LDB, em seus parágrafos de I a IV o ensino terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (1997, p. 25)

A forma de avaliação das escolas do ensino médio, em sua maioria, é totalmente voltada para a reprodução dos conteúdos aplicados em sala de aula pelo professor, não privilegiando a formação crítica e humana dos educandos, além das suas experiências e vivências.

A avaliação no ensino superior ainda traz em seu bojo, técnicas arcaicas de avaliação, onde o aluno se vê obrigado a decorar teorias e nomes de cientistas para responder em

um teste. De acordo com Hoffmann (2000, p. 138): “O que se percebe atualmente é que o corpo docente de ensino médio e ensino superior revelam-se muito mais impermeável à discussão da prática tradicional do que os professores do ensino fundamental.”

Essa prática tradicional, baseada em métodos repetitivos é muito grave, pois como afirma Hoffmann (2000, p.138):

[...] avaliação, nesse grau, é um fenômeno com características seriamente reprodutivistas. Ou seja, o modelo que se instala em cursos de formação é o que vem a ser seguido pelos professores que exercem o magistério nas escolas e universidades.

Observada desse ângulo, pressente-se que o processo se daria em um círculo vicioso, já que os profissionais formados pela universidade usariam na prática a forma de avaliar aplicada por seus mestres, levando-se em conta que o educador tem como prática desenvolver os métodos a que se foi submetido, mesmo que em alguns casos não se dê conta disso.

A constatação de tal fato traz à tona a necessidade de discussão sobre a melhor forma de avaliar, que técnicas usar, o que esperar do estudante, seja do ensino superior, médio ou fundamental.

Porém a discussão deve girar em torno da compreensão da avaliação como um processo de evolução da aquisição dos conhecimentos pelos alunos, de resultados que possam orientar o educador para as práticas pedagógicas que facilitem o ensino e aprendizagem. A avaliação não poder vista como algo estanque. Ela precisa oportunizar ao aluno uma aprendizagem contínua.

2.6 A ÉTICA NA AVALIAÇÃO

Quando se pensa em ética, vem logo a mente a ideia de respeitar o semelhante em seus direitos. Ser ético seria então exercer o direito individual sem ferir o direito dos outros. Existem conceitos variados de ética e também formas variadas de entendê-la. Porém, nos dias atuais, os cientistas ainda se debatem para ter um conceito que realmente exprima o que deveria ser ética. Tom apresenta o conceito de ética como sendo:

Do grego, ETHOS, significa costumes, extrai-se Ética. Do latim, MOROES. Donde moral. Ciência da moral. “Estudo dos juízos de apreciação referente à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente e determinada sociedade, seja de modo absoluto” (TOM, 2006, p. 57)

Entende-se que a ética seria um conjunto de normas a serem seguidas para o bem de toda a sociedade, onde não se podem ferir os princípios da mesma sob risco de desobedecer às normas vigentes, assim como assevera Tom:

A ética como conjunto de normas e valores que regem uma sociedade deve necessariamente refletir a consciência e as ações desse povo, assim como

trazer consigo o tipo de organização que alimenta essa sociedade. (2006, p. 60)

Partindo do pressuposto de que a ética se baseia na conduta do ser humano, na sua forma de respeitar as normas de vivência em sociedade e que a partir da mesma possam se construir relações mais humanas é que se deseja discutir a importância de uma avaliação ética em todos os níveis de ensino, sem deixar de lado a influência da família e da sociedade na formação do indivíduo, já que, como a firma Sá (2000, p. 48): “A gênese da educação ética é processada, pois, mais no lar, depois na escola e paralela e seguidamente na ambiência limitada da criança com outras crianças e adultos”.

Nesse caso vale buscar nos estudantes a compreensão da Ética e das necessidades de valores que promovam o desenvolvimento da humanidade como um todo, deixando de lado todas as formas de discriminação e abusos contra a vida. Nesse sentido, cabe aos educadores estar sempre cientes da importância de suas atitudes para a formação de cidadãos éticos, passando a buscar formas éticas de desempenhar seu trabalho de formação.

Para que essa prática se concretize, vale buscar formas éticas de desencadear o processo avaliativo no ensino superior, formando os profissionais que vão disseminar essa prática nos demais níveis de ensino e nos demais ramos de atividade humana.

Desenvolver novas práticas de avaliação exige comprometimento não só dos educadores, já que os mesmos sozinhos não poderão mudar todas as técnicas de avaliar. Porém é no interior das salas de aula, não importando de que nível seja que se dará o surgimento de formas mais humanas e eficazes de avaliar a aquisição dos conhecimentos.

O surgimento de novos métodos de avaliação implica em introduzir no seio da mesma um profundo sentimento de responsabilidade e esse sentimento traz consigo também um comprometimento com um tratamento ético para com os alunos. É necessário que a educação desenvolva o sentimento de respeito por aqueles que buscam na escola a resposta para suas perguntas e que ao sair dela, levem novas perguntas e capacidades de buscar as respostas na convivência em sociedade.

A ética aplicada à educação poderá contribuir para o entendimento da necessidade de respeito ao semelhante e porque não dizer, poderá desencadear em educadores e educados o amor pelo conhecimento.

Para desempenhar uma avaliação baseada nos princípios da ética, torna-se necessário ter uma visão do estudante como agente de seu conhecimento, um ser que deve ser transformado, ao adquirir conhecimento, mas que também vai transformar o mundo a sua volta e o próprio conhecimento a partir de sua visão de mundo. Nesse caso esse indivíduo merece respeito e ter seus direitos garantidos.

Para desencadear esse processo de avaliação, o educador deve contribuir para que o aluno tenha confiança em si mesmo, dar a ele oportunidade de saber-se possuidor de direitos, oportunizar a conscientização do valor que cada indivíduo possui, acompanhando seu aprendizado, estando ciente do processo de construção do

conhecimento do mesmo, vislumbrando onde se possa aplicar o conhecimento adquirido, sem necessariamente responder a longos questionários que nada tem de desafiador. Ou ainda como afirma Hoffmann (1999, p. 152):

O acompanhamento do processo de construção do conhecimento deveria implicar em favorecer o desenvolvimento do estudante, oferecendo-lhe novas e desafiadoras situações de aprendizagem, novas leituras ou explicações, sugerindo-lhes investigações, enfim proporcionando-lhes vivências enriquecedoras e favorecedoras à tomada de consciência progressiva sobre o tema em estudo. (1999, p. 152)

Ao mudar a forma de avaliar, a escola ou professor estará firmando um compromisso com seus alunos, com jovens que se dividem em grupos variados mas que em sua maioria, ou são desmotivados devido à forma de condução do ensino, ou aqueles que mesmo com vontade, não encontram uma forma de intervir, já que são "podados" em seu conhecimento de mundo. Ao professor cabe exercitar a avaliação como um processo ético de busca de conhecimentos, fazendo de seus alunos, seus parceiros, criando uma relação em que:

A confiança mútua entre educador e educando quanto às possibilidades de reorganização conjunta do saber, pode transformar o ato avaliativo em um momento prazeroso de descoberta e troca de conhecimento (HOFFMANN, 1999, p. 80).

A avaliação que visa à disciplina e à discriminação dos estudantes está fora dos conceitos baseados na ética, pois fere os direitos que esses indivíduos tem como cidadãos. Por esse motivo não tem mais lugar em uma escola onde se pregam os preceitos de uma administração do processo baseada na democracia, e que conta com a participação de todos os envolvidos nesse processo.

3 CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser social, a escola é um ambiente rico para o desenvolvimento da cultura já que é nele que os indivíduos buscam um tipo de cultura importante para a sua convivência na sociedade. Aqueles que não têm acesso à cultura escolar correm o risco de ficarem à margem das relações sociais, com dificuldades para se relacionar com os demais sujeitos da sociedade e de certo modo para ter condições dignas de sobrevivência.

Porém não é só na escola que se constrói cultura. Em todas as suas relações o homem produz conhecimentos importantes para a sua sobrevivência, tirando da instituição escolar o mérito de se autodeterminar o lugar onde se produz cultura.

Como o conhecimento não está pronto e acabado e a cada momento acontecem mudanças que refletem na forma de pensar e ver o mundo e isso afeta até os conceitos de ética, o que se propõe é uma educação que sirva de suporte para que os alunos estejam preparados para participar dessas mudanças, compreendendo o que é necessário para si e para o grupo, criando uma consciência não de indivíduo, mas de grupo.

O conceito de que todos os seres fazem parte de um todo leva à busca de atitudes que incluem todo ser humano em uma rede de formação para cuidar de cada pequena vida, a qual de uma forma ou de outra contribui para a continuidade de todo o conjunto e a escola não pode se eximir dessa responsabilidade em conjunto com o todo da sociedade.

REFERENCIAS

1. ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.
2. ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. 3º Ed. São Paulo: Moderna, 2006
3. BASTOS, João B. **Gestão Democrática**. (org.). 4º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
4. BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
5. BRASIL, Lei nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
6. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação: Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, Brasília: MEC/SEF, 1998.
7. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
8. GHIRALDELLI JUNIOR. Paulo. **O que é Pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
9. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista**. 26ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.
10. _____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 18ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
11. LUCK, Heloisa [etal.]. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
12. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo / Maria da Graça Nicoletti Mizukami – São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino)
13. SÁ, Antônio Lopes. **Ética Profissional**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
14. TOM, Marinete Assis Cazelli. **Avaliação Educacional Ética: Uma nova postura no ato de avaliar**. Pinheiros-ES: Produção independente, 2006.

TEORIA E PRÁTICA CONTEXTUALIZADAS: PLANEJAMENTO

Sueli Maria Rodrigues Barbosa⁶³

RESUMO

Este artigo traz abordagens acerca da prática educacional nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo que na maioria das vezes, o docente atua a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de Pedagogia, em improvisos e nas pesquisas realizadas no decorrer de sua experiência profissional, sem que tenha o hábito de planejar como deveria. A linha de pesquisa se direciona ao tema Planejamento, por considerar de suma importância o momento de sua elaboração, bem como a prática embasada nele. A escolha do tema se justifica por perceber que alguns professores ainda não se organizam pelo planejamento, prejudicando a aula e a aprendizagem do aluno, trabalhando conteúdos de forma descontextualizada. Para tal, o estudo tem como objetivo geral verificar como é o planejamento do professor nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Nas considerações finais, destaca-se como primordial que o professor realize planejamentos prévios à aula, como forma de se organizar e contextualizar os conteúdos às necessidades dos alunos.

Palavras-chave: Prática educacional. Pedagogia. Aprendizagem do aluno.

ABSTRACT

This article provides practical approaches to the education in the early grades of elementary school, realizing that in most cases, the teacher acts from the knowledge gained in pedagogy courses in improvisation and in research conducted in the course of his professional experience, without has the habit of planning as it should. The line of research is directed to the subject planning, considering the paramount moment of their preparation and practice based on it. The theme is justified by noticing that some teachers still do not organize the planning, damaging the classroom and student learning, working in a decontextualized content. To this end, the study aims to determine how general is the teacher's planning in the early grades of elementary school. In closing remarks, stands out as essential that the teacher perform planning prior to the class as a way to organize and contextualize the content to students' needs.

Keywords: Educational Practice. Pedagogy. Student learning.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz abordagens acerca da prática educacional nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo que na maioria das vezes, o docente atua a partir dos

⁶³ Especialista em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira. Professora da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

conhecimentos adquiridos no curso de área específica, em improvisos e nas pesquisas realizadas no decorrer de sua experiência profissional, sem que tenha o hábito de planejar suas atividades de forma contextualizada.

O que se constata como objeto de pesquisa é o fato da acomodação por parte de alguns professores em não mais planejar, exercendo sua prática através de planejamentos de anos anteriores ou mesmo com improvisos.

É primordial que o professor realize planejamentos prévios à aula, como forma de se organizar.

O estudo tem como objetivo geral verificar como é o planejamento do professor nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A escolha do tema se justifica por perceber que alguns professores ainda não se organizaram pelo planejamento, prejudicando a aula e a aprendizagem do aluno, trabalhando conteúdos de forma descontextualizada.

A metodologia utilizada no estudo é a pesquisa bibliográfica, com o intuito de perceber como ocorre a prática docente, envolvendo desde o planejamento até a aplicação das atividades.

Nas considerações finais ratifica-se que é possível, hoje, distinguir o professor que se utiliza de posturas tradicionais e o que se utiliza de posturas mais atuais. No entanto, muitas vezes essas posturas se confundem e se aproximam, fazendo com que se perceba que não há um modelo de educação superior (ou em outro nível de ensino) a ser seguido, e o que realmente funciona é que atende aos alunos de forma imediata.

O que as distingue de fato é que nas tradicionais o aluno é considerado um ser passivo, cujo papel é apenas o de escutar, repetir e reter o conhecimento dado pelo professor.

2 EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Ao que se constata, o assunto “competência” vem tendo uma abordagem significativa em escolas, no mercado de trabalho, na mídia, entre outros. Sua definição tem sido explorada por alguns autores que como forma de qualificação que enfatiza a especialização. Para Simionato (2003, p. 72):

(...) o silêncio e a fragmentação das tarefas saem de cena para dar espaço à comunicação e à interatividade, onde o ambiente subjetivo do indivíduo entra em cena. Aspectos antes desconsiderados, tais como os componentes cognitivos e os componentes sócio-afetivos passam a ser valorizados na formação e no exercício do trabalhador. Novos conhecimentos e habilidades são exigidos, visto que a otimização das atividades utiliza novas formas de organização do processo produtivo e novas tecnologias.

Entretanto, a alteração no modelo que se apresenta atualmente à educação deve ser baseado em um fazer pedagógico livre da dependência e em que o currículo não seja

entendido como um fim, que tem por meta o acúmulo de saberes, que utiliza metodologias transmissivas e tem foco centrado no ensino, como tem sido preocupação da escola, mas como forma de enxergar e desenvolver as competências nos alunos. Assim, a educação com vistas à competência deve ter por premissas as ideias apontadas por Perrenoud, que muito contribuem para o seu entendimento e aplicação no contexto educacional.

Segundo Perrenoud (2000, p. 20), existem dez novas competências para ensinar, essenciais na formação dos professores:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
2. Administrar a progressão das aprendizagens;
3. Ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto;
4. Envolver os alunos em suas aprendizagens;
5. Trabalhar em equipe;
6. Participar de administração da escola;
7. Informar e envolver os pais;
8. Utilizar novas tecnologias;
9. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
10. Administrar sua própria formação contínua;

O que se constata é que na busca incessante em formar profissionais que tenham o pleno conhecimento em atuar na área escolhida, os cursos de graduação se esquecem de que eles também deverão obter outras orientações, como a ética, a humanização, a moral, a cooperação, entre outros valores.

As instituições precisam rever seus conceitos e trabalhar no aluno valores que serão imprescindíveis ao pleno exercício de sua profissão.

Em muitos casos, porém, o fato de estar acostumado à velha metodologia, que o prende ao método expositivo, é a principal dificuldade que os docentes têm em tornar a aula mais atraente, instigando os alunos a conhecer e desenvolver suas competências. [...] esta já é uma exigência dos alunos dentro das universidades, que passam a comparar as aulas que utilizam novas técnicas e modernos recursos de aprendizagem com aquelas que ainda se prendem ao método expositivo. (BURGARDT, 2005, p. 97)

Uma das razões de muitos fracassos e abandono da profissão se dá em função da frustração do profissional ante os desafios a serem enfrentados.

Dessa forma, o profissional é graduado em uma profissão, mas não está apto a exercê-la por algum motivo.

Isso ocorre muito no Brasil, indivíduos que ao se depararem com o mercado de trabalho não conseguem lidar com os conflitos surgidos e passam a buscar algo que lhes satisfaça.

Assim, quando a instituição trabalha em função de desenvolver competências nos seus alunos, certamente estará contribuindo para a sua melhor integração no mercado de trabalho.

3 TEORIA E PRÁTICA UMA REALIDADE A SER CONQUISTADA

Ao ingressar na vida acadêmica o aluno passa a acompanhar aulas com conteúdos bem definidos numa grade curricular apresentada desde o primeiro dia letivo. Entretanto tais conteúdos se aplicam à aula e às atividades referentes a eles, tais como: pesquisas, avaliações, seminários, etc, mas, muitas vezes, não é, ao que ele necessitará conhecer para a sua prática profissional.

A construção do conhecimento na escola crítica aponta para a necessidade de um processo contínuo de interação pedagógica (metodologias de ensino, relação professor-aluno, conteúdos e avaliação) como um dos fatores responsáveis pelo sucesso do aluno na escola.

É preciso orientar com clareza a formação dos professores para uma prática reflexiva, valorizar os saberes advindos da experiência e da ação dos profissionais e desenvolver uma forte articulação teórica-prática e uma verdadeira profissionalização. Essas transformações questionam o status epistemológico das ciências da educação e a vocação das unidades que o exigem. (PERRENOUD, 2002, p, 90)

A questão da relação pedagógica entre o professor que ensina e o aluno que aprende realça a necessidade de se (re)significar a unidade entre a aprendizagem e ensino. Trata-se de uma unidade indissolúvel centrada num permanente diálogo.

Para se garantir um ensino e uma aprendizagem de qualidade, a complexidade da atividade docente exige que o professor tenha bem claro “como o aluno aprende” e o “que ele aprende”, ou seja, aprendizagens significativas que permitam estabelecer uma rede de significados que facilitem a sua interação com o mundo, a sua realidade física e social. Por outro lado, o professor tem que ter competência – “saber” e “saber fazer” – que propicie uma intervenção pedagógica eficaz no processo de ensino, para o aluno realizar aprendizagens significativas, de modo que ele “aprenda a aprender”.

A característica mais destacada do trabalho de professor, do ponto de vista didático, é a mediação. O professor põe-se entre o aluno e o conhecimento para possibilitar-lhe as condições e os meios de aprendizagem. Tais condições e meios parecem poder ser centrados em ações orientadas para o desenvolvimento das funções cognitivas. (LIBÂNEO, 2001, p. 06)

A aprendizagem, na perspectiva da construção do conhecimento, pressupõe sua dimensão como produto e, também, sua dimensão como processo, isto é, como o aluno se organiza e atua para aprender. É o caminho que o aluno trilha na elaboração, na modificação e no enriquecimento pessoal do seu conhecimento.

Para Zemelman (*apud* LIBÂNEO, 2001, p.08):

Trata-se, pois, de pensar em experiências de aprendizagem que mobilizem o aluno a pensar por conceitos, lidar praticamente com conceitos, argumentar, raciocinar logicamente, concatenar idéias, pensar sobre o que aprende. Todavia, a reflexão pretende ir mais longe: associar o movimento do ensino do pensar, as estratégias cognitivas, aprender a aprender aprendizagem

significativa, ao processo de reflexão dialética de cunho crítico (crítica como forma lógico epistemológica).

Tem-se como premissa que pensar é mais que explicar e para isso a formação escolar precisa formar sujeitos pensantes, capazes de um pensar epistêmico ou categorial, ou seja, um sujeito que desenvolva capacidades (competências) básicas em termos de instrumentação conceitual (categorial) que lhe permite, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação disciplinar, poder colocar-se frente à realidade, apropriar-se do momento histórico (pensar historicamente essa realidade) e reagir frente a ela.

O ensino convencional, centrado no professor, na transmissão de conteúdos, conceitos e memorização para tirar boas notas, vem dando lugar a uma abordagem mais dinâmica de ensino, voltada para a construção do conhecimento, em que as interações dialógicas professor-aluno, em sala de aula, são condições para a aprendizagem criativa, a formação de conceitos científicos, a partir do saber do aluno proporcionado pelo senso comum.

Para Perrenoud (2002, p. 91), a prática não se baseia necessariamente na teoria, e o professor deve estar atento a isso:

- os saberes teóricos [...] são frágeis sujeitos a revisões dilacerantes, a eternas disputas ideológicas ou epistemológicas; seria imprudente tomar por base uma ação pedagógica ou os programas escolares exclusivamente no estado dos conhecimentos teóricos;
- mesmo no caso de estarem relativamente fundamentadas, essas teorias abrangem apenas uma parte dos processos de ensino e aprendizagem; há buracos negros e extensas zonas de claro-escuro, sobre as quais dispomos de intuições fecundas e de alguns resultados empíricos, mas de poucas certezas que podem ser utilizadas na prática.

A essa ideia de Perrenoud, insere-se a constatação de que a teoria e a prática baseada na realidade não se correspondem totalmente. Para que a primeira possa se aproximar da segunda é necessário que haja adaptações em sua estrutura, de modo que a essência se conserve, pois ela traz a significação, o que de fato se conceitua.

O conhecimento não é uma cópia, uma fotografia da realidade, mas uma construção a partir de saberes que o aluno já possui e que constituem a sua bagagem pessoal e cultural.

4 APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A construção de significados constitui o elemento central do processo de ensino e aprendizagem.

A ação humana, o comportamento humano tem um caráter pessoal, individual, pois os significados estão na mente de cada indivíduo, cada um tem um modo peculiar de representar a realidade agir sobre ela. Entretanto, esses significados são internalizados a partir da interação com os outros, isto é, das práticas sociais e culturais em que vive. Portanto, a origem desses significados é social. (LIBÂNEO, 2001, p. 05)

Uma aprendizagem é significativa quando corresponde às reais necessidades e interesses dos alunos e busca respostas para os problemas da realidade social mais ampla: uma aprendizagem de “valor funcional”, isto é, uma aprendizagem útil, capaz de gerar novos significados. O significado da algo, por exemplo pode ser pensado de diferentes maneiras.

Se considerarmos que a educação é definitivamente um objeto interdisciplinar, podemos delegar às disciplinas contributivas (psicologia, sociologia, etnologia da educação e outras) o desenvolvimento dos conhecimentos fundamentais que provêm de seus respectivos campos. (PERRENOUD, 2002, p, 95)

Não é uma aprendizagem de cunho essencialmente utilitarista, mas o aluno, sempre que possível, deverá encontrar sentido e aplicabilidade para aquilo que aprendeu. Não é o conhecimento abstrato, formal, memorístico que caracteriza o ensino convencional, tendo em vista apenas “cumprir o programa com o aluno, ou apesar do aluno”.

Os professores que se julgam mais atualizados (vamos chamá-los de progressistas) variam bastante os métodos de ensino. Preocupam-se mais com as diferenças individuais e sociais dos alunos, costumam fazer trabalho em grupo ou estudo dirigido, tentam usar mais diálogo ou são mais amorosos no relacionamento com os alunos. Essa forma de trabalho didático é, sem dúvida, bem mais acertada do que a tradicional. Entretanto, quase sempre esses professores continuam presos a uma prática tradicional de ensino: na hora de cobrar os resultados do processo de ensino, pedem a memorização, a repetição de fórmulas e definições. Mesmo utilizando técnicas ativas e respeitando mais o aluno, fica a atividade pela atividade, sem considerar que a aprendizagem significa a elaboração dos conhecimentos pela atividade mental do aluno. Em outras palavras, muitos professores não sabem como ajudar o aluno a, através de uma atividade mental, elaborar de forma consciente e independente o conhecimento. As atividades que organizam não levam os alunos a adquirir métodos de pensamento, habilidades e capacidades mentais para poderem lidar de forma independente e criativa com os conhecimentos que vão assimilando. (LIBÂNEO, 2001, p. 01)

O conhecimento é significativo quando o aluno aprende um conteúdo, um conceito, explica um fenômeno, resolve problemas, adquire normas de comportamento e valores e é capaz de atribuir-lhes sentidos e significados; quando o aluno é capaz de estabelecer relações entre o que aprende e o que conhece.

Os significados que o aluno constrói resultam das interações entre o próprio aluno, os conteúdos de aprendizagem e o professor. É o aluno que constrói o seu conhecimento, (re)significando os conteúdos, mas a mediação do professor, através do ensino, que orienta essa construção numa determinada direção, ampliando ou aprofundando a aprendizagem dos alunos, com vistas aos significados a serem construídos. Por isso é importante que as disciplinas e seus conteúdos apresentem alguma afinidade entre si e com os cursos a que se destinam. A respeito dessa ideia, Perrenoud (2002, p. 96) enfatiza:

Não é interessante justapor na mesma instituição disciplinas que não tenham afinidade uma com a outra. O sentido de uma faculdade de educação é a troca interdisciplinar, a tentativa de articular linguagens, conceitos e teorias sustentados em tradições disciplinares diferentes.

Quando o trabalho interdisciplinar e organizado acontece, a aprendizagem flui de maneira significativa, ou seja, ela se apropria do conhecimento significativo, aquilo que realmente é e continuará sendo importante para o aluno e para a sua atuação enquanto pessoa, cidadão e profissional.

Coll (1998, p. 78) assume como condições para a construção do conhecimento significativo:

- Que o conhecimento tenha um significado em si mesmo, enquanto potencialmente significativo do ponto de vista lógico, o que depende da própria estrutura interna do conteúdo e, também, do modo como é apresentada ao aluno;
- Que o aluno possa relacionar o conteúdo novo com o previamente conhecido, isto é, que seja significativo do ponto de vista lógico, o que envolve o conhecimento anterior do aluno para aquisição de novos conhecimentos.
- Que o aluno veja sentido na construção do conhecimento, o que é revelado por atitude intencional e favorável para aprender o novo conteúdo, relacionando-o ao já conhecido; isso é o que permite uma memorização compreensiva.

Essa memorização resulta de um ato de construção, uma interpretação pessoal do novo que o aluno é capaz de compreender, é a formação de uma idéia ou representação da informação a partir daquilo que já conhece. Portanto, a memorização compreensiva é diferente da memorização mecânica que consiste em guardar nomes, fatos, datas, conceitos, muitas vezes sem significado.

Na perspectiva histórico-social, o objetivo do ensino é o desenvolvimento das capacidades mentais e da subjetividade dos alunos através da assimilação consciente e ativa dos conteúdos. O professor, na sala de aula, utiliza-se dos conteúdos da matéria para ajudar os alunos a desenvolverem competências e habilidades de observar a realidade, perceber as propriedades e características do objeto de estudo, estabelecer relações entre um conhecimento e outro, adquirir métodos de raciocínio, capacidade de pensar por si próprios, fazer comparações entre fatos e acontecimentos, formar conceitos para lidar com eles no dia-a-dia de modo que sejam instrumentos mentais para aplicá-los em situações da vida prática. (LIBÂNEO, 2001, p. 02)

A partir dessas considerações sobre a construção do conhecimento através de aprendizagens significativas, que devem nortear a prática pedagógica do professor ao desenvolver os conteúdos curriculares sugeridos pela instituição onde trabalha, percebe-se que o ato educativo requer que se conheça bem o conteúdo a ser ensinado, assim como a realidade do aluno.

Numa perspectiva de interação professor-aluno, a ação pedagógica voltada para a aprendizagem significativa parte do conhecimento que o aluno tem do cotidiano, da sua realidade.

Obviamente que alguns conceitos não serão conhecidos pelo aluno e não se aplicarão diretamente em sua realidade, entretanto é importante que aos que se fazem próximos dela sejam feitas as referências necessárias.

Cabe ao professor considerar o conhecimento do cotidiano, levando o aluno a superar essa visão fragmentada característica do senso comum, para chegar ao conhecimento formalizado, sistematizado – caminhando dos conceitos espontâneos aos conceitos científicos.

Entende-se que numa Instituição de Ensino Superior não caberá mais um professor conteudista, tecnicista, preocupado somente com provas e notas, mas, sim um professor mas humano, ético, estético, justo, solidário, que se preocupe com a aprendizagem e a formação do educando. Nesta perspectiva teremos na sala de aula um professor mediador entre o sujeito e o objeto do conhecimento, trabalhando de forma que, a partir dos conteúdos, dos conhecimentos apropriados pelos alunos, estes possam compreender a realidade e atuar na sociedade em que vivem e transformá-la. (LEITE, 2009, p. 36)

O ponto de partida para a ação pedagógica na sala de aula, é o saber que o aluno já traz para a escola. Este saber o aluno adquire através do senso comum em sua vida diária, pela observação e informações assimiladas: observação da realidade que o cerca e informações veiculadas pela família, pela instituição onde estuda, pelos grupos a que pertencem e meios de comunicação de um modo geral.

Pela mediação do professor que domina conhecimentos específicos, o aluno confronta o saber do senso comum com o conhecimento elaborado que está nos “conteúdos básicos” ou nos livros e constrói os seus significados, os seus conceitos, com compreensão própria.

Essa construção do conhecimento se dá pela interação dialógica professor-aluno como sujeitos ativos, construtores desse conhecimento – os alunos deixam de ser passivos, no sentido de receber o conhecimento pronto, transmitido pelo professor e, passam a ser ativos em relação à construção do conhecimento.

O ensino e a aprendizagem são processos contínuos, dinâmicos, de interação professor-aluno, em que se relacionam o “saber fazer” (metodologias) e o “saber” (conteúdo) para uma aprendizagem significativa, duradoura e compreensiva.

Essa aprendizagem, a partir da prática social de alunos e professores, possibilita a construção de conceitos significativos em várias perspectivas, nas diferentes disciplinas.

Para a construção do conhecimento numa dimensão de aprendizagem significativa, é imprescindível:

- Considerar o conhecimento prévio que o aluno possui;
- Criar condições para desenvolver no aluno a capacidade de observação, de reflexão, de crítica sobre a sua realidade existencial;
- Lançar mão do saber sistematizado, organizado, historicamente produzido, para ajudar o aluno a construir significados que lhe permitam compreender a sua realidade e nela poder intervir.

A viabilização dessa proposta está diretamente relacionada à efetivação da prática pedagógica na sala de aula, através dos encaminhamentos didáticos utilizados pelo professor.

Cada professor tem suas vivências na formação acadêmica e constrói sua identidade vocacional e profissional na interação com os alunos através de uma prática reflexiva na experiência cotidiana. O professor em primeiro lugar é um educador, logo ele precisa exercer uma liderança democrática, na qual possa dividir, na maioria dos casos, o poder de decisão sobre os assuntos criando e estimulando a participação de todos. (LEITE, 2009)

Ao se decidir por determinada forma de atuar em sala de aula, é importante tornar bem claro o porquê da opção e a que resultados concretos se chegará.

A atuação pedagógica deve estar voltada para a realidade, deve ser contextualizada. Nessa intenção, também deve se inserir a teoria ensinada e a prática. Assim, por exemplo, não há como o aluno estudar um assunto sem se dar conta ao que ele pode contribuir para a sua atuação em quanto cidadão.

Destaca-se, aqui, o ensino acadêmico, superior, onde muitas vezes o currículo e o próprio professor visam ao conhecimento específico e não oportunizam o aluno a estar desenvolvendo suas ideias a partir dele, para que extraia ao máximo tudo o que lhe for interessante.

[...] o docente do ensino superior é um profissional da educação, pois somente com a união dos conhecimentos específicos da área, com os conhecimentos pedagógicos, é que se constitui uma prática eficaz, capaz de formar profissionais e cidadãos, críticos e conscientes. (LEITE, 2009)

Afinal, o cidadão acadêmico que se pretende formar há de ser crítico, criativo, capaz de estabelecer relações e fazer julgamentos; há de ser atuante, responsável e comprometido com o que faz; deve ser bem informado, capaz de interpretar sua realidade e nela intervir; ser ainda solidário, capaz de perceber no grupo e atuar no sentido de seu fortalecimento e de sua coesão.

Isso exige da instituição de ensino clareza quanto às suas intenções e suas ações. As situações de ensino-aprendizagem, nessa perspectiva, não de dar conta do que é concreto e significativo na realidade do aluno e, ainda, daquilo que ele precisa alcançar em matéria de conhecimento elaborado, para tornar maior seu entendimento sobre o real e potencializar sua possibilidade de uma atuação mais consciente, consequente e eficaz.

Percebe-se que falta ao educador do Ensino Fundamental, bem como dos demais níveis de ensino, a percepção da sua importância política na Educação. A esse pensamento, Freire (1996, p. 19) acrescenta que “a educação é um ato político – um ato que sempre é praticado a favor de alguém, de um grupo, de algumas ideias e, conseqüentemente, contra outro alguém, contra outro grupo e contra outras ideias”.

O que se percebe em alguns cursos de graduação, quer sejam de licenciatura ou bacharelado, é uma delimitação teórica, direcionada e baseada na formação “conteudista” do acadêmico. Esse modelo de formação não mais se adapta aos padrões

da sociedade, que deseja, antes de profissionais gabaritados na teoria, saibam lidar com as relações interpessoais de maneira eficaz, que saibam resolver problemas inerentes à profissão que exerceram, que consigam ser práticos e eficientes, acima de tudo.

Assim é que ressurge a necessidade de o educador conhecer seu educando e, ainda que ele não receba estas informações da escola, cabe a ele mesmo imergir no mundo de seus educandos para que seja capaz de contextualizar sua prática de acordo com o universo destes. (TAFNER, 2008, p. 02)

Para Zabala (1998) o ensino depende necessariamente da prática docente. Assim, o autor reitera:

A prática pedagógica de qualquer professor estará sempre contaminada (no bom sentido, é claro) pelas concepções e de ideias que determinam suas ações. Mesmo quando o profissional não tem consciência disso, haverá a presença dessas concepções. Elas dizem respeito ao conteúdo que o professor seleciona para ensinar (o que espera que seus alunos aprendam), a como entende o processo de aprendizagem (como a aprendizagem acontece) e quais caminhos trilha para ensinar (como deve ser o ensino). (ZABALA, 1998, p. 16)

Enfim, situações de ensino que informem e interpretem a vida, produzindo aprendizagens significativas, que desenvolvam as potencialidades, habilidades, aptidões, capacidades mentais e, ao mesmo tempo, fortaleçam a autonomia, o sentido da partilha, da cooperação, da ajuda mútua, assim como o sentimento de solidariedade, de coesão, de responsabilidade e de comprometimento consigo mesmo, como o outro, com o grupo e com a própria vida.

Por outro lado, a convivência entre educando e educador na sala de aula atualmente atesta que o ensino está totalmente desligado da vida real do educando. Parece que o educador, ao entrar em sala, esquece de todo o restante do mundo: dos conflitos mundiais, da globalização, das injustiças sociais, enfim, é como se as paredes da sala de aula impedissem a entrada de objetos estranhos não previstos pelo programa adotado pela escola. (TAFNER, 2008, p. 02)

A partir desse referencial é possível definir os objetivos ou os resultados a que se precisa chegar, de modo que a atuação pedagógica, por meio da contextualização da teoria e da prática, assegure a formação desse aluno/cidadão, dando vida à concepção de educação pela qual se opta.

[...] a importância da contextualização e interação no processo de ensino-aprendizagem. Ainda que eles não ocorram dentro do local ideal – na universidade como era de se esperar –, não há desculpas para o educador atuar também de forma negligente. Ele mesmo sabe os efeitos de um ensino que esquece o educando. Tornam-se, dessa forma, obrigatórias ações em sala de aula que insiram o educando no mundo real, visto que o *produto* educação está cada vez mais em alta e somente quem souber extrair dele todas as suas vantagens terá chances de competir na realidade feroz que nos cerca. (TAFNER, 2008, p. 08)

Tal atuação há de se constituir, portanto, numa perspectiva que possibilite a participação ativa do aluno num processo dinâmico de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de

sua capacidade de observação, de reflexão, de crítica e de criação. Essa participação deve permear todo o processo de desenvolvimento do projeto, desde a sua concepção passando pelo acompanhamento das ações previstas e a correspondente avaliação.

Para observar e analisar a prática pedagógica entende-se que o trabalho do professor deva estar comprometido politicamente com sua tarefa de educador, que pressupõe, sobretudo, estar ciente da responsabilidade que lhe foi confiada, segundo Rodrigues (1987).

Esse autor diz ainda que a escola democrática também deve assumir sua responsabilidade educativa, compreendendo a importância coletiva do trabalho dela. Para isso, as escolas e os educandos devem se ater às questões fundamentais, relacionadas às concepções de homem, de sociedade e de mundo que norteiam o processo pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muitas concepções acerca da aprendizagem nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental levam em consideração tanto o papel do indivíduo quanto a realidade à sua volta, entendida não apenas como “meio ambiente”, mas como uma teia de relações humanas em que também influenciam aspectos políticos, sociais, econômicos, institucionais, afetivos, etc., compreendendo a aprendizagem como um processo multiplamente engendrado.

Pode-se perceber, desse modo, que o processo de aprendizagem não é um fenômeno simples. Para entender a aprendizagem, portanto, além das bases epistemológicas, devemos conhecer as fases de desenvolvimento do indivíduo, as condições sociais da realidade na qual o processo de aprendizagem se desenrola, os processos neurológicos relacionados à aprendizagem, os fatores psíquicos que permeiam as relações de aprendizagem, entre outros.

Planejar para ensinar à criança é perceber que esse estudo deve ser pautado na realidade, nas experiências do aluno, naquilo que realmente lhe será útil.

Não se deve ter mais aquela visão do estudo de conteúdos para completar carga horária e para concluir livro, programa de ensino ou outro motivo parecido. É preciso que a aprendizagem do aluno seja significativa, que ele possa aprender e aplicar o que aprendeu a situações cotidianas que o envolverem.

Dessa forma, a escola ensina para que o aluno aprenda e para ver a utilidade do que aprendeu. Não somente isso, a criança aprende e multiplica seus saberes, passa-os aos familiares, vizinhos, amigos, etc. Por isso, sua aprendizagem deve ser bem embasada e centrada em planejamento elaborado, em conteúdos suficientemente importantes para sua formação de aluno, mas principalmente de cidadão.

Acredita-se que a Educação desempenha uma importante função na preparação de indivíduos críticos, conscientes e livres, atualizados com os avanços tecnológicos,

integrados plenamente na sociedade que, a cada momento, se atualiza e se transforma. Consequentemente, a Educação deve propiciar ao sujeito ambientes, nos quais possa ter contato com as novas tecnologias, para que em sua formação, ele não perca a dimensão do desenvolvimento científico e tecnológico que perpassa pelo país.

Por isso, as atividades escolares devem ser bem planejadas, com objetivos bem desenvolvidos e estratégias que aproveitam o conhecimento prévio dos alunos e lhes dê condições de aplicar sobre a sua realidade.

REFERÊNCIAS

1. BURGARDT, Lílian. **Novos métodos de aprendizagem ganham espaço no desenvolvimento das competências dos alunos.** 19/07/2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/docente/materia.jsp?materia=7829>. Acessado em 05 mar. de 2012.
2. COLL, Cesar (et alii). Os conteúdos na reforma. **Ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
4. LEITE, Antonia Vanda dos Santos . **A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/28280/1/pagina1.html>. Publicado 17/11/2009. Acessado em 08 fev. de 2012.
5. LIBÂNEO, José Carlos. **O ESSENCIAL DA DIDÁTICA E O TRABALHO DE PROFESSOR – EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS.** 2001. Disponível em: http://www.fadep.com.br/restrito/conteudo/pos_gestaoambiental_libaneo_o_essencial_da_didatica_e_o_trabalho_do_professor.pdf . Acessado em 06 mar. de 2012.
6. PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
7. _____. **A Prática Reflexiva do Ofício de Professor: Profissionalização e Razão Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
8. SIMIONATO, Margareth F. **Desmistificando Competências.** São Paulo: Paper, 2003.
9. TAFNER, Elisabeth Penzlien. **A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO COMO FIO CONDUTOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.** Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev03-08.pdf>. 2008. Acessado em 05 mar de 2012.
10. ZABALA, Antoni. **A prática educativa.** Como ensinar. São Paulo: Artmed, 1998.

Mundo Acadêmico

Apresentação

A revista Mundo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
 - Título;
 - Nome(s) do(s) autor(es)
 - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
 - Introdução;
 - Corpo do trabalho;
 - Resultado e/ou conclusões;
 - Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da UNISAM, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.